

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

JOSEANE MARIÉLE SCHUCK PINTO

**OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DE HAITIANOS E SUAS IMPLICAÇÕES: Um
desafio global na sociedade de risco**

SÃO LEOPOLDO

2015

Joseane Mariéle Schuck Pinto

**OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DOS HAITIANOS E SUAS IMPLICAÇÕES:
um desafio global na sociedade de risco**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. José Luiz
Bica de Mélo

São Leopoldo

2015

P6594d Pinto, Joseane Mariéle Schuck.
Os deslocamentos forçados dos haitianos e suas implicações : um desafio global na sociedade de risco / por Joseane Mariéle Schuck Pinto. – 2015.
128 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2015.

“Orientador: Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo.”

1. Deslocado ambiental. 2. Refugiados. 3. Migração forçada - Haiti. 4. Globalização. I. Título.

CDU: 341.43

Joseane Mariéle Schuck Pinto

**OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DOS HAITIANOS E SUAS IMPLICAÇÕES:
um desafio global na sociedade de risco**

Dissertação ou Tese apresentada como
requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre ou Doutor, pelo Programa de
Pós-Graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
- UNISINOS

Aprovado em 24/08/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo – UNISINOS

Prof. Dr. José Ivo Follmann - UNISINOS

Profa. Dra. Silvia Regina Feraboli - UNIRITTER

Para aqueles milhares de deslocados forçados, vítimas de uma sociedade global de riscos, onde o desastre e a progressiva degradação de recursos naturais comprometem severamente a vida e a segurança, dedico esta pesquisa, e espero que ela possa servir de base para colaborar com o enfrentamento dos dilemas suportados pelos que migram.

Agradecimentos

Mais um ciclo se encerra e um sonho se concretiza. O caminho trilhado até aqui só foi possível por que contou com a colaboração de pessoas especiais. Algumas já faziam parte de minha vida, outras passaram a integrá-la. Como é o caso de meu orientador, professor José Luiz, que certamente para além da relação aluna e professor restou à amizade. Saiba que suas incansáveis orientações e indicações me propiciaram percorrer um caminho apaixonante e que me fez alcançar o objetivo almejado: realizar uma pesquisa que possa vir a auxiliar no enfrentamento das migrações, um desafio contemporâneo do mundo globalizado, e compreender a realidade histórica do Haiti e suas implicações se torna fundamental neste processo. Obrigada por acreditar nessa aluna e por todo incentivo, atenção, carinho e disponibilidade no decorrer do curso e na realização desta dissertação.

Da mesma forma os professores do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, me possibilitaram expandir horizontes e muito me ensinaram, não só no mundo acadêmico como também no mundo da vida. A trajetória foi longa, desde a banca de seleção para o ingresso no curso, após no decorrer de cada disciplina cursada, a banca de qualificação do projeto, a realização da pesquisa empírica e por fim a elaboração da dissertação. Cada um de vocês foi essencial para o processo de construção de conhecimento e para o amadurecimento do caminho escolhido. Deixo o meu agradecimento a todos.

Outra pessoa que me arrisco chamar de amigo é o professor Solon, que muito contribuiu para a chegada deste momento, as suas aulas me direcionaram a caminhos que fizeram amadurecer as ideias iniciais, sem contar na oportunidade da realização do estágio docência na área dos Direitos Humanos, uma experiência e tanto. O meu muito obrigada pelo carinho de sempre.

Também, ao professor José Ivo que muito contribuiu para meu aprendizado e crescimento, as discussões na sua disciplina proporcionaram o amadurecimento da temática envolvendo a globalização, intimamente relacionada com o processo migratório. Sem contar que o nosso primeiro contato se deu no momento em que o procurei para prefaciar meu livro, e sem me conhecer me recebeu de forma acolhedora e aceitou prontamente o convite, professor receba o meu muito obrigada.

Ainda, quero deixar o meu agradecimento a Maristela Simon, que fez parte dessa caminhada. Além de sermos conterrâneas posso dizer que hoje ganhei mais uma amiga. Obrigada pelo carinho, atenção, acolhimento e por todo auxílio prestado.

Aos integrantes da Associação dos Migrantes Haitianos de Caxias do Sul, em especial aos entrevistados o meu muito obrigada, pois vocês contribuíram significativamente com suas histórias de vida e percepções em relação ao Haiti, o que possibilitou a compreensão do percurso desta migração para o Brasil, assim como agradeço aos membros da sociedade civil, envolvida com o processo de acolhimento dos migrantes haitianos.

Ao meu marido Emerson eu só tenho a agradecer. O teu apoio e incentivo incondicional fizeram esta caminhada se tornar realidade.

A minha mãe Melita que me ensinou a nunca desistir de sonhar. Obrigada por estar sempre ao meu lado e por me incentivar a concretizar mais esse objetivo.

Por derradeiro, a todos os amigos e colegas que de alguma forma contribuíram para o resultado deste trabalho, deixo o meu agradecimento e carinho.

“Vê-lo qualquer enciclopédia. Pergunte o que foi o primeiro país livre da América. Sempre receberá a mesma resposta: os Estados Unidos. Mas os Estados Unidos declararam sua independência quando eles eram uma nação com 650 mil escravos, os escravos continuaram por um século, e em sua primeira Constituição estabeleceu um equivalente negro para três quintos de uma pessoa. E se qualquer pergunta enciclopédia que foi o primeiro país a abolir a escravidão, sempre terá a mesma resposta: a Inglaterra. Mas o primeiro país a abolir a escravidão não era a Inglaterra, mas Haiti, que ainda está expiando o pecado de sua dignidade. Os escravos negros do Haiti haviam derrotado o exército glorioso de Napoleão Bonaparte e a Europa jamais perdoou a humilhação. Haiti pagou à França, durante um século e meio, uma enorme indenização por ser culpado de liberdade, mas, mesmo que alcançado. Que insolência negra ainda dói senhores brancos do mundo” (GALEANO, 2011, p. 12).

RESUMO

Os movimentos migratórios oriundos do Haiti devem ser compreendidos a partir dos processos de situações estruturais e mudanças conjunturais ocorridas no país. As razões que fazem com que o país se caracterize pela perda de controle de seu território, pelo não monopólio do uso legítimo da força física dentro de suas fronteiras, pela erosão da autoridade legítima do Estado de tomar decisões coletivas, pela incapacidade para prestar serviços públicos adequados e para interagir com outros Estados como membro de pleno direito da comunidade internacional, acabam por deixá-lo em uma condição de fragilidade e vulnerabilidade, sendo, portanto imperiosa a sua análise. As questões de mobilidade humana no cenário global, objeto de estudo, estão amparadas pelo referencial teórico dos sociólogos Ulrich Beck, Immanuel Wallerstein e Octávio Ianni, que bem retratam o cenário contemporâneo resultante do conjunto de transformações trazidas pelo processo de globalização e pelo desenvolvimento tecnocientífico, responsáveis pela criação da sociedade de risco, assim como a análise das noções de sistema-mundo são referências para caracterizar o panorama, no qual o fenômeno das migrações assume novo significado como uma das dimensões das mudanças ambientais globais. O Haiti é resultado desta sociedade na qual a produção social de riquezas é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos, vindo ao encontro às catástrofes naturais, como os abalos sísmicos, as inundações, os furacões que tornam o país ainda mais suscetível aos deslocamentos. Os riscos se tornam causa e meio da mudança social e são o conceito básico sociológico para classificar, interpretar e organizar a vida social. Este contexto propicia o surgimento de milhares de deslocamentos forçados por desastres naturais e pela progressiva degradação de recursos naturais essenciais que comprometem gravemente a vida e a segurança de pessoas, inviabilizando a sobrevivência nos locais afetados. Esta nova demanda traz ao cenário internacional a discussão acerca do tratamento ideal a ser utilizado em relação aos indivíduos e grupos em situações de risco, por causas que podem ou não estar relacionadas a situações de conflito ou perseguição, e que podem ou não cruzar as fronteiras de um Estado, sendo que mesmo em não havendo uma uniformidade sobre o conceito de "refugiado ambiental", não se pode negar a existência de um problema social a ser enfrentado. Nesse sentido, o desvelar do caso dos deslocamentos forçados dos

haitianos, a compreensão desse fenômeno e suas implicações numa sociedade global de risco, só será possível por meio da investigação desde a construção histórica do país em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. A origem da migração contemporânea dos haitianos, não está calcada somente na busca de melhorias econômicas, como fazem os migrantes econômicos que se deslocam voluntariamente, mas sim naquela baseada na migração forçada, marcada por ameaças à vida e à subsistência, seja decorrente de causas naturais ou de origem humana (por exemplo, os movimentos de refugiados e pessoas deslocadas internamente, bem como pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, a fome ou desenvolvimento de projetos). Da mesma forma, averiguar se esses fluxos corroboram e de que forma para o surgimento de uma nova categoria de pessoas: os refugiados ambientais ou deslocados ambientais, se faz necessária. Ao demais, resta importante verificar todos os desdobramentos da escolha pelo Brasil como rota migratória dos haitianos, tendo em vista que a procura pelo país teve elevado aumento, a qual atingiu a marca de 50.000 ao final de 2014.

Palavras-Chave: Deslocado ambiental. Globalização. Haiti. Migração. Refugiado ambiental.

ABSTRACT

Migratory movements coming from Haiti should be understood from the processes of structural situations and cyclical changes in the country. The reasons that make the country is characterized by loss of control of its territory for non-monopoly on the legitimate use of physical force within its borders, erosion of legitimate authority of the State to take collective decisions, the inability to provide public services adequate and to interact with other states as a full member of the international community, end up leaving it in a condition of frailty and vulnerability, is therefore imperative that your analysis. The issues of human mobility on the global stage, the object of study are supported by theoretical sociologists Ulrich Beck, Immanuel Wallerstein and Octavio Ianni, that portray the contemporary setting of the resulting set of changes brought about by globalization and the techno-scientific development, responsible for creating the risk society, as well as analysis of the world-system notions are references to characterize the landscape in which the phenomenon of migration takes on new meaning as one of the dimensions of global environmental change. Haiti is a result of society in which the social production of wealth is systematically accompanied by the social production of risks, coming to meet natural disasters, such as earthquakes, floods, hurricanes that make the country even more susceptible to shifts. Risks become involved and through social change and are the sociological basic concept to classify, interpret and organize social life. This context favors the emergence of thousands of forced displacement by natural disasters and by the progressive degradation of essential natural resources which seriously compromise the life and safety of people, making it impossible to survive in the affected locations. This new demand brings to the international scene the discussion about the ideal treatment to be used in relation to individuals and groups in situations of risk, for reasons that may or may not be related to conflict or persecution, and that may or may not cross borders of a state, and even if there is no uniformity on the concept of "environmental refugee", one can not deny the existence of a social problem to be faced. In this sense, the unveiling of the case of the forced displacement of Haitians, the understanding of this phenomenon and its implications in a global society of risk, will only be possible through research since the historical construction of the country in its political, economic, social and environmental. The origin of contemporary migration of Haitians, is not only grounded in the pursuit of

economic improvements, as do economic migrants who move voluntarily, but that based on forced migration, marked by threats to life and livelihood, whether arising from natural causes or man-made (eg movements of refugees and internally displaced people as well as people displaced by natural or environmental, chemical or nuclear disasters, famine or development projects). Similarly, find out if these flows corroborate and how for the emergence of a new category of people: environmental refugees or environmental displaced, is necessary. The rest, it remains important to check all the ramifications of the choice of Brazil as migratory route of Haitians, given that demand for the country had high rise, which reached the mark of 50,000 at the end of 2014.

Key-words: Environmental moved. Globalization. Haiti. Migration. Environmental refugee.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa do local pesquisado.....	28
Quadro 1 –	Indicadores sociais.....	34
Figura 2 –	Imagem da fronteira do Haiti e República Dominicana	45
Figura 3 –	Rotas da migração haitiana para o Brasil.....	81
Figura 4 –	Momento da chegada de haitianos em São Paulo.....	89
Figura 5 -	Local de acolhimento aos migrantes em Brasiléia no Acre	91
Figura 6 -	Igreja Nossa Senhora da Paz ponto de referência dos haitianos em SP	92
Figura 7 -	Chegada dos migrantes na Estação Rodoviária de Porto Alegre/RS.....	93
Figura 8 -	Novo local de acolhimento dos migrantes no Acre	95
Figura 9 -	Lote ocupado por haitianos na Vila Progresso, no bairro Sarandi, Porto Alegre/RS	96
Figura 10 -	Na ocupação Progresso uma das casas foi construída no estilo haitiano.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR -	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AIDS -	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAM –	Centro de Atendimento ao Migrante
CNIg -	Conselho Nacional de Imigração
CONARE -	Comitê Nacional para Refugiados
CSNU –	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTPS –	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EUA –	Estados Unidos
FFP –	Fundo para Paz
FMI –	Fundo Monetário Internacional
HIV -	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
IOM -	Organização Internacional para Migração
MINUSTAH –	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MPF -	Ministério Público Federal
MRE –	Ministério das Relações Exteriores
MTE –	Ministério do Trabalho e Emprego
OEA –	Organização dos Estados Americanos
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
ONU –	Organização das Nações Unidas
PF –	Polícia Federal
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA/UNEP -	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PUC –	Pontifícia Universidade Católica
UNFPA -	Fundo de População das Nações Unidas
UNISINOS –	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNODC –	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UNTOC –	Convenção das Nações Unidas contra Crime Organizado Transnacional
UNU -	Universidade das Nações Unidas.

SUMÁRIO

BANCA EXAMINADORA	2
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objeto da Pesquisa e Referencial Teórico	19
1.2 Objetivos	23
1.2.1 Objetivo Geral	24
1.2.2 Objetivos Específicos	24
1.3 Procedimento Metodológico	24
1.3.1 Modalidade de Pesquisa	24
1.3.2 Técnicas de coletas de dados	26
2 O CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO E ECONÔMICO DE INSTABILIDADES E DESAFIOS NO HAITI	28
2.1 A colonização da Ilha <i>Hispanhola</i> e seus desdobramentos no âmbito político, econômico e social.....	28
2.2 A independência do Haiti e suas implicações.....	31
2.3 O lugar do Haiti na geopolítica Latino Americana.....	38
3 DESLOCADOS AMBIENTAIS: UMA REALIDADE CONTEMPORÂNEA NA SOCIEDADE GLOBAL.....	44
3.1 A questão ambiental como um dos problemas históricos no Haiti.....	44
3.2 Causas ambientais climáticas como fatores relevantes nos deslocamentos forçados	52
3.3 Refugiados ambientais ou deslocados ambientais?	59
4 OS DESDOBRAMENTOS DOS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DE HAITIANOS PARA O BRASIL	69
4.1 Os fluxos migratórios do Haiti para o Brasil.....	69
4.2 Quem são os migrantes haitianos	83
4.3 A situação atual dos haitianos no Brasil.....	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS– REPORTANGENS DE JORNAIS SOBRE A TEMÁTICA	118

1 INTRODUÇÃO

A dissertação objetiva investigar o fenômeno dos deslocamentos forçados oriundos do Haiti. Para tanto é fundamental que se proceda a uma análise acerca dos aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais, a fim de compreender o percurso histórico do país e seus desdobramentos no Brasil, considerando a construção de uma nova categoria: os deslocados ambientais ou refugiados ambientais.

A migração forçada ou deslocamentos forçados é um movimento migratório em que um elemento de coerção existe, incluindo ameaças à vida e à subsistência, seja decorrente de causas naturais ou de origem humana (por exemplo, os movimentos de refugiados e pessoas deslocadas internamente, bem como pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, a fome ou desenvolvimento de projetos)¹.

Além desse conceito faz-se necessário trazer à tona outros que norteiam a temática a ser abordada no decorrer da presente dissertação, vejamos: migração é o movimento de uma pessoa ou um grupo de pessoas, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado. É um movimento da população, abrangendo qualquer tipo de movimento de pessoas, independentemente da sua duração, composição e causas; que inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes econômicos, e pessoas que se deslocam para outros fins, incluindo o reagrupamento familiar. Já o migrante documentado é aquele que entrou em um país legalmente e permanece nele. No entanto, o migrante econômico é a pessoa que deixa o seu local de residência habitual, a fim de melhorar a sua qualidade de vida².

Os deslocados internos, por sua vez, são aquelas pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a escapar ou fugir de suas casas ou locais de residência habitual, em particular como resultado de ou a fim de evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos, catástrofes naturais ou geradas pelo homem, porém não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida. O asilo político caracteriza-se

¹ Organization for Migration – IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

² IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

quando aqueles estrangeiros perseguidos, geralmente, mas não necessariamente, por seu país de origem em razão de discordância política, delitos de opinião, ou por crimes relacionados com a segurança do Estado. Quando ingressam em outro país e passam a requerer o benefício podem ser acolhidos por este, uma vez que se encontram sob a soberania deste país³.

O Refugiado é aquela pessoa ou grupo de pessoas que por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião ou de nacionalidade, ou mesmo pela participação em determinado grupo social ou por possuir determinada opinião política, não pode ou em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país⁴.

E, por fim o Apátrida é toda a pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional. A condição de apatridia, portanto retira a nacionalidade e a cidadania da pessoa, ou seja, retira o elo que liga ela e o Estado, e que se perfectibiliza através da nacionalidade. Apátrida não se confunde com refugiado, muito embora os apátridas possam vir a tornarem-se refugiados⁵.

Ao longo de sua trajetória por questões políticas, econômicas, sociais e ambientais o Haiti caracterizou-se por ser um país de deslocamentos e deslocados, nos quais os fluxos migratórios se deram principalmente para o Canadá, França, Antilhas Francesas, EUA, República Dominicana e Brasil (MORAES, ANDRADE, MATTOS, 2013, p. 100).

No entanto, o ano de 2010 foi fortemente marcado por acontecimentos que possibilitaram o agravamento da crise haitiana. O primeiro deles foi o terremoto que assolou o país em janeiro. Com a deflagração da crise no Haiti chegaram os nepaleses a serviço da Minustah⁶, responsáveis pela disseminação do embrião da cólera, facilmente alastrada face às condições insalubres existentes no local. Além disso, o processo eleitoral para Presidente da República, ocorrido no mês de novembro de 2010, foi influenciado pela vontade da Comunidade Internacional, supostamente aliada ao Haiti, que manipulou com intuito de impor o seu candidato.

³ Organization for Migration – IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

⁴ ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

⁵ Organization for Migration – IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

⁶ Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti.

Muito embora, o Haiti ser um país marcado por lutas e revoluções derrotou os exércitos da França, da Grã-Bretanha e da Espanha contra o colonialismo. Alcançou a vitória sobre as forças de Napoleão na batalha de Vertières em 1803, conquistando a independência da primeira república negra do mundo em 01 de janeiro de 1804.

Desde a sua formação o país sofre desigualdades e instabilidades no âmbito político, e se encontra esquecido no cenário das relações internacionais por mais de 200 anos. Mantém um lugar de submissão na geopolítica mundial, o que colabora para a atual conjuntura socioeconômica, política e ambiental que acomete o país.

Somado ao fenômeno da globalização⁷ e do capitalismo, processos que se configuram por ser um sistema social de economia-mundo não limitado a nações ou a determinadas regiões. Este fenômeno fomenta novos deslocamentos e deslocados, em um contexto internacional marcado por conflitos, guerras civis, perseguições por racismo, ideologias políticas, catástrofes naturais que geram violações aos direitos humanos e o aumento dos grupos de vulneráveis, que por sua vez, passa a necessitar de ajuda humanitária internacional.

As dificuldades encontradas pelos migrantes durante os deslocamentos são muitas. Tornam-se vítimas da violência, de ameaças, de doenças, da exploração sexual, sobretudo, as crianças e as mulheres. Se não bastasse todos os obstáculos enfrentados ainda sofrem com a ação dos coites que atuam nas redes de contrabando de migrantes.

O primeiro capítulo intitulado: o contexto histórico, político e econômico de instabilidades e desafios no Haiti, objetiva entender a construção histórica do país, que inicia no período colonial e se estende para além de sua independência. Trata-se de percurso marcado por intervenções, regimes ditatoriais, corrupção e desastres ambientais. Da mesma forma busca também averiguar o lugar do Haiti no contexto latino americano e a maneira como acontecem às relações internacionais com o país.

Para que se compreenda o movimento migratório que provem do Haiti, é primordial a análise dos processos estruturais e das mudanças conjunturais

⁷ Não há consenso acerca do conceito de globalização. Diante do impasse, Giddens define o fenômeno como: “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991. Tradução de Raul Finker, p. 69.

sucedidas no país. Da mesma forma, se faz relevante verificar as razões pelas quais o Estado haitiano foi levado ao fracasso, ou seja, de que forma se deu a perda do controle de seu território e o não monopólio do uso legítimo da força física dentro de suas fronteiras, o que levou a erosão da autoridade legítima do Estado de tomar decisões coletivas, a sua incapacidade para prestar serviços públicos adequados e para interagir com outros Estados como membro de pleno direito da comunidade internacional.

De acordo com o estudo realizado no ano de 2013 pelo Fundo para a Paz⁸, o Haiti encontra-se em 8º lugar no *ranking* de países considerados falidos, vindo ao encontro à prevalência da crise política, econômica e socioambiental, onde a maior parte da população vive em condições precárias. Residem em abrigos improvisados, são vítimas da desnutrição, da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) - que segundo as estimativas geram o excesso de taxas de mortalidade no país o que pode resultar em menor expectativa de vida e no aumento do índice de mortalidade infantil – além da redução nas taxas de crescimento populacional⁹. Bem como, a disseminação da cólera assola o país, conforme as informações das Nações Unidas no Haiti¹⁰.

O segundo capítulo tem por finalidade averiguar a questão ambiental como uma das possíveis causas de deslocamentos forçados no Haiti, que por sua vez, pode levar aos deslocados ambientais: uma realidade contemporânea na sociedade global.

A ocorrência do terremoto em 2010, considerado um dos maiores desastres urbanos em 200 anos no país, resultou em mais de 300 mil vítimas fatais, e aproximadamente um milhão e meio de pessoas desabrigadas, fato que intensificou os fluxos migratórios. Porto Príncipe, capital do Haiti foi o local mais atingido pelo terremoto. Estimativas apontam que 80% de suas edificações foram danificadas, incluindo escolas, hospitais, postos policiais, palácio presidencial, entre outros (GIRALDI, 2012).

Pensar a realidade haitiana no mundo globalizado se torna necessário, na medida em que a situação do país tem gerado um aumento significativo de

⁸ Fund For Peace, fundação sediada em Washington, EUA. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/rankings>>. Acesso em 10 de Junho de 2014.

⁹ Embaixada da República do Haiti. Disponível em: <<http://www.haiti.org/index.php/economic-xm-affairs-xm/26-the-embassy/content/121-haiti-at-a-glance>>. Acesso em Janeiro de 2015.

¹⁰ United Nations in Haiti. Disponível em: <<http://www.onu-haiti.org/info-resources/>>. Acesso em Janeiro de 2015.

deslocamentos forçados. A intensa mobilidade humana é fruto de uma trajetória histórica que foi construída e solidificada sobre pilares com graves problemas estruturais, e todo este panorama faz pensar no surgimento de uma nova categoria, que será abordada no decorrer da presente dissertação, qual seja: refugiados ambientais ou deslocados ambientais.

A realidade do país é o abandono de seus nacionais que buscam outras nações, com intuito de manterem-se vivos e sonham em reconstruir a vida em outro lugar. O Brasil é um dos escolhidos como rota de migração, sendo considerado atualmente um local de intensa procura pelos haitianos.

A partir da investigação acerca do âmbito ambiental como um dos problemas históricos do Haiti será possível compreender os intensos fluxos de deslocamentos e de deslocados, que não se caracterizam dentro do contexto de refugiados tradicionais, nem tampouco podem ser conceituados como tal, não abrangendo, portanto, os deslocamentos decorrentes do Haiti.

A crise agrava-se pela soma de diferentes fatores, um deles certamente é o contexto histórico do Haiti, fortemente marcado por instabilidades políticas, econômicas, sociais que geram conflitos armados, violência, pobreza, somado aos desastres e catástrofes naturais que atingem o país.

O terceiro capítulo tem por finalidade trazer à tona a intensa procura de migrantes haitianos pelo Brasil, haja vista ser um dos destinos preferidos pelos haitianos. As razões da escolha são várias, mas uma delas está atrelada ao fechamento de fronteiras dos países do Norte, em nome da segurança nacional e da soberania. Esse obstáculo faz com que os haitianos passem a deslocar-se para a República Dominicana, Guiana Francesa, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil.

Apesar do Brasil não ser o principal destino, o país recebe desde o ano de 2010, após terremoto, um intenso fluxo de haitianos. A maioria é atraída pela melhoria das condições econômicas do país, considerado, portanto, um país em desenvolvimento, o que possibilita a expectativa da obtenção de emprego, além das parcerias existentes entre os governos do Haiti e do Brasil, ONGs e empresas, firmadas desde 2004.

Neste período o Brasil passou a receber solicitações de refúgio daqueles haitianos que ingressavam em seu território. No entanto, tais pedidos foram negados pelo Comitê Nacional para Refugiados - Conare, que entendeu não se tratar de

concessão de refúgio, pois os haitianos não se enquadram no conceito tradicional de refugiado pela ausência de temida perseguição, consoante dispõe a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967.

Desde então, o Brasil tornou-se palco de um novo cenário migratório. O responsável pelo enfrentamento do ingresso de haitianos no país é o Conselho Nacional de Imigração - CNIg que criou uma resolução normativa, a fim de conceder o visto por razões humanitárias para esses migrantes terem o direito de trabalhar e permanecer no país¹¹.

Em 2012, surgiu a resolução normativa nº 97 para melhor administrar os deslocamentos, essencialmente, com intuito de coibir as redes de tráfico de migrantes e a ação dos coiotes, preservando o direito humano de migrar e o respeito à sua dignidade inalienável. A medida mantém a concessão de 100 vistos mensais pela embaixada brasileira em Porto Príncipe, capital do Haiti, com validade de dois anos.

Em relação ao percurso dos haitianos até o Brasil, a sua grande maioria ocorre através das redes ilegais de atravessadores, os denominados “coiotes”. Nos pacotes incluem viagens de avião para o Panamá e Equador, com destino ao Peru ou à Bolívia, com a promessa de chegar aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre, respectivamente.

Nota-se a importância de entender o percurso desta migração para o Brasil, além de conhecer às histórias de vida, as percepções em relação ao país de origem, como vivem e quem são os migrantes haitianos que se deslocam para o país. Isso será possível a partir da pesquisa empírica, através das entrevistas pessoais realizadas com haitianos residentes na cidade de Caxias do Sul, localidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Para que esta compreensão seja possível se buscará também os relatos da sociedade civil envolvida com o processo de acolhimento.

1.1 Objeto da Pesquisa e Referencial Teórico

¹¹ Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>>. Acesso em Janeiro de 2015.

A dissertação objetiva averiguar os fatores responsáveis pelos deslocamentos forçados decorrentes do Haiti, agravados pelo terremoto de 2010. A compreensão histórica da trajetória do país e seus aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais serão essenciais na análise das causas do fenômeno migratório, haja vista que o país é marcado desde a sua formação por intervenções, regimes ditatoriais, corrupção e desastres ambientais, sofrendo violência, desigualdades e instabilidades políticas.

As crises instauradas no Haiti, iniciadas no período colonial e que se estenderam após a sua independência, foram acentuadas pelo fenômeno da globalização e associadas às alterações ocorridas no cenário internacional e no acúmulo de capital, fato que certamente ocasionou impactos sobre o desenvolvimento do país, sem contar nas relações de dependência da ex-colônia, principalmente com a França até os dias atuais.

Acredita-se que a investigação apresenta um importante valor acadêmico na seara das Ciências Sociais, pois para além da discussão sobre o processo migratório, característica marcante no Haiti ao longo de sua trajetória como Estado-nação volta-se a atenção ao estudo da compreensão histórica do país em seus diversos âmbitos, no sentido de desvelar os fatores que levaram e continuam a levar o país ao aumento significativo de deslocamentos forçados. Onde tais movimentos possam ser pensados a partir dos processos de mudanças conjunturais, assim como as razões que dificultam a reestruturação e fortalecimento do país.

Octávio Ianni sobre o objeto de estudo das Ciências Sociais nos ensina:

Como as metamorfoses do “objeto” das ciências sociais e a simultânea alteração das possibilidades que se abrem ao “sujeito” da reflexão, colocam-se novos desafios não só metodológicos e teóricos, mas também epistemológicos. O objeto das ciências sociais deixa de ser principalmente a realidade histórico-social nacional, ou o indivíduo em seu modo de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. Desde que se evidenciam os mais diversos nexos entre indivíduos e coletividades, ou povos, tribos, nações e nacionalidades, em âmbito mundial, o objeto das ciências sociais passa a ser também a sociedade global. Muito do que é social, econômico, político, cultural, lingüístico, religioso, demográfico e ecológico adquire significação não só extranacional, internacional ou transnacional, mas propriamente mundial, planetária ou global (IANNI, 1998, p. 34).

Ainda, em relação ao objeto de estudo das ciências sociais, Immanuel Wallerstein (2004), a partir da década de 70, com as novas mudanças geopolíticas que se desenhavam no campo da ciência social mundial, introduz a análise de

sistemas-mundo, ou seja, apresenta uma nova perspectiva sobre um instrumento crítico capaz de compreender a realidade global contemporânea e coloca em cheque a teoria da modernização e, depois, mais fundamentalmente, toda a estrutura das ciências sociais como havia sido construída no século XIX.

Nota-se que a escassez de recursos naturais, o processo de aquecimento global e as mudanças climáticas são entraves para o desenvolvimento do Haiti, lembrando que tal escassez advém de uma sociedade capitalista, que por sua vez, culminará em problemas econômicos, sociais e ecológicos.

Trata-se, portanto, de um processo de análise de discussões e reflexões acerca das razões que levam ao intenso aumento do fluxo migratório de haitianos que se deslocam do país ao longo de sua trajetória histórica.

Neste prisma, é relevante abordar as questões que abrangem a sociedade de risco, expressão utilizada por Ulrich Beck. Para o autor, os riscos foram apropriados para a reprodução do capital, seja por meio de seguros, seja pela produção de artefatos para a prevenção de ações de risco ou de perigo. Ele identifica nesse processo de desenvolvimento “uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal” (BECK, 1999, p. 2-7).

A questão é complementada com Wallerstein ao trazer à tona a análise do sistema-mundo. O autor refere que o capitalismo foi desde as suas origens um sistema social de economia-mundo, não limitado a nações ou a determinadas regiões, sendo o único sistema-mundo existente até o período moderno (2000, p. 71-105).

O autor ao analisar os sistemas-mundo indica que:

Todos os sistemas históricos eram sistemas-mundo (usando a palavra mundo para indicar uma grande região, não necessariamente o mundo todo), e que eram sistemas sociais históricos que eram a unidade básica de análise. Os Estados que os cientistas sociais vinham assumindo como unidade básica de fato existiam, mas como estruturas dentro do moderno sistema-mundo. Entretanto, o novo sistema-mundo não era pensado como uma coleção de estados-estruturas autônomos que ocasionalmente e de maneiras limitadas interagiam uns com os outros. Em vez disso, era um sistema integrado de múltiplos Estados e culturas com uma divisão axial de trabalho, um sistema com vida histórica. Foi criado (e chamo a atenção para analisar o momento e as condições sob o qual foi criado). Tinha estruturas que estavam simultaneamente resistindo e evoluindo. E, em algum ponto, se moveria para longe do equilíbrio e passaria por crises estruturais, até a

uma que levaria à sua morte e substituição por outro(s) sistema(s) histórico(s) (Tradução da pesquisadora)¹²(WALLERSTEIN, 2004, p. 6).

As ciências sociais precisam ser repensadas para que possam dar conta deste novo cenário que se apresenta. A noção de globalização “se refere a processos declaradamente novos, cronologicamente recentes, nos quais os Estados, diz-se, já não são mais as unidades principais de decisão política. Situam-se agora, somente agora, numa estrutura em que uma coisa chamada “mercado mundial”, entidade certamente reificada e um tanto mística, dita as regras” (WALLERSTEIN, 2002, p. 235).

Da mesma forma, se faz importante utilizar como referencial teórico Octavio Ianni que utiliza o termo sociedade global para abordar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais em escala mundial. De acordo com o autor o processo de globalização com que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais produzem desigualdades, tensões e antagonismos, o que acaba por debilitar o Estado-nação, assim como redefine as condições de sua soberania.

No tocante aos aspectos da globalização, do ponto de vista econômico, nota-se a formação de oligopólios transnacionais, bem como nos mercados de capital e em formas de valores globais, formando um mercado mundial unificado. No mesmo sentido, Habermas (1995, p. 98) afirma que “a globalização significa transgressão, remoção de fronteiras, e, portanto, representa uma ameaça para àquele Estado-nação que vigia quase neuroticamente suas fronteiras”.

Entender como se produz a globalização, que efeitos ela tem sobre questões a nível mundial, quais são as suas implicações no contexto do Haiti quanto Estado-nação, é fundamental. Trata-se de saber o que há de irreversível na globalização e o

¹² “World-systems analysis insisted that, apart from minisystems that no longer existed, all historical systems were world-systems (using the word “world” to indicate a large region, not necessarily the entire globe), and that it was historical social systems that were the basic unit of analysis. The states that social scientists had been assuming as the basic units did indeed exist, but as structures within the modern world-system. Therefore, the modern world-system was not to be thought of a collection of autonomous state-structures that occasionally and in limited ways interacted with each other. Rather it was an integrated system of multiple states and cultures with an axial division of labor, a system that had a historical life. It had been created (and one was called upon to analyze the moment and conditions under which it had been created). It had structures that were simultaneously enduring and evolving. And it would at some point move far from equilibrium and come into structural crisis, one that would lead to its demise and replacement by some other historical system or systems.” WORLD-SYSTEMS ANALYSIS, in *World System History*, [Ed. George Modelski], in *Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)*, Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford UK, [http://www.eolss.net] 2004. Disponível em: <http://www.eolss.net/ebooks/sample%20chapters/c04/e6-94-01.pdf>. Acesso em Janeiro de 2015.

que há de passageiro, o que é essencial e o que é acessório, produto de um momento ou de circunstâncias especiais no cenário internacional.

Sobre a questão da globalização Ianni refere:

A problemática global faz com que o sujeito do conhecimento seja desafiado a deslocar seu olhar por muitos lugares e diferentes perspectivas, como se estivesse viajando pelo mapa do mundo. As exigências da reflexão implicam a adoção de um olhar desterritorializado capaz de mover-se do indivíduo à coletividade, caminhando por povos e nações, tribos e nacionalidades, grupos e classes sociais, culturas e civilizações. Um olhar desterritorializado movendo-se através de territórios e fronteiras, atravessando continentes, ilhas e arquipélagos (IANNI, 1998, p. 36)

Ademais, Beck refere sobre o tema que “a irreversibilidade do processo de globalização, deve-se aos seguintes fatores: ampliação geográfica e crescente interação do comércio internacional, ininterrupta revolução dos meios tecnológicos de informação e comunicação, exigência universalmente imposta por direitos humanos, política mundial policêntrica, destruição ambiental mundial, pobreza mundial e conflitos transculturais localizados” (1999, p. 30-1 e 46).

Depreende-se que o mesmo processo da globalização que desenvolve a interdependência e a integração, promove a desigualdade e a contradição, onde a democracia pouco evolui. As implicações e desafios que esse processo acarreta no Haiti, uma vez que se globalizam perspectivas e dilemas econômicos, políticos, jurídicos, culturais e sociais contribuem para o enfraquecimento da soberania, da democracia e da cidadania.

O objeto de estudo ancorado nas questões de mobilidade humana no cenário global está amparado pelo referencial teórico dos sociólogos Ulrich Beck, Immanuel Wallerstein e Octávio Ianni, que bem retratam o cenário contemporâneo resultante do conjunto de transformações trazidas pelo processo de globalização, pelo desenvolvimento tecnocientífico, responsáveis pela criação da sociedade de risco. Assim como, o exame da noção de sistema-mundo é referência para caracterizar o panorama em que o fenômeno das migrações assume novo significado: uma das dimensões das mudanças ambientais globais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar quais são os fatores causadores dos deslocamentos forçados no Haiti e seus desdobramentos no Brasil, considerando a construção de uma nova categoria: os deslocados ambientais ou refugiados ambientais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) analisar o panorama histórico no qual o Haiti está inserido, a partir dos fatores: políticos, econômicos, sociais e ambientais;
- b) compreender os efeitos do fenômeno da globalização e da sociedade de risco neste processo;
- c) conhecer a realidade dos haitianos que vivem no Brasil, sobretudo, quem são aqueles que residem na cidade de Caxias do Sul, localidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul
- d) identificar se os fatores decorrentes da trajetória histórica do Haiti são causas dos deslocamentos forçados dos haitianos;
- e) inferir se os deslocamentos de haitianos caracterizam-se como refugiados ambientais ou deslocados ambientais;
- f) verificar a migração de haitianos para o Brasil e seus desdobramentos.

1.3 Procedimento Metodológico

1.3.1 Modalidade de Pesquisa

O procedimento metodológico a ser adotado é o estudo de caso, uma vez que tal procedimento permite verificar questões específicas em contextos delimitados. Para tanto se pretende explorar o caso dos deslocamentos forçados dos haitianos, a fim de compreender tal fenômeno e suas implicações numa sociedade global de risco. Este método permitirá um conhecimento mais amplo e detalhado sobre o tema a partir da construção histórica em seus diversos âmbitos. Da mesma forma, se

buscará averiguar se os fluxos migratórios corroboram para o surgimento de uma nova categoria de pessoas, os refugiados ambientais.

O estudo de caso enfatiza o conhecimento do particular. O interesse é selecionar uma determinada unidade e compreendê-la “em sua complexidade e em seu dinamismo próprio, fornecendo informações relevantes para a tomada de decisão” (ANDRÉ, 2005. p. 49).

Em geral, os estudos de caso se configuram em dois tipos: participante e não participante. A pesquisa em tela visa à ocorrência de uma interação entre a pesquisadora e os pesquisados, sendo que os sujeitos observados são um grupo de haitianos que residem no Município de Caxias do Sul/RS. A participação tem por objetivo aproximar a pesquisadora e os pesquisados com intuito de conhecer a realidade daqueles que migraram para o Brasil, sendo primordial a compreensão da trajetória de vida dessas pessoas, antes do período que precede os deslocamentos e após a sua ocorrência.

Anita Brumer sobre os procedimentos metodológicos refere que:

Os procedimentos metodológicos são desdobramentos lógicos dos elementos teóricos que fundamentam a pesquisa, por isso como todos os demais passos da sua concepção e execução, as decisões devem ser tomadas tendo em vista, sempre, o que é pretendido com a investigação proposta. De acordo com as questões formuladas no problema da pesquisa, algumas técnicas e instrumentos são mais adequados do que outros (2008, p.136).

A partir do estudo de caso proposto, a modalidade de pesquisa mais adequada a ser utilizada é um estudo qualitativo. A respeito da pesquisa qualitativa Bauer e Gaskell (2003, p. 68) assevera que a real finalidade da pesquisa qualitativa está em “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”, interagindo com diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema, no grupo social pesquisado. Esta modalidade de pesquisa prática está voltada para intervir na realidade social.

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os

pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem (FLICK, 2009, p. 16).

No mesmo sentido, Bauer e Gaskell defendem que a real finalidade da pesquisa qualitativa está em “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”, interagindo com diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema, no grupo social pesquisado. Esta modalidade de pesquisa prática está voltada para intervir na realidade social (2003, p. 68).

1.3.2 Técnicas de coletas de dados

A pesquisa empírica foi desenvolvida por meio de técnicas como realização de entrevistas semi-estruturadas, participação em reunião da Associação dos Imigrantes Haitianos de Caxias do Sul/RS, análise de notícias veiculadas na mídia sobre o tema, de notícias dispostas nas redes sociais e daquelas veiculadas no Instituto Nacional para Migrações, sob a coordenação da Irmã Rosita Milesi que atua diretamente com os haitianos. A participação em eventos que abordam a temática, como por exemplo, a 1ª Conferência Nacional para migração e refúgio, ocorrida em 2014 na Unisinos, que discutiu uma nova política ao enfrentamento de deslocamentos forçados, entre outros que propiciaram a discussão da situação dos haitianos no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.

Todas as técnicas utilizadas possibilitarão a melhor compreensão dos fatores e implicações que levam os haitianos a deslocarem-se para o Brasil em busca de uma nova condição de vida.

Em relação às entrevistas semi-estruturadas, Minayo aponta que tal técnica “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistador tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”, logo, com alguma liberdade, essa modalidade de coleta de dados nos oferece uma forma intensa, porém tranquila de adquirir importantes informações (1993, p. 64).

Segundo Bauer e Gaskell, a entrevista é considerada “uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas” (2003, p. 73). As entrevistas foram realizadas no decorrer da presente pesquisa sendo aplicadas individualmente com os 04 haitianos que residem no município de Caxias do Sul/RS: Jonas (31 anos), Gerald (36 anos),

Saint (44 anos) e João (45 anos), ressalvando que os nomes utilizados são fictícios a fim de preservar a identidade dos pesquisados.

Ademais, se utilizou a técnica de análise documental, a qual se deu por meio do levantamento de pesquisa bibliográfica nacional e internacional, especialmente artigos de periódicos internacionais especializados sobre o tema, pesquisa documental, sendo fundamental que a pesquisa integre a consulta a tratados, convenções, protocolos e outros instrumentos internacionais, publicações oficiais de organizações internacionais ligadas ao estudo dos índices de IDH do Haiti, da migração dos haitianos, bem como em relação aos deslocados ambientais ou refugiados ambientais, buscando informações junto a agências da ONU, como por exemplo, ACNUR/UNHCR, PNUMA/UNEP, UNU e em Organizações Intergovernamentais, como a IOM, FFP e naquelas não governamentais.

Além da realização de pesquisas em outras áreas do conhecimento, tais como as Relações Internacionais, a História, a área do Direito e suas ramificações, sendo imprescindível para colaborar com o entendimento das múltiplas facetas que o tema apresenta. Outra questão de suma importância é a transdisciplinaridade que proporciona um valioso diálogo entre diferentes olhares e perspectivas.

No mesmo sentido, vale destacar a lição de Mello, Barros e Sommerman:

A Transdisciplinaridade é uma teoria do conhecimento, é uma compreensão de processos, é um diálogo entre as diferentes áreas do saber e uma aventura do espírito. A Transdisciplinaridade é uma nova atitude, é a assimilação de uma cultura, é uma arte, no sentido da capacidade de articular a multirreferencialidade e a multidimensionalidade do ser humano e do mundo. Ela implica numa postura sensível, intelectual e transcendental perante si mesmo e perante o mundo. Implica, também, em aprendermos a decodificar as informações provenientes dos diferentes níveis que compõem o ser humano e como eles repercutem uns nos outros (2002, p. 09-10).

Por meio da análise de dados, foi possível identificar, organizar e classificar os dados coletados, interpretando-os e procurando um sentido mais amplo para as respostas encontradas, conforme se verificará o decorrer da presente dissertação. Muito embora, a dissertação esteja propensa a seguir um percurso metodológico rígido, é importante ressaltar que tais mecanismos não podem engessar a pesquisa, mas sim devem ser utilizados de forma a deixá-la flexível para que a realidade factual possa aflorar.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO E ECONÔMICO DE INSTABILIDADES E DESAFIOS NO HAITI

Figura 1 – Mapa do local pesquisado



Fonte: Disponível em:<www.haiti.org>. Acesso em fevereiro de 2015.

2.1 A colonização da Ilha *Hispanhola* e seus desdobramentos no âmbito político, econômico e social

O Haiti, desde a sua formação é um país, cujo contexto histórico é fortemente marcado por instabilidade política, econômica, social e ambiental.

A inserção do país na economia global guarda relação com a esfera social, que por sua vez, pode ser uma variável importante para avaliar a presença constante de conflitos no Haiti. E, para que se compreenda este cenário e suas implicações, torna-se necessária a construção de um breve percurso histórico que precede a independência da ilha Caribenha e a formação do país enquanto Estado-nação.

Trata-se de uma ilha que era habitada há mais de 7.000 anos por povos nativos, quando Cristóvão Colombo, em 1492, chega ao local e passa a chamar a ilha de *Hispanhola* e seus moradores recebem a denominação de índios. Mais tarde o local passa a chamar-se de *Saint-Domingue* pelos franceses. Hoje a ilha encontra-se dividida por dois países: o Haiti e a República Dominicana.

Estes primeiros moradores desenvolviam suas próprias culturas e eram senhores das terras, porém passaram a ser reivindicadas pela Coroa de Castela que

iniciou o processo de escravização destes povos para a realização de trabalho na agricultura, na cerâmica, assim como na extração de ouro. Com o passar do tempo, estes índios foram totalmente dizimados, vindo colaborar os relatos do espanhol Frei Bartolomeu que descreveu os genocídios praticados pelos colonizadores no interesse exclusivo de explorar as ilhas e sustentar o metalismo (LAS CASAS, 1990).

A partir de 1520 a colonização espanhola na região teve sua decadência. Por essa época, praticamente toda a população indígena havia sido exterminada pelos espanhóis. De acordo com Paul Farmer (2006, p.54) a escassez da mão-de-obra indígena, entre os anos de 1517 e 1540, acabou por trazer cerca de 30 mil homens africanos para trabalhar compulsoriamente nas lavouras de cana-de-açúcar, uma vez que tal cultivo no século XVI substituiu a extração de ouro.

Após a decadência espanhola, em meados de 1625, a ilha teve grande influência francesa, sendo que em 1697 houve a assinatura pela Espanha e pela França do Tratado de *Ryswick*¹³ que determinou a passagem do controle do terço ocidental de *Hispanhola* (Haiti) para a França, que já ocupava o território. A França com o controle do terço ocidental da ilha passou a chamá-la de *Saint-Domingue*: “conhecida como a Pérola das Antilhas, a mais rica colônia da monarquia francesa, na época, com sete mil e oitocentas propriedades agrícolas, onde se produziam café, algodão e, sobretudo açúcar” (SEITENFUS, 1994, p.1).

A região foi a mais próspera colônia francesa na América, graças a forte produção e exportação de açúcar, cacau e café. Assim como, a predominância de mão-de-obra escrava à metrópole aumentou significativamente os seus lucros, mas para assegurar tais riquezas era necessário que a estrutura da sociedade colonial estivesse organizada, sendo pensada e dividida hierarquicamente da seguinte forma: no topo se encontravam os “grandes brancos” que eram os proprietários e comerciantes de monoculturas; em segundo plano os funcionários da monarquia francesa; em terceiro se encontravam os “brancos pobres” que eram homens de ofício de baixa remuneração, como professores e artesãos. Esses três primeiros grupos somavam um total aproximado de 40 mil pessoas. Abaixo destes estavam os mulatos e negros. Os primeiros totalizavam 28 mil pessoas e eram cidadãos livres que não tinham o mesmo status social e direitos políticos desfrutados pelos brancos,

¹³ O Tratado de Ryswick foi o acordo de paz celebrado entre os países europeus após a Guerra da Liga de Augsburg (1688-1697).

e por fim a mais ampla camada social reunia mais de 452 mil escravos. Essa divisão trouxe desigualdades sociais, gerando descontentamentos e por consequência rebeliões (FARMER, 2006, p. 58).

A divisão de *Saint Domingue* iniciou um processo de sociogênese do Estado haitiano. A guerra civil e a insurreição escrava resultaram na eliminação dos brancos como força social e política, e na ascensão dos dois grupos remanescentes os antigos livres mulatos e novos livres os negros (ETIENNE, 2007, p. 85).

Em que pese *Saint-Domingue* estar sob constantes revoltas de escravos, a Revolução Francesa foi responsável por desestabilizar a estrutura social da ilha. Momento em que os grandes proprietários e comerciantes aproveitaram-se do contexto da metrópole para assumir o controle da Assembléia Colonial e excluir os mulatos e os brancos pobres de qualquer participação no processo decisório. Frente a este palco de revoltas e rebeliões, Toussaint L'Overture liderou a principal revolta dos escravos e declarou-se "Tenente Governador" em 1796. Substituiu a mão-de-obra escrava pela remunerada, o que resultou na retirada do monopólio comercial francês para expandir as relações comerciais com a Inglaterra e os Estados Unidos (FARMER, 2006, p. 61).

Em 1801, com a estabilização política da França, Napoleão Bonaparte enviou uma missão militar liderada pelo capitão-general Leclerc, a fim de capturar Toussaint L'Overture e retirá-lo do poder. A missão logrou êxito, Toussaint foi capturado e encaminhado para a França, onde faleceu em uma prisão. Após a sua captura Jean-Jacques Dessalines conduziu a retomada do combate. Como a França não conseguiu reagir, tendo em vista estar desprovida de soldados para enviar a ilha, pois seu exército se encontrava em guerra na Europa, os poucos que se encontravam na batalha acabaram sucumbindo ao serem acometidos por doenças tropicais como a febre amarela. O mesmo ocorreu com o capitão Leclerc que faleceu em 1802. Assim, o intento francês para conter a rebelião na colônia fracassou e *Saint-Domingue* declarou independência em 1804 (BUTEL, 2002).

O novo Estado haitiano foi construído sobre as cinzas de *Saint Domingue* pelas elites políticas. No mesmo sentido afirma Étienne: "A fuga dos capitais, da tecnologia e do conhecimento, devido à guerra e as suas consequências, o isolamento do Haiti, a hostilidade das grandes potências colonialistas e escravagistas da época, a falta de preparo das elites políticas e a limitação de sua

base de recrutamento, constituíram, portanto, obstáculos à construção do Estado moderno do Haiti” (2007, p. 108).

Nota-se, que a derrocada da França para o Haiti causou um descontentamento geral no Ocidente. A supremacia da raça branca sobre as demais era algo incontestável para as potências hegemônicas, além de servir de exemplo para outros povos colonizados. Sobre o tema Ricardo Seitenfus refere que:

Paris deve reagir, pois o caso haitiano pode servir de exemplo e indicar o caminho para a conquista da dignidade dos povos colonizados. O Ocidente colonialista e racista, inspirado pela posição francesa, define uma estratégia cuja aplicação se estenderá ao longo de dois séculos, alcançando os dias atuais. Ela envolve cinco dimensões: Estabelecer um cordão sanitário impedindo o Haiti de estabelecer e manter contatos internacionais; Enfraquecer o Estado haitiano, tornando o país ingovernável; Criar condições culturais e psicológicas no Ocidente fazendo com que tudo que venha do Haiti seja percebido como um mal em si; Perceber o Haiti como uma sociedade que ameaça os fundamentos das relações internacionais; Alimentar o pavor temeroso e covarde em relação ao Haiti (2014, p. 34).

Do mesmo modo, vem ao encontro à estratégia adotada pelos Estados Unidos, com intuito de manter o mar do Caribe intransponível para os haitianos, deixando-os presos em sua própria ilha e incomunicáveis com o restante do mundo, bem como impossibilitados de fazer parte do comércio mundial. Tal atitude aliada ao fenômeno da globalização e do capitalismo contribuiu para que o Haiti se mantenha por mais de 200 anos sob a submissão da comunidade internacional. Estes fatores acentuam a crise socioeconômica, política e ambiental que acomete o país.

2.2 A independência do Haiti e suas implicações

O país suportou treze anos de luta até alcançar a sua independência em 1804. No entanto, essa conquista não foi suficiente para romper com a estrutura social da ex-colônia francesa que manteve a centralização do poder nas mãos de uma minoria. Em decorrência da crônica dependência econômica os conflitos sociais se agravaram.

A França reconheceu a emancipação política do Haiti em 1824, mas exigiu que fosse indenizada pela perda da colônia. Mesmo buscando ampliar parcerias comerciais, dificilmente a elite haitiana conseguiria pagar a indenização à França. A ilha desde a sua independência foi tomada por lutas internas entre os negros e os

mulatos, com intuito de alcançar o poder, o que perdurou até meados de 1915. (NICHOLLS, 1996, p.8).

Nos anos de 1915 a 1934 o país foi ocupado pelos EUA, sob o argumento de que o mesmo precisava manter seus interesses geopolíticos no decorrer da Primeira Guerra Mundial. No período da Guerra Fria os EUA apoiaram a ditadura de François Duvalier, mais conhecido como *Papa Doc*, que permaneceu no poder até a sua morte. O seu sucessor Jean-Claude Duvalier, *Baby Doc*, assume o poder, dando continuidade ao regime totalitário e de terror iniciado por seu pai (HAGGERTY, 1991).

A solução para o problema estava na ocupação norte-americana que perdurou de 1915 até 1934. Muito embora, a ocupação não tenha trazido evoluções junto às estruturas econômicas, acabou por modernizar as estruturas políticas com a implementação das eleições, das câmaras de representantes e da democracia representativa. A defasagem econômica nos anos 50 fez retornar a crise. Duvalier rompe com o sistema de democracia representativa e impõe o regime ditatorial. Com o sistema pós-colonial apresentando seus sinais de esgotamento, os EUA vislumbram na Ilha Caribenha uma possibilidade de expansão, momento em que Washington ocupa o Haiti e o transforma em sua colônia. Vindo ao encontro a lição de Suzy Castor (2008):

No final do século XIX, durante a república oligárquica consolidada durante este século, o sistema pós-colonial começa a dar sinais de esgotamento. Enfrentam-se as dificuldades de crescimento e de busca, em meio de muitas contradições, da consolidação de um Estado capaz de assegurar a modernidade exigida pela segunda revolução industrial no campo internacional. A falta de hegemonia e as limitações estruturais e sistêmicas constituíam fatores de freio ao desenvolvimento econômico e da sociedade toda. Esta crise se manifestou com acuidade a princípios do século XX em um momento, quando o imperialismo nascente leva os Estados Unidos considerarem toda América Latina como sua zona de expansão natural e o Caribe como seu quintal. Assim, em 1915, o desembarque dos marines estadunidenses inicia a ocupação mais longa (1915-1934) na zona do Caribe e América Central.

A saída de *Baby Doc* do Haiti em 1986, em virtude de protestos e represálias contra seu regime autoritário, não foi à única responsável por desencadear a crise de representatividade política e institucional do regime autoritário na década de 80. A crise de 1986 remete a relevantes aspectos históricos que contribuem para a compreensão global dos processos que resultaram na fragilidade das instituições do país, na herança histórica de segregação social e na dependência econômica, conforme se demonstrará no decorrer da dissertação.

Percebe-se que todo este processo resultou em instabilidade política que obstaculiza o progresso econômico do Haiti. Ainda, o poder despótico aliado ao forte preconceito racial e as desigualdades sociais, fazem do país um local, no qual o conflito tende estar sempre presente.

No mesmo sentido, Frantz Douyon afirma que “o preconceito racial e as desigualdades, também possuem implicações no plano político, manifestada por meio do uso da força por parte das elites, sejam negras ou mulatas, contra as massas populares cujo tom de pele seja diferente. Mas quando os interesses políticos, econômicos e sociais convergiam, tal preconceito racial não impedia alianças entre setores mulatos e negros (2004, p. 80).

Em 1991 para amenizar o problema político que ocorria no país caribenho a OEA e a ONU integraram uma missão conjunta de observação eleitoral. O pleito foi vencido por Jean-Bertrand Aristide que assumiu a presidência do país, sendo quase imediatamente deposto pelo general Raoul Cedras em outubro do mesmo ano (SEITENFUS, 1994).

Após no ano de 1994, novamente as duas organizações enviaram ao Haiti tropas para a manutenção da paz. A finalidade era a de restabelecer Aristide ao poder, modernizar as forças armadas do país e criar a primeira polícia civil haitiana. Aristide se elege em 2000, porém, diante das suspeitas de fraude eleitorais novos conflitos iniciaram entre o governo e a oposição, levando os militares americanos a retirá-lo à força do país, sendo obrigado, portanto, a renunciar.

Sobre a renúncia de Aristide, Gerard Pierre-Charles destaca que:

Se instalava um clima de fim de regime, resultado da combinação de alguns acontecimentos importantes: a crescente e significativa mobilização da população (partidos políticos, sociedade civil, estudantes, etc) pedindo a saída de Aristide, a presença inesperada de grupos armados, as ferozes críticas da imprensa e finalmente o princípio de questionamento à legitimidade mesma do governo por parte de certas instâncias internacionais (2004, p. 3).

O presidente do Supremo Tribunal haitiano assumiu o comando do país no ano de 2004, e solicitou o auxílio da ONU para que paz e a ordem fossem restauradas. Em resposta o Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU estabeleceu a Força Multinacional Interina – MIF e aprovou a resolução de n. 1.542 que criou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. A missão comandada pelo Brasil objetivou a garantia da paz e da segurança

internacional frente à crise haitiana. Em 2006 o Haiti realizou as eleições, após quatro remarcações, e René Préval, ex-aliado do dirigente deposto, Aristide, vence as eleições presidenciais e permaneceu no poder até a realização da última eleição no país em 2010/2011, ocasião em que elegeu Michael Joseph Martelly.

Com relação à situação do Haiti antes do acometimento do terremoto em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH aferido pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD demonstram que 78% da população vivia no país em situação de pobreza, com menos de 02 dólares por dia¹⁴.

Na atualidade o Haiti ocupa o 8º lugar no *ranking* de países considerados frágeis¹⁵, apresentando um alto índice de vulnerabilidades em seus indicadores sociais, econômicos, políticos, militares e ambientais¹⁶, segundo o estudo realizado no ano de 2013 pelo Fundo para a Paz - FFP:

Quadro 1 – Indicadores sociais

Failed States Index 2013		Total	Demographic Pressures	Refugees and IDPs	Group Grievance	Human Flight	Uneven Development Poverty and Economic Decline	Legitimacy of the State	Public Services	Human Rights	Security Apparatus	Factionalized Elites	External Intervention	
1	Somalia	113,9	9,5	10,0	9,3	8,9	8,4	9,4	9,5	9,8	##	9,7	10,0	9,4
2	Congo (D. R.)	111,9	10,0	10,0	9,4	7,1	8,8	8,5	9,6	9,5	9,8	10,0	9,5	9,7
3	Sudan	111,0	8,8	10,0	10,0	8,4	8,5	7,8	9,6	8,8	9,3	9,8	10,0	10,0
4	South Sudan	110,6	8,9	10,0	10,0	6,5	8,9	8,6	9,1	9,8	9,3	9,6	9,8	10,0
5	Chad	109,0	9,5	9,7	8,8	8,0	8,9	8,0	9,7	9,9	9,8	9,4	9,5	7,9
6	Yemen	107,0	9,3	9,2	9,0	7,4	8,1	9,2	9,3	8,7	8,7	9,8	9,5	8,7
7	Afghanistan	106,7	9,3	9,2	9,2	7,2	7,8	8,2	9,4	8,8	8,4	9,9	9,4	10,0
8	Haiti	105,8	9,6	8,6	7,0	9,1	9,1	9,7	8,8	9,6	7,6	7,9	9,0	9,9

Fonte: Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/rankings>>. Acesso em Junho de 2014.

Pra obter este *ranking*, se utilizou de indicadores sociais, econômicos e políticos, nos quais cada indicador recebe uma nota de zero a dez, sendo zero o de

¹⁴ PNUD. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

¹⁵ Um estado é considerado frágil ou fracassado, quando “está falha apresenta vários atributos. Uma das mais comuns é a perda de controle físico do seu território ou o monopólio do uso legítimo da força. Outros atributos de fracasso do Estado incluem a erosão da autoridade legítima para tomar decisões coletivas, uma incapacidade de fornecer serviços públicos razoáveis, e a incapacidade de interagir com outros estados como membro de pleno direito da comunidade internacional.” FFP. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

¹⁶ FFP. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

menor intensidade, ou seja, mais estável, e dez o de maior intensidade, menos estável. Além disso, para obter o escore total foi efetuada a soma dos indicadores, o que resultou em uma escala de 0-120, conforme demonstra a tabela acima.

Em relação a esses indicadores, têm-se a seguinte divisão:

01. Pressões demográficas (9,6), este índice engloba a densidade populacional, os recursos necessários para manutenção da vida, as taxas de crescimento populacional, entre outros fatores; 02. Deslocamentos forçados (8,6); 03. Vingança de grupos (7,0), em razão de perseguição ou repressão de comunidades pelas autoridades do Estado, exclusão política; 04. Fuga humana voluntária (9,1), ou seja, a saída massiva de intelectuais, profissionais do país, devido à deterioração econômica do Haiti.

No que tange aos indicadores econômicos, pode-se notar a seguinte categoria: 05. Desenvolvimento econômico desigual (9,1), medido nas mais diversas esferas: educação, emprego, taxa de mortalidade infantil, empobrecimento; 06. Declínio econômico (9,7) medido por renda *per capita*, PIB, mortalidade infantil, níveis de pobreza, dificuldades em o Estado cumprir com suas obrigações sociais, entre outros.

Os indicadores políticos encontram-se dispostos da seguinte forma: 07. Criminalização ou deslegitimação do Estado (8,8) com a corrupção das elites governamentais, perda da confiança nas instituições e nos processos eleitorais, dificuldade do Estado na cobrança de impostos, etc; 08. Deterioração dos serviços públicos (9,6), como saúde, educação, saneamento básico, transporte entre outros; 09. Violação aos direitos humanos (7,6), uma emergência ditatorial e a suspensão de processos democráticos, além da afronta a legislação do país; 10. Aparato da segurança (7,9), atuando como Estado dentro do Estado, como a formação de milícias; 11. Crescimento de elites fracionadas (9,0), fragmentação das elites governantes e das instituições estatais; 12. Intervenção externa (9,9) para manutenção da paz no país.¹⁷

Os doze indicadores elencados abrangem uma ampla gama de elementos que destacam a fragilidade e a precariedade em que se encontra o Haiti. Soma-se a este panorama práticas de corrupção, a incapacidade do Estado em cobrar impostos ou não se socorrer do apoio dos cidadãos, os deslocamentos forçados da população, o declínio econômico acentuado, institucionalizada perseguição ou discriminação, fortes pressões demográficas, a deterioração do meio ambiente, elevado índice de mortalidade infantil, analfabetismo, precário acesso a água potável e ao saneamento básico, dentre outros fatores que corroboram com a falência do Estado haitiano e com a dificuldade de reestruturar-se.

A fraqueza de um Estado não resulta apenas de uma debilidade institucional, mas, sobretudo, da dificuldade de relação entre o Estado e a sociedade. Esse fato pode ser vislumbrado como ameaça ao sistema internacional, que por sua vez, torna

¹⁷ FFP. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/indicators>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

o país passível de uma intervenção externa, independentemente de sua legitimidade ou não.

A capacidade do país para lidar com o ataque de naturais desastres e doença resultante permanece baixa. Apesar de um grande afluxo de ajuda desde o terremoto de 2010, o Haiti permanece extremamente frágil, com a corrupção em larga escala e capacidade de governo limitado dificultando os esforços de recuperação e prejudicando sua capacidade de fornecer bens e serviços básicos para a maioria da população.

Com um histórico de violência, o retorno do exército a ilha Caribenha seria desastroso. Além disso, o péssimo estado dos serviços públicos no Haiti, incluindo um sistema médico abismal e uma escassez de profissionais treinados de todos os setores continuaram a dificultar o progresso do país.

Nesse sentido, Pierre-Charles destaca que:

O Estado haitiano durante este último século não conseguiu a adequação de sua estrutura e funcionamento, seus métodos e seus resultados às exigências do mundo moderno. No terreno político, econômico, social e cultural, este Estado parece prolongar o séc. XIX latino-americano, marcado pelo selo da autocracia desmedida que não dá ouvidos às exigências das maiorias em termos de democracia, justiça, progresso e desenvolvimento. Um Estado que era expressão de uma oligarquia esclerosada (de militares, de homens de negócios ou de políticos) não consegue – apesar das influências de modernismo importadas do estrangeiro pela forma de capital ou de modelo – gerir uma sociedade nem estimular as forças motrizes suscetíveis de garantir seu desenvolvimento. Sem legitimidade, sem representação real dos produtores ou dos trabalhadores, sem credibilidade entre os cidadãos, o Estado resulta débil em sua função de organização social, e forte enquanto instrumento de poder que funciona sobre a base da extorsão (2004, p. 236).

A análise da primeira década do século XIX permite afirmar que o Haiti teve um sério agravamento, principalmente, em relação ao quadro de deslocados ambientais e deslocados internos. Ao longo de um período de cinco anos, o país tem sido palco da elevação destes índices, vindo complementar uma pontuação desigual dos indicadores de desenvolvimento econômico e das pressões demográficas, o que lhe classifica como um país crítico, isto é, extremamente instável e vulnerável a conflitos internos¹⁸.

No tocante ao sistema político de governo do Haiti verifica-se que ele se encontra em desordem. Devido a um longo percurso histórico de instabilidade, de

¹⁸ FFP. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/indicators>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

conflito e de lutas armadas. No âmbito social a população sofre as mazelas de uma economia falida, cenário que se agravou com o terremoto no ano de 2010. A capacidade do Estado tem sido seriamente afetada. As instituições, a estabilidade e o desenvolvimento foram enfraquecidos. O Palácio Presidencial, o Parlamento, a Suprema Corte e a maioria dos prédios do governo e da administração pública acabaram destruídas. Muitas escolas, hospitais, tribunais, delegacias de polícia e presídios também sofreram graves danos e pesadas baixas. Isso tem afetado a precária situação da administração pública, o sistema judicial, a polícia e as instituições que prestam serviços públicos - saúde, água, saneamento, higiene, segurança alimentar, educação e cultura¹⁹.

Neste íterim, vem ao encontro os ensinamentos de Francis Fukuyama (2005) ao distinguir entre o escopo das atividades do Estado - diferentes funções e metas assumidas pelo Estado - e a força do poder do Estado, ou seja, a capacidade dos Estados de planejar e executar políticas e fazer respeitar as leis de forma limpa e transparente, também chamada de capacidade institucional. Os EUA são citados como exemplo de um Estado forte (com alta capacidade de criar e fazer cumprir leis e políticas) e pouco extenso, com grandes liberdades individuais e de mercado. O autor afirma ainda que “(...) a essência da estatidade é a sanção: a capacidade suprema de enviar alguém, com um uniforme e uma arma, para obrigar as pessoas a respeitar as leis do estado” (p. 21).

O Estado deve se esforçar para ser forte institucionalmente, ao invés de extenso no escopo de suas atividades. Aliado ao pensamento de Fukuyama está John Keynes quando defende que o importante não é o governo fazer um pouco melhor ou um pouco pior do que outros fazem, mas fazer aquilo que ninguém faz:

O mais importante da agenda do Estado não se relaciona com as atividades que os indivíduos privados cumprem, mas sim com as funções que estão fora da esfera do indivíduo, e que cabe ao Estado fazê-las. O importante para o governo não é fazer as coisas que os indivíduos já estão fazendo, é fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior; fazer aquelas coisas que no momento não são feitas (KEYNES, 1926, p. 4)²⁰.

¹⁹ PNUD. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

²⁰ Tradução da autora. The most important Agenda of the State relate not to those activities which private individuals are already fulfilling, but to those functions which fall outside the sphere of the individual, to those decisions which are made by no one if the State does not make them. The important thing for government is not to do things which individuals are doing already, and to do them

Os índices de pobreza no país elevaram-se significativamente depois do terremoto de 2010, desde então a maior parte dos haitianos se encontra em estado de desnutrição e sujeita a doenças como a propagação da AIDS e da cólera, elementos que acentuam os deslocamentos forçados.

Além destas implicações, a comunidade internacional reduziu o auxílio prestado ao Haiti. Contudo, a intervenção externa prevalece em território haitiano em nome da manutenção da paz e da ordem.

2.3 O lugar do Haiti na geopolítica Latino Americana

Primeiramente, cabe referir o seguinte questionamento: que lugar o Haiti ocupa na geopolítica latino-americana e nas relações internacionais? Partindo dessa indagação será possível entender o contexto de um país que possui 68% de seu orçamento nacional constituído por sanções e subvenções exteriores em nome da restauração da democracia. Trata-se de um país com mais de 200 anos de independência, mas com a soberania tolhida, além de ser o único país latino-americano alvo de sanções pelo Conselho de Segurança da ONU – CSNU.

Uma das sanções impostas ao país ocorreu de 1991 a 1994, momento do golpe de Estado que destituiu o presidente democraticamente eleito no país, fez com que a OEA levasse ao CSNU a reclamação de violação à democracia e a necessidade de intervenção no país. O Haiti sofreu sanção e essa colaborou para a sua desestabilização, sendo agravada mais tarde pela intervenção humanitária.

Por conseguinte muitas das decisões que são tomadas no Haiti são feitas no exterior, como foi o caso das últimas eleições em 2010. Diante de tal cenário Suzy Castor refere que:

De fato, a multiplicidade dos atores que entraram em cena, ou pelo menos adquiriram certa visibilidade, “complica” a vida política tradicional. Os camponeses, que desde a ocupação dos Estados Unidos havia sido excluído do cenário político; a população dos novos bairros marginais surgidos nos últimos anos; as classes médias; os habitantes das províncias que se enfrentam com os atores tradicionais debilitados, que são minoria. [...] O exército, coluna vertebral do sistema, derrotado politicamente desde 1990, sobre tudo depois do absurdo golpe de Estado em 1991 contra um presidente democraticamente eleito, foi dissolvido em 1994 e desapareceu

do cenário político. E, por último, o ator internacional adquiriu uma dimensão gigantesca na sua influência nas tomadas de decisão políticas, o que faz desaparecer a noção de soberania nacional (2008).

Segundo a autora, o Haiti caracteriza-se por suas contradições e confrontações que despertam na sociedade um anseio por uma luta política pacífica, mas de outro modo há o constante deslocamento forçado de seus nacionais, que abandonam o país na busca de uma vida melhor:

A luta política sumamente aguda que não deixa de ser pacífica e está marcada pela prioridade do político. Ainda assim, os incontáveis assassinatos políticos ou de caráter coletivo, o constante deslocamento interno da população, a emigração massiva de *boat people* ou de profissionais explicam a grande polarização social que caracteriza o país. O arcaísmo do sistema e a incapacidade do Estado para cumprir com suas funções nacionais promovem, de maneira cada vez mais evidente, a busca de uma solução a uma crise total.

O Haiti sofre intervenção internacional quando a ONU envia suas tropas para o país, em 1994. As razões estão ligadas a necessidade da manutenção da paz, o restabelecimento de Aristide ao poder, a modernização das forças armadas e a criação da primeira polícia civil haitiana. No ano de 2000, Aristide se elege, mas renuncia logo em seguida. As suspeitas de fraude no pleito eleitoral levaram os militares americanos a retirá-lo à força do país. No período subsequente toma o poder o presidente do Supremo Tribunal haitiano. Surge a Minustah para intervir no país e retomar a ordem.

Diante de todos os acontecimentos percebe-se, que aos olhos da comunidade internacional, o Haiti é considerado uma ameaça à paz e a segurança internacional. Sem contar que representa afronta a estabilidade do Caribe. Tal fato decorre do fracasso da instituição da democrática representativa, uma vez que não existe tradição democrática no país. No mesmo sentido só ocorre estabilidade política no momento em que o poder é imposto de forma absoluta, ou seja, só se concretiza a estabilidade por meio de governo ditatorial, e por consequência o emprego da força é o mecanismo habitual para a resolução de conflitos.

Castor (2008) alega que:

O peso do fator internacional: a MINUSTAH. A comunidade internacional adquiriu tal presença e força em cada etapa desta transição que se converteu em um ator já imprescindível no panorama haitiano. É certo que hoje a cooperação entre os países do norte e do sul se desenvolve em um mundo cada vez mais determinado pela lógica unipolar. Mas no Haiti se

reconhece que esta assume outra dimensão, já que a influência internacional é sobre determinante nas decisões nacionais ao assegurar com a ajuda externa quase 60% do pressuposto nacional, além da presença de 7.200 soldados, 1.500 policiais e um número incontável de expertos civis. Tendo em conta que o problema da segurança no Haiti constitui “uma ameaça à paz e segurança internacional assim como para a estabilidade do Caribe”, se considera prioritário o objetivo de assegurar um contexto de segurança capaz de contribuir à normalização da vida pública, ao restabelecimento do Estado de direito e ao apoio do processo constitucional e político promovendo os princípios de governos democráticos e o desenvolvimento das instituições.

Esta postura de intervenções, principalmente defendida pelos EUA face à crise política instaurada no Haiti, advém de interesses que vão além da defesa da democracia. Envolve aqueles voltados ao fechamento de fronteiras, na medida em que fluxos migratórios de haitianos despontaram para o litoral da Flórida, fenômeno conhecido como *boat people*.

Do mesmo modo, João Clemente Baena Soares assevera que: “o que resolveu a situação do Haiti foi à migração do chamado *boat people*. O êxodo dos haitianos para o litoral da Flórida aumentou tremendamente, os americanos foram sensíveis a isso, e veio a intervenção militar. Digo e repito, os americanos não defenderam a democracia, defenderam o litoral da Flórida, por isso foram ao Haiti. Como resultado, voltou Aristide” (2006, p. 86).

Denota-se que o cerne estrutural do problema que assola o Haiti, em seus mais de 200 anos de independência está vinculado com a crise de poder marcado pela desigualdade social e pela continuada depressão econômica.

O país é integrante do sistema-mundo, tendo em vista que o capitalismo foi desde as suas origens um sistema social de economia-mundo, não limitado as nações ou a determinadas regiões, e, portanto, depende da economia externa.

O agravamento deste cenário se dá com o aumento da migração do campo para a cidade, “fazendo com que a agricultura tradicional de subsistência desapareça completamente. Os interesses do maior produtor agrícola mundial coincidem com os conselhos provenientes do FMI: a agricultura haitiana, não possuindo economia de escala e competitividade, deve ser abandonada” (SEITENFUS, 2014, p. 449).

Além disso, o Haiti faz parte da sociedade global e do processo de globalização. Se por um lado esse processo é o responsável por desenvolver a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais, por outro produz desigualdades, tensões, antagonismos e debilita o Estado-nação. Ademais,

ele redefine as condições de soberania, provoca o desenvolvimento de diversidades, de desigualdades e de contradições, seja em escala nacional ou mundial. Sem dúvida a globalização inflacionou a crise que se instaurou no Haiti. O problema está em o país vencê-la.

Ianni sobre a sociedade global ensina que:

Mais do que nunca, as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais estão lançadas em escala mundial. O mesmo processo de globalização, com que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais, produz desigualdades, tensões e antagonismos. O mesmo processo de globalização, que debilita o Estado-nação, ou redefine as condições de sua soberania, provoca o desenvolvimento de diversidades, desigualdades e contradições, em escala nacional e mundial (2001, p. 49).

Da análise contextual do Haiti e de seus problemas estruturais nas esferas políticas, sociais e econômicas é possível afirmar que o país não acompanhou o processo de modernização, resultante do conjunto de transformações trazidas pela globalização e pelo desenvolvimento tecnocientífico, haja vista caracterizar-se pela sua não produção e pela sua incapacidade de livrar-se da submissão internacional. O modelo de Estado atual demonstra-se incapaz de criar e gerir uma instituição democrática que seja forte e soberana e que de fato propicie a sua independência.

Neste sentido, Seitenfus (2014) assevera que “com a irritante insistência em não compreender a natureza primeira da crise haitiana, novamente a comunidade internacional intervirá decisivamente com seus militares nos assuntos internos do país” (p. 82). Ainda, conforme o autor:

Como se fosse um símbolo atestando as tumultuosas relações entre o mundo e a irrequieta República negra, no ano do aniversário do bicentenário de sua independência, o Haiti será ocupado por forças militares estrangeiras. Disposto a permanecer o tempo que julgar necessário, o poder internacional pretende, uma vez por todas, normalizar um país considerado anormal, estabilizar um sistema político cujo fundamento repousa na instabilidade, integrar ao sistema internacional uma economia que sobrevive graças à ajuda externa e, finalmente, extirpar os demônios que assombram há dois séculos (SEITENFUS, 2014, p. 82).

A intervenção Ocidental na crise haitiana ocorrida em 2004 se assenta “na mistura do paternalismo, de messianismo e de ingenuidade que incita a favorecer as ideias de intervenção no que elas têm de cínico, fazendo crer que tudo o que é ocidental é necessariamente bom para o mundo” (BADIE, 2011, p. 140).

Ao retomar o questionamento inicial acerca do lugar ocupado pelo Haiti no contexto latino-americano, vale destacar que juridicamente é um Estado formalmente soberano, com fronteiras delimitadas e reconhecidas, com seus nacionais, reconhece e afirmou o princípio das relações internacionais da autodeterminação dos povos, princípio conquistado bravamente pelos revolucionários haitianos, assim como a defesa da igualdade da raça humana.

No entanto, o que de fato se vislumbra é um Haiti com uma soberania reconhecida como ficção jurídica, na medida em que possui um poder de polícia limitado e uma restrita capacidade de auto administrar-se. Neste ponto, vem corroborar Castor (2008) ao afirmar que o papel da Minustah no Haiti é exatamente o de auxiliar na reconstrução democrática do país, possibilitando o fortalecimento do Estado e de suas instituições:

Nesta mesma perspectiva, com as considerações efetivas de reconstrução democrática e contribuição efetiva ao desenvolvimento econômico e social do Haiti expressadas na resolução 1.542 de 30 de abril de 2004, a presença das tropas teria que resultar em uma operação de solidariedade de ampla visão suscetível de acompanhar ao Haiti, nação pioneira da emancipação continental, na sua tarefa de institucionalização e desenvolvimento duradouro.

Seintenfus refere que “a burocracia internacional e certos interesses nacionais que se esforçam a defender a continuidade da Minustah tentam justificá-la por seu papel dissuasivo e a repressão aos atos de criminalidade comuns que ocorrem no Haiti. Se esta constitui a razão essencial da missão de paz há inúmeros países nas Américas e fora dela que deveriam abrigar Operações de Paz antes de cogitá-las ao Haiti” (2014, p. 453).

O autor relata que a sua vivência no Haiti como representante da OEA, lhe possibilitou concluir que a missão de paz das Nações Unidas no país foi um fracasso, pois “durante o período de ocupação o país arruinou-se economicamente, sua agricultura tradicional foi abandonada, seu povo empobreceu ainda mais, seu Estado debilitou-se, suas instituições foram sistematicamente desrespeitadas, o terremoto prostou-o, a cólera poluiu suas águas e fez centenas de milhares de vítimas” (SEITENFUS, 2014, p. 454).

Neste interím, importante destacar ainda o que refere o autor:

[...] Deixados a própria sorte, Estados fantasmas como o Haiti morreriam e provavelmente ressuscitariam pela revolta e pela revolução. Mantido o dreno internacional, seu povo vegetará por décadas, ao passo que a indústria da ajuda internacional terá assegurado um futuro promissor [...] (SEITENFUS, 2014, p. 446).

A ajuda internacional não está dando conta de assegurar um futuro promissor para o Haiti, pelo contrário, o que se verifica na atualidade é a absoluta incapacidade da ONU e da Minustah em definir uma estratégia que possibilite fortalecer a instituição estatal, a fim de que o país se liberte da crise.

A ONU traçou um plano que limita gradualmente o efetivo militar que se encontra no país. O objetivo é encerrar a participação no local. De acordo com a organização, a partir de junho de 2015 o total de militares que ocupa o país passará dos 5.021 para 2.370, com tropas de quatro países.

Segundo o relato do general brasileiro José Luiz Jaborandy Júnior, comandante da Minustah: “passamos de protagonistas a coadjuvantes, mas isso é natural em uma missão de paz”. O embaixador do Brasil no Haiti, José Luiz Machado e Costa, destaca a possibilidade de intimidação e violência no interior do país com a ação de cabos eleitorais. Ainda, afirma que “é preciso contingente para monitorar as urnas, e o general se preocupa que vai faltar gente”²¹.

Diante do atual cenário é importante questionar até que ponto há realmente o interesse da comunidade internacional em propiciar a emancipação da soberania do Haiti? Ou será que existem outros interesses no tocante a submissão do Haiti a outras nações e na manutenção da missão de paz da ONU no local? Indagações que necessitam ser refletidas.

²¹ Folha de São Paulo. Redução de tropas da ONU no Haiti pré-eleições preocupa brasileiros. Domingo, 19 de abril de 2015, A 12. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>. Acesso em Junho de 2015.

3 DESLOCADOS AMBIENTAIS: UMA REALIDADE CONTEMPORÂNEA NA SOCIEDADE GLOBAL

3.1 A questão ambiental como um dos problemas históricos no Haiti

O aspecto ambiental é fundamental dentro no processo de compreensão histórica do Haiti. O país está imerso em uma profunda crise ambiental, vindo ao encontro um panorama de catástrofes naturais, como o terremoto que assolou o local em 2010. O evento foi considerado um dos maiores desastres urbanos em 200 anos e gerou mais de 300 mil vítimas fatais, além de aproximadamente um milhão e meio de pessoas desabrigadas, o que intensificou a migração.

Ao longo de sua trajetória histórica socioambiental e econômica, o país tem sido acometido por desastres naturais. Encontra-se localizado na segunda maior ilha do Caribe, situado a 77 km ao sudeste de Cuba e compreende várias ilhas que cercam o território principal. Ocupa o terço ocidental da ilha compartilhada com a República Dominicana com 1.530 km de linha de costa, bem como sua terra é montanhosa entre o Oceano Atlântico no Norte e no Mar do Caribe no Sul. Localiza-se em uma placa Caribenha que o torna um local propício a ocorrência de terremotos. A incidência de falhas geológicas é o fator agravante, pois um simples movimento para cima ou para baixo faz com que os tremores sísmicos possam gerar grande catástrofe²².

Os problemas que acometem o Haiti decorrem não somente da trajetória histórica socioambiental, política e econômica do país, mas também são oriundos de uma sociedade industrial ameaçada por fatores tecnológicos, e acima de tudo ecológicos, agravada na sociedade de risco que é potencializada pelo desenvolvimento tecnocientífico, na qual esta nova estrutura social apresenta riscos de alcance global com uma potencialidade catastrófica, ocasionando as alterações no meio ambiente como mudanças climáticas, aquecimento global, etc (CARVALHO, 2008, p. 13-4).

A Ilha de *Hispaniola*, que abriga o Haiti e a República Dominicana, é um exemplo atual de que a tomada de decisões equivocadas na esfera ambiental e política acabam por ser um dos elementos definidores para o destino da ilha. Ambos

²² Embaixada da República do Haiti. Disponível em: <<http://www.haiti.org/index.php/economic-xm-affairs-xm/26-the-embassy/content/121-haiti-at-a-glance>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

os países compartilham da mesma ilha, com as mesmas limitações geográficas e climáticas, porém a complexa relação existente na esfera ambiental, principalmente, no que diz respeito à utilização sem controle dos recursos florestais e o distinto rumo político adotado por cada um destes países acabou por torná-los drasticamente distintos, sendo o Haiti caracterizado como sinônimo de caos e miséria, enquanto a República Dominicana encontra-se na rota turística mundial.

No mesmo sentido, André Weyermüller assevera que: “Vista do ar, a fronteira entre os dois países deixa claro uma diferença chocante: uma ilha serrilhada demarca uma fronteira que se destaca por ter a leste (República Dominicana) uma cor verde escuro a oeste (Haiti), um tom marrom revelador de um desmatamento gigantesco” (Weyermüller, 2014, p. 172), conforme se pode vislumbrar na imagem que segue:

Figura 2 – Imagem da fronteira do Haiti e República Dominicana



Fonte: Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em Março de 2015.

O autor continua ao afirmar que:

Os problemas de ordem social e política que hoje são vividos pelos haitianos são resultantes de um processo longo e previsível de degradação social, que passa pela degradação ambiental, levada a cabo pela evidente incapacidade de adaptação daquela sociedade. Comparativamente, a República Dominicana apresenta uma realidade bastante diferente, a renda da população é cinco vezes maior que a do Haiti. Em termos políticos, ao menos nominalmente, a República Dominicana é uma democracia que se sustenta por conta própria (sem a necessidade de intervenção) e não foi alvo de golpe militar nas últimas décadas (WEYERMÜLLER, 2014, p. 172).

A localização geográfica do Haiti é propensa a tragédias naturais e acaba por auxiliar nos efeitos da crise histórica ambiental. Jared Diamond sobre a questão aponta que:

Hoje, 28% da República Dominicana ainda são cobertas de florestas, contra apenas, 1% do Haiti. No Haiti e na República Dominicana, assim como em toda parte do mundo, as conseqüências de todo esse desmatamento incluíram falta de vigas de madeira e outros materiais de construção da floresta, erosão e perda da fertilidade do solo, assoreamento nos rios, perda de proteção das bacias hidrográficas e, portanto, de energia hidrelétrica potencial, e diminuição de chuvas. Todos esses problemas são mais graves no Haiti do que a República Dominicana. No Haiti, mais urgente do que uma dessas conseqüências é a carência de madeira para fazer carvão principal combustível para cozinhar (DIAMOND, 2010, p. 397- 399).

Ainda de acordo com a lição do autor, vale ressaltar que:

O Haiti é pequeno, formado por quatro parques nacionais, ameaçadas por camponeses que derrubam árvores para fazer carvão. Em comparação, o sistema de reservas naturais da República Dominicana é relativamente o mais completo e o maior das Américas, compreendendo 32% da área do país em 74 parques ou reservas, e incorpora todos os tipos importantes de habitat. É claro que o sistema também, sofre com uma abundância de problema e uma deficiência de fundos, mas ainda assim é impressionante para um país pobre com outros problemas e prioridades. Por trás do sistema de reservas há um vigoroso movimento nativo de preservação, com muitas organizações não-governamentais mantidas pelos próprios dominicanos, e não impostas ao país por conselheiros estrangeiros (DIAMOND, 2010, p. 400).

Muito embora o Haiti e a República Dominicana ocuparem a mesma ilha, percebe-se um acentuado contraste entre os dois países. As suas trajetórias históricas diferem-se nos aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais, onde ambos possuem um patrimônio florestal distinto. O Haiti resulta de um percurso histórico marcado pela falta de planejamento e preservação de recursos naturais, enquanto a República Dominicana seguiu caminho inverso. Cumpre mencionar o que afirma Anthony Giddens sobre a passagem do furacão Jeanne, em 2004 pela região:

Durante o furacão, uma chuva pesada caiu ininterruptamente sobre a ilha por 30 dias. O Haiti tem 98% de sua superfície desmatada, em conseqüência do fato de os ilhéus pobres derrubarem as árvores para produzir carvão vegetal. O resultado foi que a chuva desceu em cascatas pelas encostas dos morros, inundando a capital e outras regiões. Muitos sobreviventes ficaram desabrigados, as culturas de arroz e frutas foram destruídas e várias doenças se disseminaram. A República Dominicana compartilha a outra metade da ilha com o HAITI. Não é um país tão pobre, e

grande parte de suas florestas tropicais mantém-se intacta. Ali apenas 25 pessoas morreram em decorrência do furacão. (GIDDENS, 2010, p. 218).

Conforme Diamond, o contexto ambiental a ser adotado por determinada sociedade é capaz de delimitar o sucesso ou o fracasso dela, pois “os problemas ambientais afetam as sociedades humanas, mas as respostas da sociedade também fazem uma diferença” (2010, p. 401). Desta forma, o Haiti caracteriza-se no cenário contemporâneo como um país resultante das transformações oriundas do processo de globalização, do desenvolvimento tecnocientífico, responsáveis pela criação da sociedade de risco, no qual o fenômeno das migrações assume novo significado como uma das dimensões das mudanças ambientais globais.

O autor destaca também que muito antes de ocorrer o terremoto, em 2010, o desmatamento contínuo no país aliado a poucas quantidades de chuva contribuíram para a perda da fertilidade do solo, e conseqüentemente para o aumento dos problemas sociais e econômicos existentes no país (DIAMOND, 2010, p. 408-409). A escassez de recursos naturais, juntamente com o processo de aquecimento global e mudanças climáticas são entraves para o desenvolvimento do Haiti, lembrando que tal escassez advém de uma sociedade capitalista consumista, que por sua vez, culminará em problemas econômicos, sociais e ecológicos.

De acordo com Weyermüller, atualmente a situação do Haiti se mostra desesperadora, enquanto a realidade da República Dominicana se revela confiante no futuro, sobre esta questão importante trazer à tona os apontamentos do autor:

Se nos dias de hoje a situação do Haiti é desesperadora e a da República Dominicana revela certa confiança no futuro, não significa que no futuro a mesma realidade será mantida, uma vez que depende fundamentalmente de como se encaminharão os processos decisórios daqui para frente. Nesse sentido, adaptar-se significa primeiramente conhecer-se adequadamente (WEYERMÜLLER, 2014, p. 176).

Em relação ao futuro do Haiti Diamond (2010, p. 400) remonta a um cenário não tão promissor, inclusive destaca que a pergunta que todo visitante do país se faz é se há alguma esperança para aquele lugar; e a resposta mais comum é não. Ainda destaca que:

O mais pobre e um dos mais superlotados dos países do Novo Mundo, ele torna-se cada vez mais pobre e superpovoado, com uma taxa de crescimento populacional de cerca de 3% ao ano. O Haiti é tão pobre, e tão deficiente em recursos naturais e em recursos humanos treinados ou

educados, que realmente é difícil saber como melhorar alguma coisa. Se, por outro lado, olharmos para o exterior em busca de ajuda externa de governos, iniciativas de ONGs ou esforços privados, o Haiti também não tem capacidade de utilizar a ajuda externa de modo eficiente” (DIAMOND, 2010, p. 425).

Desde a independência do Haiti, em 1804, esta parte da ilha era a mais rica e mais populosa, ou seja, o país foi mais rico e poderoso que seu país vizinho, a República Dominicana. Inclusive no século XIX invadiu esse país por diversas vezes e a anexou em seu território durante 22 anos (DIAMOND, 2010, p. 401).

Mas o que levou a derrocada do Haiti como Estado-nação? E a se diferenciar do país vizinho? Uma das razões para o declínio do Haiti face ao desenvolvimento da República Dominicana está na diferente trajetória histórica de ambos os países, lastreada pelas atitudes políticas de seus líderes e na construção de instituições estatais diferenciadas. Em 1850, o Haiti tinha um território menor que o país vizinho, porém, uma população maior, composta de negros descendentes de africanos e uma minoria de mulatos e uma economia de culturas de subsistência com pouca exportação.

O país diante de sua experiência com a escravidão proibiu que estrangeiros possuíssem terras ou investissem no local. Em contrapartida a República Dominicana baseava sua economia na criação de gado, bem como abriu as suas fronteiras para os imigrantes das mais diversas nacionalidades, incluindo entre estes, homens de negócios e profissionais especializados, os quais receberam a cidadania dominicana, contribuindo para o crescimento econômico do país que estava aberto à prática do comércio com a Europa (DIAMOND, 2010, p. 404-405).

Desta forma, o Haiti era visto pelos demais países como uma sociedade africana, composta de escravos e que falava *creole*. Não mantinha uma economia de exportação, enquanto a República Dominicana ganhava a simpatia dos europeus e falava espanhol. Contou com o auxílio europeu e posteriormente com os Estados Unidos, fator que proporcionou ao país desenvolver uma economia de exportação baseada no cacau, no tabaco, no café e nas plantações de cana-de-acúcar.

Além disso, a trajetória política de ambos os países foi marcada por instabilidades. Os dominicanos conseguiram superá-las, diferentemente do que ocorreu e ainda ocorre com os haitianos. No lado dominicano da ilha, Rafael Trujillo se elegeu presidente em 1930, foi considerado um dos piores ditadores da América Latina, trabalhou no sentido de modernizar o país, desenvolveu a economia, a infra-

estrutura e as indústrias. O país é considerado hoje o terceiro maior exportador de abacates no mundo. A República Dominicana encontra-se em desenvolvimento e possui uma renda *per capita* cinco vezes mais alta do que o Haiti, além de ter um crescimento populacional mais baixo. Nos últimos 38 anos houve a perpetuação do regime democrático no país. No lado haitiano predominava a sucessão instável de presidentes até chegar ao poder Papa Doc Duvalier, outro ditador impiedoso. Porém, do contrário do que fez Trujillo, Papa Doc optou por obstaculizar o progresso econômico do Haiti, resultando em um cenário econômico negativo que perdura até a atualidade (DIAMOND, 2010, p. 400-410).

Nota-se que as esferas políticas e econômicas, ao longo do percurso histórico destes dois países contribuíram e contribuem para a condição atual de cada um deles, como se pode verificar no decorrer da presente dissertação, somado aos fatores socioambientais que acentuaram e continuam a acentuar a crise no Haiti.

No mesmo sentido, vem ao encontro o que argumenta Diamond:

Finalmente, os problemas de desmatamento e pobreza do Haiti comparados aos da República Dominicana se agravaram nos últimos 40 anos. Mas a pobreza do Haiti forçou seu povo a permanecer dependente do carvão como combustível, acelerando a destruição das florestas que lhe restavam (DIAMOND, 2010, p. 410).

Outro fator relevante que compromete o meio ambiente dos dois países é a questão do consumo na República Dominicana, sustentado pelos dominicanos que trabalham em outros países. Esta conduta acarreta em rejeitos que sobrecarregam a coleta de lixo, e por sua vez, tais detritos acabam nos rios, nas ruas, seja na cidade ou no campo, sendo que tal prática não atinge somente as reservas naturais existentes no seu país, mas também resultará em efeitos danosos ambientais e climáticos no país vizinho, Haiti pela sua proximidade e localização, o que corrobora com a ocorrência dos deslocamentos forçados.

De acordo com Diamond (2010, p. 424) “as perspectivas da economia e da sociedade do país suscitam divergências de opiniões, alguns dominicanos estão profundamente pessimistas, quase sem esperança. Sentem-se desencorajados pela fraqueza e corrupção dos governos recentes, e pelos recentes e graves reveses da economia dominicana. As aspirações consumistas estão além dos níveis que o país pode suportar, bem como a globalização que também afeta aos dominicanos acaba por afetar outros países”, especialmente seu país vizinho, o Haiti.

E qual a visão acerca do Haiti neste cenário? Segundo Diamond (2010, p. 425), “o país torna-se cada vez mais populoso, pobre e deficiente em recursos naturais e em recursos humanos treinados ou educados que realmente é difícil saber se vai melhorar alguma coisa”. Ainda, por a República Dominicana ser um país com melhores condições econômicas e socioambientais que o Haiti, esses acabam por atravessar a fronteira em busca de emprego e de madeira no país. Sobre a questão pontua o autor:

Os posseiros haitianos tentam ganhar a vida como agricultores no lado dominicano junto à fronteira, em terras de baixa qualidade que os agricultores dominicanos desprezam. Mais de um milhão de pessoas com origem haitiana vivem e trabalham na República Dominicana, a maioria ilegalmente, atraídos por melhores oportunidades econômicas e maior disponibilidade de terras, embora a República Dominicana seja um país pobre. Os haitianos aceitam trabalhos árduos e mal pagos que poucos dominicanos querem para si – especialmente no setor de construção, como lavradores, fazendo o trabalho duro e doloroso de cortar a cana, na indústria turística, como vigias, empregados domésticos e fazendo transporte sobre bicicletas (pedalando enquanto carregam e equilibram imensas quantidades de mercadoria para venda ou entrega) (DIAMOND, 2010, p. 426-427).

Diante dos breves apontamentos sobre a construção histórica dos dois países, pode-se denotar que o Haiti fora no passado um país com melhores condições econômicas que seu vizinho, porém em razão de suas escolhas nos mais diversos fatores vislumbrados neste capítulo, tornou-se um país onde seus nacionais precisam buscar postos de trabalho na República Dominicana, principalmente na agricultura. Todavia esta não os recebeu com a mesma acolhida despendida no passado como fez com os imigrantes que chegaram, pelo contrário, aos haitianos são oferecidos aqueles trabalhos rejeitados pelos dominicanos. Sem contar na baixa remuneração paga a eles. Sofrem discriminação por portarem doenças como a AIDS, tuberculose e malária, por falarem outro idioma que não o espanhol, por ter a pele escura, enfim por serem culturalmente diferentes.

Joseph Harold Pierre afirma que:

Hoje em dia, a República Dominicana é uma terra de oportunidades. É uma economia emergente, que necessita de mão de obra barata para seguir progredindo e competir em escala internacional. Nesse contexto, os trabalhadores haitianos e, especialmente, os jovens podem aportar muito a esse país.

No entanto, a condição migratória irregular de um grande número de haitianos e seu baixo nível educacional os tornam muito frágeis e vulneráveis no mercado de trabalho dominicano e, portanto, recebem

salários muito abaixo do que ganharia qualquer outro operário (dominicano ou estrangeiro) pelo mesmo trabalho.²³

Ademais, resta a questão das rivalidades e das crueldades que cada um desses países impôs ao outro. Os dominicanos não esquecem a lembrança de que permaneceram por 22 anos com seu território ocupado pelos haitianos. Da mesma feita os haitianos lembram-se das atrocidades cometidas pelo presidente Trujillo ao mandar matar a facção 20 mil haitianos que viviam no noroeste da República Dominicana, eventos que resultam na desconfiança e na hostilidade entre os governos dos dois países (DIAMOND, 2010, p. 427-428).

Para além da trajetória histórica de desavenças entre os dois países, consolidou-se uma ideologia anti-haitiana que marcou o sistema educacional, cultural, bem como a classe política e intelectual, os meios de comunicação, as religiões, inclusive, as estruturas do Estado dominicano. Vindo ao encontro a decisão tomada pelo Tribunal Constitucional da República Dominicana, em 2013, que retirou a nacionalidade dos migrantes haitianos e de seus descendentes residentes naquele país, tornando-os apátridas²⁴.

Todos estes fatores impedem que a República Dominicana intervenha de modo a contribuir com o país vizinho. Contudo, como os dois países dividem a mesma ilha e possuem fronteiras em comum, urge a necessidade de o governo dominicano mudar sua estratégia e auxiliar o governo haitiano, no sentido de fornecer subsídios, seja através de pesquisa, de técnicas ou ainda por meio das relações internacionais com outros países, a fim de que o Haiti possa retomar o percurso de crescimento como nação. Tal conduta auxiliaria na redução do impacto

²³ PIERRE, Joseph Harold . Entrevista concedida ao site ADITAL. O drama humano que vive os dominicanos de origem haitiana, em 18 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=82020>>. Acesso em Março de 2015.

²⁴ Em 23 de setembro de 2013 o Tribunal Constitucional da República Dominicana concedeu a sentença 0168/2013. Esta medida jurídica despoja de sua nacionalidade mais de 200 mil dominicanas e dominicanos de origem haitiana, sob pretexto de que seus pais haitianos são migrantes irregulares que estão em trânsito no país; irregularidade que se transmitiria de pai para filho. Esses dominicanos, que pertencem à primeira, à segunda e, inclusive, (alguns deles) à terceira geração dos migrantes haitianos, se encontram de um dia para outro sem nacionalidade, no único país que conhecem e que os viram nascer; muitos deles não falam creole nem francês, os dois idiomas oficiais do Haiti. São os novos apátridas do século XXI, vítimas de uma sentença "legal", mas injusta que, definitivamente, tem marcado um divisor de águas nas relações entre Haiti e República Dominicana, e que tem levado à chamada comunidade internacional a denunciar essa sentença "discriminatória" contra uma minoria étnica: os dominicanos afrodescendentes, filhos de migrantes haitianos. PIERRE, Joseph Harold. O drama humano que vive os dominicanos de origem haitiana. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=82020>>. Acesso em Março de 2015.

e da degradação de seu meio ambiente, medidas que certamente iriam conter o êxodo de haitianos para República Dominicana, assim como as demais conseqüências resultantes deste processo migratório.

3.2 Causas ambientais climáticas como fatores relevantes nos deslocamentos forçados

Viver em uma sociedade de produção e consumo desenfreados gera um aumento voraz das grandes corporações multinacionais. Isso acarreta na degradação do meio ambiente de forma rápida e contínua. Beck assevera que “os riscos mostram em sua propagação um efeito social de bumerangue: nem os ricos tampouco os poderosos estão seguros diante deles” (2010, p. 26-7).

O autor utiliza o termo sociedade de risco nos anos 80 para designar um novo estágio de desenvolvimento social, resultante do conjunto de transformações trazidas com o processo de globalização. O mesmo é adotado na presente dissertação como referência para caracterizar o cenário em que o fenômeno dos deslocamentos forçados assume novo significado, ou seja, apresenta-se como uma das dimensões das mudanças ambientais globais. A reflexividade do desenvolvimento capitalista moderno com a radicalização da modernização repercute na transição da sociedade industrial (sociedades de classes sociais) para a sociedade de risco (sociedades de proposições de riscos). Os efeitos da industrialização fomentam a produção e distribuição de ameaças à própria vida da humanidade, pela potencialização da economia capitalista (BECK, 1992).

Ainda a reflexividade²⁵ é uma condição presente que leva a pensar sobre o estilo de vida, sobre os riscos e efeitos para a população. Além disso, a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre

²⁵ Ulrich Beck explica a “modernização reflexiva” como um fenômeno que, em virtude do seu inerente dinamismo, faz a sociedade moderna acabar com suas formações de classe, camadas sociais, ocupações, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Esse novo estágio, em que o progresso pode-se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que Beck denomina de “etapa da modernização reflexiva”. “Em outras palavras, a modernização reflexiva também – e essencialmente – significa uma ‘reforma da racionalidade’ que faz justiça à ambivalência histórica a priori em uma modernidade que está abolindo suas próprias categorias de ordenação”. Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S., 1997, p. 12.

estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1991, p. 45).

O conceito de risco amplia-se cada vez mais, eis que viver numa sociedade complexa e globalizada gera decisões positivas ou negativas a serem tomadas, e, portanto, acarretarão em riscos futuros. Esses poderão ser agravados pela intervenção humana, pelo uso de tecnologia ou pela ocorrência simultânea de ambos. É possível referir exemplo de causas provocadas pela ação humana e potencializada pela indústria, como o acidente industrial nuclear da Usina de Chernobil, em 1986, que de acordo com Beck (2002) foi um desastre que marcou a entrada da sociedade na era do risco global, haja vista que o solo, o ar, a água da cidade e de suas imediações tornaram-se poluídos com partículas radioativas altamente nocivas ao ser humano ocasionado os deslocamentos forçados.

O mais recente caso ocorrido na Usina de Fukushima no Japão, em 2011, vai além do emprego da tecnologia industrial e decorre, conforme Carvalho de “uma cadeia de fatores (terremoto seguido de tsunami que, ao atingir o sistema de refrigeração dos reatores nucleares, provocou diversas explosões nucleares), sinergicamente combinados em feixes causais de impensável quantificação probabilística e de conseqüências catastróficas” (2013, p. 23).

Enquanto o acidente de Chernobyl caracteriza-se puramente pela intervenção humana e pelo aparato tecnológico, no qual há a necessidade de se tomar decisões, e ao tomá-las se estará assumindo os riscos futuros adversos e indesejáveis que tal processo decisório poderá resultar, ou seja, os riscos são conseqüências futuras de tomada de decisões humanas, o desastre de Fukushima possui caráter misto, pois não se originou de tomada de decisão humana, mas de um terremoto que ao abalar a estrutura da Central Nuclear de Fukushima I, causou um grave acidente nuclear e gerou danos irreversíveis as pessoas e ao meio ambiente, em razão dos vazamentos de material radioativo.

Desta forma, sua origem é de causa natural, que não respeita fronteiras geográficas, assim como a ocorrência de tufões, furações, vulcões, maremotos, enchentes, tsunamis, nevascas e terremotos, ou seja, as manifestações da natureza são capazes de provocar catástrofes e tragédias, afetando a vida humana no planeta. Aqui não há de se falar em ocorrência de risco (passível de algum controle social), mas sim de perigo (alheio ao sistema social), sendo imperiosa a distinção dos dois conceitos.

Sobre o perigo, Beck afirma que “as instituições da sociedade industrial desenvolvida (política, direito, ciências da técnica, empresas industriais) dispõem de um amplo arsenal para a normalização dos perigos que não são calculáveis” (1993, p. 28), assim o desastre de Fukushima tomou proporções maiores pelo uso tecnológico da energia nuclear.

No que se refere o contexto do Haiti, percebe-se que o país resulta desta sociedade, na qual a produção social de riquezas é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos, somada à vulnerabilidade do país e as catástrofes naturais, como os abalos sísmicos, as inundações, os furacões que tornam o país ainda mais suscetível aos deslocamentos. Os riscos se tornam causa e meio da mudança social e são o conceito básico sociológico para classificar, interpretar e organizar a vida social. Para Beck, a racionalidade instrumental despolitiza a política e mina a liberdade individual. A sociedade global do risco é a sociedade para o exercício da política e de acordo com o autor ela levará para uma nova condição humana:

Na modernidade avançada, a sociedade com todos os seus sistemas parciais (economia, política, família, cultura) já não pode ser compreendida e uma forma autônoma em relação à natureza. Os problemas do meio ambiente não são problemas do contexto, mas (em sua gênese e em suas consequências) problemas sociais, problemas do ser humano, de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e a realidade, de seu ordenamento econômico, cultural e político (1998, p. 90).

Este contexto propicia o surgimento de milhares de deslocados internos por desastres naturais e pela progressiva degradação de recursos naturais essenciais que comprometem gravemente a vida e a segurança de pessoas e resulta na inviabilidade de sobrevivência nos locais afetados. Em relação aos desastres naturais Luciana Pereira relata que:

Na década de 1980, em decorrência de uma grave seca, a saída de pessoas da região do Vale do Rio Senegal, no Mali, diminuiu ao invés de aumentar, evidenciando não ser o fator natural causa direta da emigração de pessoas da região para outros locais. As inundações em Kobe, no Japão, em 1995, deixaram, a princípio, 300.000 “deslocados internos ambientais”, porém, em menos de três meses, este número caiu para 50.000, demonstrando o quanto esta migração foi transitória e nem próxima da gravidade necessária de proteção, essencial constituição da ajuda do ACNUR. Neste caso, apesar dos alardes daqueles que defendem a existência de “refugiados ambientais”, estava-se diante de uma situação de emergência humanitária e não perda a longo prazo da terra natal. Em

Moçambique, no ano 2000, o mesmo fenômeno natural ocorreu, deixando quase 1.000.000 de pessoas desabrigadas e deslocadas. Em menos de cinco meses, a maioria delas já havia retornado a seus lares (PEREIRA, 2011, p. 232-33).

As ocorrências naturais afetaram Mali, Japão, Moçambique, o tsunami do Oceano Índico de 2004, o terremoto que ocorreu no Paquistão em 2005 e o Ciclone Nargis que atingiu Mianmar em 2008²⁶. Não obstante esses países serem acometidos por tais desastres e catástrofes naturais e se tornarem vítimas de um processo de deslocamentos forçados, ressalta-se que se caracterizaram pela transitoriedade, uma vez que a prestação do auxílio humanitário contribuiu para a reconstrução desses países, cessando assim os fluxos migratórios.

Ainda sobre a questão a autora refere que:

Há seis motivos catalisadores das migrações de natureza ambiental, quais sejam: os desastres naturais, a degradação dos recursos do solo cultivável, o reassentamento involuntário, os acidentes industriais, as mudanças climáticas e as situações de pós-conflito. Destaca-se desta classificação a distinção entre as causas de deslocamento entre causas naturais propriamente ditas e causas naturais indiretas, isto é, provocadas pelo homem seja a curto, médio ou longo prazo. Dentro desta classificação, exemplo de causa natural indireta, por sua vez, são os acidentes industriais, como o acidente nuclear da Usina de Chernobyl e, mais recentemente, o da Usina de Fukushima, no Japão. Em decorrência do acidente de Chernobyl, o solo, o ar e a água da cidade e de suas imediações tornaram-se poluídos com partículas radioativas altamente nocivas ao ser humano, ocasionado o deslocamento e posterior reassentamento de quase 200.000 pessoas (PEREIRA, 2011, p. 226-27).

Diferentemente da realidade daqueles países, o caso do Haiti é singular, na medida em que o problema agrava-se pela soma de diferentes fatores. Um deles é o contexto histórico do país, marcado por instabilidade política, econômica, social que gerou guerras, violência, pobreza, entre outras conseqüências. Outro elemento que contribui fortemente com o problema do país são os desastres e catástrofes naturais. A partir da década de 1980 houve um significativo êxodo de seus nacionais, principalmente, para os EUA e para a República Dominicana, que ocupa uma posição de destaque com mais de 80% dos imigrantes regionais (VONO; MARTÍNEZ, 2005. p.45-49).

²⁶ ACNUR. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em Fevereiro de 2015.

O processo de deslocamentos forçados do Haiti, portanto não é transitório, pelo contrário. A própria ONU reconhece a sua gravidade e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR afirma que países vítimas de desastres e catástrofes naturais se encontram em franca expansão e necessitam de assistência, visto que a população é obrigada a abandonar seus lares, em decorrência de processos de degradação e desastres ambientais, especialmente em virtude das mudanças climáticas.

No mesmo sentido, vem colaborar com a conjuntura atual do Haiti o fenômeno da globalização, caracterizado por um modelo econômico de capital que prima pelo consumo desenfreado o que acentua a crise. Santos (2003) refere que a globalização pode ser vista como fábula, ou seja, o mundo tal como nos fazem ver, tendo como exemplo a geopolítica imposta pelos países hegemônicos. Também pode ser vista como perversidade, isto é, o mundo como ele é e como o concebemos. Por fim, por uma outra globalização, qual seja: o mundo como ele deve ser. Esse modelo deve romper com a expressão utilizada pelo autor: “globaritarismo” que reproduz a globalização e deve implantar uma nova forma de modelo que seja universal, bem como capaz de reduzir as desigualdades em prol da humanidade.

No que tange a globalização como fábula, cumpre mencionar que os atores hegemônicos, estatais ou não, se utilizam do discurso da aldeia global, com intuito de afirmar que a globalização é inevitável, pois atingirá a toda a extensão do planeta e passará inclusive a desterritorialização dos territórios que buscará uma cidadania universal:

Sem as fábulas e mitos, este período histórico não existiria como é. Uma dessas fábulas é a tão repetida idéia de aldeia global. O fato de que a comunicação se tornou possível à escala do planeta, deixando saber instantaneamente o que se passa em qualquer lugar [...]. Um outro mito é do espaço e do tempo contraídos, graças, outra vez aos prodígios da velocidade [...]. Fala-se, também, de uma humanidade desterritorializada, e essa idéia dever-se-ia outra, de uma cidadania universal (SANTOS, 2003, p.41-42).

A segunda forma da globalização, de acordo com o autor, é a denominada perversa, eis que o que prevalece é o capital, a informação, o poder hegemônico e visa demonstrar a globalização como ela é, ou seja, imposta através do poder

econômico, da competição desigual, da produção de consumo desenfreada, que por sua vez, deflagra a exclusão social, a econômica, a política, etc:

Essas técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2003, p.39).

Ao demais, a terceira forma da globalização abordada por Santos remonta a outra globalização, ou seja, a globalização como pode ser. Para o autor “a batalha travada entre a nação passiva e a nação ativa”, em uma transição política que envolve todos os espaços do viver, desde o espaço da vida cotidiana (2003, p. 160). Esse modelo de globalização, onde a nação ativa pode reproduzir um outro espaço social capaz de fazer com que os Estados recriem um modelo que seja universal e reduzam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, entre outras, em prol da humanidade.

A nação passiva que não contribui para tal feito, pelo contrário encontra-se atrelada a globalização perversa. O processo da globalização gera exclusão e desigualdades sociais, na medida em que modifica substancialmente as condições de vida e de trabalho dos indivíduos, assim como impossibilita a emancipação dos mesmos.

No mesmo sentido, Ianni compartilha do pensamento de Santos ao afirmar:

Mais do que nunca, as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais estão lançadas em escala mundial. O mesmo processo de globalização, com que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais, produz desigualdades, tensões e antagonismos. O mesmo processo de globalização, que debilita o Estado-nação, ou redefine as condições de sua soberania, provoca o desenvolvimento de diversidades, desigualdades e contradições, em escala nacional e mundial (IANNI, 2001, p. 49).

Santos alega que “é somente a partir dessa constatação, fundada na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar de maneira concreta, a idéia de utopia e de projeto” (2003, p.160).

Vislumbra-se que o fenômeno da globalização e os deslocamentos forçados estão intimamente ligados, tendo em vista que representam à dialética da mundialização do capital. A globalização diz respeito ao processo de

desenvolvimento do capitalismo no sistema internacional, e os fluxos migratórios contemporâneos decorrem deste modelo que produz severas conseqüências. Essas atingem diretamente os migrantes, haja vista que retira a sua cidadania, a sua dignidade, tanto nos países considerados em desenvolvimento, quanto naqueles em que o capitalismo é reconhecido como próspero e passam a adotar políticas em prol do fechamento de fronteiras, como é o caso da maioria dos países da Europa e dos EUA. A ocorrência dos atentados de 11 de março de 2004, em Madri na Espanha, e 11 de setembro de 2001, em Nova York nos EUA, provocaram nos países uma reação xenófoba, tudo em nome da soberania, da preservação da segurança nacional e da ordem econômica.

Vale destacar sobre o tema a lição de Michael Hardt e Antônio Negri:

Os ataques de 11 de setembro de 2001 contra Nova York e Washington não modificaram o estatuto da soberania, mas talvez tornaram mais claramente perceptível a verificação de uma mudança. Em particular, revelaram a inadequação de qualquer conceito substancial da soberania: a soberania não é uma substância autônoma, mas uma relação entre o soberano e o súdito. O poder soberano nunca é absoluto. Tende constantemente à consolidação e à reprodução de sua hegemonia do súdito.

Poder-se-ia afirmar que o dia 11 de setembro definitivamente demonstrou que os Estados Unidos são parte do mundo ou, na verdade, que o governo estadunidense não é uma fonte autônoma de soberania, mas integrou-se a um sistema global de relações que definem a forma atual de soberania (HARDT e NEGRI, 2003, p. 73-74).

Não bastasse a nova forma atual de soberania integrada a um sistema global de relações de poder hegemônico, ainda há a drástica redução no que tange a ajuda humanitária por parte destes países que diminuíram sensivelmente o repasse financeiro ao ACNUR, o que acaba limitando o poder de atuação da Agência no enfrentamento da problemática global, e obstaculiza a concretização dos direitos e da dignidade dos que migram. Sem contar na possibilidade de uma abertura de questionamentos acerca dos direitos dos migrantes em todo o mundo, fato que abala inclusive a solidariedade entre as nações.

Nota-se, portanto, que a globalização que visualizamos, assim como aquela considerada perversa, baseada em um modelo capitalista, no qual essencialmente apenas o lucro possui importância corroboram com o enfraquecimento do Haiti como Estado-nação e proporciona novos e contínuos processos migratórios. A partir desta análise se faz necessário romper com estes modelos impostos a fim de buscar - como bem assevera Santos - uma outra globalização capaz de tornar o Estado de

fato socializante em prol da humanidade. Da mesma forma é relevante que os países prósperos repensem suas políticas de fechamento de fronteiras.

3.3 Refugiados ambientais ou deslocados ambientais?

O presente item pretende, dentro do contexto de mobilidade humana, demonstrar que os deslocamentos forçados oriundos do Haiti estão atrelados a vários fatores. O fenômeno não decorre, exclusivamente, das causas oriundas do panorama histórico do país, mas também daquelas ambientais, onde se podem contextualizar os haitianos como refugiados ambientais ou ainda como deslocados ambientais, de acordo com o conjunto de conseqüências que derivaram e continuam a derivar novos fluxos migratórios que ultrapassam fronteiras.

Ao analisar o percurso histórico do país é possível verificar que a questão ambiental é um dos entraves que dificulta pensar em uma perspectiva promissora para o local. O mesmo ocorre em relação à redução dos deslocamentos forçados no Haiti. A realidade da migração haitiana não se caracteriza dentro do contexto de refugiados tradicionais, nem tampouco pode ser conceituada como tal, eis que o conceito tradicional de refugiado se limita àquelas pessoas que “temem ser perseguidas por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontram fora do país de sua nacionalidade e que não podem ou, em virtude desse temor, não querem valer-se da proteção desse país²⁷.”

Essa definição não abarca os deslocamentos que decorrem da ilha Caribenha, onde o problema agrava-se pela soma dos variados aspectos elencados no decorrer da presente dissertação que remetem a pensar, dentro do contexto de mobilidade humana, no surgimento de uma nova nomenclatura, qual seja: refugiados ambientais ou deslocados ambientais.

Ressalva-se que o conceito de refugiado ambiental e de deslocado ambiental não possui o reconhecimento junto à comunidade Internacional, nem tampouco pelas Organizações das Nações Unidas.

A mobilidade humana contemporânea traz em sua essência os fluxos migratórios forçados que incluem ameaças à vida e à subsistência, sejam

²⁷ ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

decorrentes de causas naturais ou de origem humana - por exemplo, os movimentos de refugiados e pessoas deslocadas internamente, bem como pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, a fome ou desenvolvimento de projetos -, como é o caso dos deslocamentos forçados dos haitianos. Ao encontro dessa questão, Beck (2010, p. 100) coloca que a humanidade sofrerá com “êxodo de ecorrefugiados e asilados climáticos”, principalmente para regiões mais ricas, e os países mais pobres, poderão sofrer com guerras por água e alimento.

No mesmo sentido, as causas da migração forçada de acordo com o relatório da Cruz Vermelha²⁸ são múltiplas e caracterizam-se por:

1. Perseguição, tortura e outras violações dos direitos humanos
2. Conflito armado
3. Instabilidade política, fraca governação e repressão do estado
4. Violência indiscriminada ou criminal
5. Perigos naturais e desastres
6. Crises ambientais provocadas pelo homem
7. Alterações climáticas e ambientais

Denota-se que os perigos naturais, os conflitos, a insegurança, as instabilidades políticas levam a deslocamentos abruptos, sejam eles deslocamentos internos ou àqueles que atravessam as fronteiras dos Estados, que podem ser definidos como migração ou deslocamentos forçados. Juan Terminiello ensina que: *“Sin embargo, no se puede dejar de mencionar que el desplazamiento forzado se constituye en una de las principales y más complejas consecuencias humanitarias de los desastres naturales y el cambio climático”* (2013, p.126).

Há também um fluxo migratório que se evidencia pela sua não coerção, ou seja, os deslocamentos que não possuem a coerção como característica principal originam-se apenas de aspectos econômicos. Assim como, tem-se a migração circular que é o movimento fluido de pessoas entre os países. Aqui se inclui a circulação temporária ou de longo prazo que pode ser benéfica para todos os envolvidos, caso ocorra de forma voluntária e ligada às necessidades de trabalho dos países de origem e de destino, uma vez que o direito à liberdade de circulação compreende três elementos básicos:

²⁸ Cruz Vermelha. Relatório mundial sobre desastres. Enfoque na migração forçada e no deslocamento. 2012, p. 3. Disponível em: <http://www.forumsnlp.org/images/stories/dossiers/2012/wdr2012/sumario_pt.pdf>. Acesso em Março de 2015.

A liberdade de circulação no território de um país (Art. 13 (1), a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: "Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado"), o direito de deixar qualquer país e o direito de regressar ao seu próprio país (Art. 13 (2), a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: "Todos tem o direito de deixar qualquer país, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país. Veja também Art. 12 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. A liberdade de circulação também é referido no contexto da liberdade de regime de circulação entre os Estados, a nível regional (por exemplo Europeia da União).²⁹

Ultrapassada a distinção entre deslocamento forçado e aquele deslocamento em que inexistente o fator coerção, sendo nesse caso o principal enfoque a questão econômica, cabe referir que o caso do Haiti enquadra-se dentro da primeira opção, onde a migração de haitianos pode acontecer dentro do próprio país, isto é, os deslocados internos, ou ainda aquele deslocamento que suplanta as fronteiras do Estado que é marcado pela coerção. Trata-se de um país marcado, desde a sua independência pela instabilidade política, fraca governança, somado aos fatores sociais, econômicos e ambientais que colaboraram com o agravamento da crise atual.

Os nacionais não migram somente em busca de melhorias econômicas, como fazem os (i) migrantes econômicos que se deslocam voluntariamente, mas sim migram forçadamente, visto que no seu país há um elevado índice de mortalidade infantil, de analfabetismo, precário acesso a água potável e ao saneamento básico, o surgimento da cólera e outras doenças, sem contar na ocupação do país pelas Nações Unidas, fato que possivelmente contribuiu para a ruína econômica, para o abandono da agricultura tradicional, assim como para o aumento do empobrecimento do povo, dentre outros elementos que inviabiliza a sobrevivência no local.

Ao encontro dessa atual situação do país vem o capitalismo que eleva à máxima potência a exploração, e por via de consequência coloca em risco o homem e a natureza que são as fontes de onde se extrai o capital e a riqueza. O acúmulo econômico é incompatível com o ser social e com a preservação ambiental o que provoca à crise socioambiental, o esgotamento ecológico e os fluxos migratórios forçados.

²⁹ IOM. Disponível em: <www.iom.int>. Acesso em Fevereiro de 2015.

Diante do conjunto de todos estes fatores, a ocorrência dos deslocamentos forçados em busca de novas nações remete pensarmos no que se denomina de “refugiado ambiental”³⁰, uma vez que mudanças climáticas, aquecimento global, catástrofes ecológicas não respeitam as fronteiras geográficas. Além disso, eles gradativamente forçam os habitantes dessas áreas atingidas a migrarem, ocasionando tal processo, em razão de seus lares encontrarem-se inabitáveis.

A questão do refugiado ambiental é nova, o que se reflete na própria definição sobre o tema. O termo refugiado ambiental possui em sua essência (o clima, o meio ambiente e o sociopolítico, o que certamente resulta na dificuldade de se construir uma definição terminológica própria).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA³¹ estabeleceu uma definição própria para refugiado ambiental: “são aquelas pessoas obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente a zona onde tradicionalmente viviam, devido ao visível declínio do ambiente, perturbando a sua existência e ou a qualidade da mesma de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entrasse em perigo³²”.

Aletheia Machado a respeito corrobora quando traz à tona apontamentos sobre a questão global no âmbito ambiental:

Os efeitos dessa degradação, no entanto, somente adquiriram uma dimensão global no século XX. Na verdade, o processo de globalização da temática ambiental é marcado, principalmente a partir dos anos 1990, por mudanças fundamentais no Sistema Internacional (SI) – o fim da Guerra Fria e a intensificação da globalização das formas de comunicação e dos meios de transporte, entre outros – e, também, por avanços científicos que permitiram detectar e divulgar, com maior precisão, os efeitos deletérios de séculos de exploração predatória do meio ambiente (MACHADO, 2006, P. 12-3).

³⁰ A expressão está colocada entre aspas no texto para destacar o fenômeno do aparecimento de uma nova categoria de pessoas, sobre a qual ainda não há consenso internacional, distinguindo-se do sentido convencional do termo refugiado. O termo refugiado, por sua vez, será utilizado em seu sentido tradicional, consagrado na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Apesar disso, a definição convencional de refugiado não abrange essa nova e crescente categoria, tampouco há consenso doutrinário no tocante à utilização e abrangência do termo.

³¹ O PNUMA, com sede em Nairóbi, no Quênia, foi estabelecido em 1972 e é o Programa do Sistema ONU responsável por desenvolver, estabelecer e catalisar as ações internacionais para a proteção do meio ambiente, visando atingir, assim, o *desenvolvimento sustentável* – conceito utilizado, sobretudo, após a ECO/92. Atua, portanto, procurando integrar a proteção e gestão do meio ambiente ao desenvolvimento econômico, contando com o auxílio e apoio da ONU, dos governos dos Estados que compõem a sociedade internacional, do setor privado, da sociedade civil e das ONGs ligadas à temática do meio ambiente.

³² PNUMA. Disponível em: <www.pnuma.org>. Acesso em Junho de 2014.

Estes acontecimentos ensejaram e continuam a ensejar um significativo aumento de deslocamentos, que por sua vez, geram novos problemas a serem enfrentados na ordem internacional.

A proteção atual existente a nível internacional abrange a categoria tradicional de refugiado pelo temor de perseguição por causas ligadas a raça, a religião, a nacionalidade, a grupo social ou a opiniões políticas.

As novas migrações demandam junto ao cenário internacional uma discussão séria acerca do tratamento ideal a ser utilizado pelo Direito Internacional em relação aos indivíduos e grupos em situações de risco por causas que podem ou não estar relacionadas a situações de conflito ou perseguição, e que podem ou não cruzar as fronteiras de um Estado, sendo que mesmo em não havendo uma uniformidade sobre o conceito de refugiado ambiental ou deslocado ambiental, não se pode negar a existência de um problema social que aumenta significativamente e precisa ser enfrentado.

A ONU, por meio de seus organismos e agências especializadas, admite que os "refugiados ambientais" fazem parte de uma categoria em franca expansão e que necessitam de assistência. Especialistas da Universidade das Nações Unidas - UNU estimam que até o ano de 2050 poderão ser 200 milhões de pessoas que tiveram de abandonar os seus lares em razão de processos de degradação e desastres ambientais, especialmente em virtude das mudanças climáticas³³.

A percepção social das catástrofes naturais, consoante a lição de Lassailly-Jacob (2002, p. 139-160) aponta que os desastres ambientais estão associados a uma tomada de consciência internacional sobre a questão da degradação ambiental e pode ser tomado como marco a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1972. Anteriormente e mesmo na história recente, há exemplos de grandes deslocamentos provocados por secas e inundações sobre os quais este tipo de controvérsia não se colocou, como por exemplo, nos casos de êxodos massivos provocados pela seca em diversas regiões do mundo.

Em 1985, a problemática dos refugiados ambientais ganhou notoriedade com Essam El-Hinnawi ao atuar junto ao PNUMA. Ele foi considerado pela maioria dos autores como o pioneiro a pensar na definição do fenômeno "refugiados ambientais":

³³ O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), por sua vez, estima que 25 milhões de pessoas já se encontrem em situação de "êxodo forçado" por catástrofes ambientais. DEUTSCHE WELLE. Refugiados ambientais, a dimensão humana do aquecimento global. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,3704948,00.html>>. Acesso em Maio de 2015.

Em um sentido amplo, todas as pessoas deslocadas podem ser descritas como refugiados ambientais, dado que foram forçadas a sair de seu *habitat* original (ou saíram voluntariamente) para se protegerem de danos e/ou para buscar uma maior qualidade de vida. Entretanto, para a finalidade deste livro, refugiados ambientais são definidos como aquelas pessoas forçadas a deixar seu *habitat* natural, temporária ou permanentemente, por causa de uma marcante perturbação ambiental (natural e/ou desencadeada pela ação humana), que colocou em risco sua existência e/ou seriamente afetou sua qualidade de vida. Por “perturbação ambiental”, nessa definição, entendemos quaisquer mudanças físicas, químicas, e/ou biológicas no ecossistema (ou na base de recursos), que o tornem, temporária ou permanentemente, impróprio para sustentar a vida humana (EL-HINNAWI, 1995, p. 4-5).

Além da abordagem da temática pela academia e pelos institutos de pesquisa, nota-se também a atuação de organizações internacionais engajadas no mesmo sentido. A Organização Internacional para Migração - IOM, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, propôs a definição de “migrantes ambientais”, de modo a permitir sua adaptação a eventuais transformações no Direito Internacional.

A IOM elaborou a seguinte definição de refugiado ambiental: “pessoas ou grupo de pessoas que devido a alterações repentinas ou progressivas no meio ambiente, foram adversamente afetadas em suas vidas e, devido às condições que se encontram, decidem ou são obrigadas a deixar as suas casas”³⁴.

O cientista ambiental britânico Norman Myers nos ensina:

[...] a questão dos refugiados ambientais promete estar entre uma das maiores crises da humanidade dos nossos tempos. Até o momento, no entanto, ela tem sido vista como uma preocupação periférica, uma espécie de aberração da ordem normal das coisas - mesmo que seja uma manifestação externa de profunda privação e desespero. Enquanto deriva principalmente de problemas ambientais, gera inúmeros problemas de tipo político, econômico e social. Como tal, ele poderia facilmente se tornar uma causa de tumulto e confronto, levando a conflitos e violência. No entanto, como o problema se torna ainda mais premente, as nossas respostas políticas de curto-prazo são insuficientes para o tamanho do desafio. Para repetir um ponto-chave: refugiados ambientais ainda têm de ser oficialmente reconhecidos como um problema de todos³⁵ (MYERS, 2001, p. 611).

³⁴ Criada em 1951, a IOM é uma organização inter-governamental que atua em diversas áreas relacionadas ao tema das migrações (migrações e desenvolvimento, facilitação, regulação e migração forçada) e em estreita colaboração com órgãos governamentais, organizações intergovernamentais e não governamentais. IOM. Disponível em: <www.iom.int/>. Acesso em Maio de 2015.

³⁵ (...) the issue of environmental refugees promises to rank as one of the foremost human crises of our times. To date, however, it has been viewed as a peripheral concern, a kind of aberration from the normal order of things-even though it is an outward manifestation of profound deprivation and despair. While it derives primarily from environmental problems, it generates myriad problems of political, social and economic sorts. As such, it could readily become a cause of turmoil and confrontation, leading to conflict and violence. Yet as the problem becomes more pressing, our policy

No caso do Haiti, o terremoto que atingiu o país em 2010, resultou em mais de 300 mil vítimas fatais, aproximadamente um milhão e meio de pessoas desabrigadas e mais de 50.000 deslocamentos forçados somente para o Brasil, além de todas as demais dificuldades suportadas por estes migrantes, como bem coloca Juan Terminiello:

La situación de éstos “desplazados externos” plantea un importante desafío de protección. Estas personas suelen permanecer en los países de acogida en un limbo legal, sin ninguna claridad o certeza acerca de su estatuto legal y de derechos. Esta desprotección legal se traduce en la ausencia del derecho a residir en el país de acogida, en la exposición al riesgo de expulsión o deportación, riesgo de sufrir detención migratoria, indocumentación y serios obstáculos al ejercicio de derechos fundamentales como la salud, el trabajo y la educación. La desprotección legal de las personas forzadas a desplazarse fuera de su país por causa de los desastres también puede exponerlas al riesgo de explotación laboral y sexual, particularmente en el caso de las mujeres y niñas (2013, p. 131).

O país enfrenta obstáculos em todos os seus setores e sua população é vítima de um processo de instabilidades e de degradação ambiental. De acordo com a IOM existem mais de 320 mil haitianos deslocados, sendo que cerca de 100 mil permanece em especial risco de enchentes, deslizamentos de terra ou outros desafios ambientais. O Haiti permanece particularmente vulnerável a eventos climáticos extremos, inclusive com a previsão de temporadas anuais de furacões, inclusive o governo e as autoridades locais advertem a população a estocarem produtos não alimentares, incluindo comprimidos de purificação de água e outros suprimentos para combater doenças de veiculação hídrica³⁶.

Percebe-se, portanto, a existência de uma crise civilizacional oriunda não apenas de uma crise ancorada nas relações de produção, de um sistema industrial capitalista e global, que cria e estimula o consumo, sobretudo, de uma crise de sentido humano que emerge nessa transição de século da globalização e de seus efeitos mundiais. Essa crise se acentua com os problemas socioambientais e com

responses fall further short of measuring up to the challenge. To repeat a key point: environmental refugees have still to be officially recognized as a problem at all. MYERS, Norman. Environmental refugees: a growing phenomenon of the 21st century, pp 609-13. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1692964/pdf/12028796.pdf>>. Acesso em Janeiro de 2015.

³⁶ IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/news-and-views/press-briefing-notes/pbn-2013/pbn-listing/haiti-prepares-for-hurricane-sea.html>>. Acesso em Maio de 2013. Trecho traduzido pela pesquisadora.

esgotamento ecológico que produzem os refugiados ambientais e os deslocados ambientais, resultado de mudanças climáticas, do aquecimento global e de catástrofes ecológicas que não respeitam as fronteiras geográficas.

Desta feita quando cruzam as fronteiras juridicamente definidas de um Estado são considerados como refugiados ambientais, embora não haja um instrumento normativo que os defina e os proteja, conforme afirma Myers (2005). E aqueles que permanecem dentro do próprio território do Estado denominam-se de deslocados ambientais.

Os deslocamentos advindos do Haiti se configuram pelo caráter involuntário, razão pela qual os haitianos são forçados a deixar o país por diversas variantes, dentre elas: o alto índice de vulnerabilidades existentes nos indicadores sociais, econômicos, políticos, militares e ambientais do país; o desmatamento contínuo aliado a pouca quantidade de chuva contribuem para a perda da fertilidade do solo e aumentam os problemas sociais e econômicos; a fragilidade e a precariedade do Estado; o declínio econômico acentuado; a institucionalizada perseguição ou discriminação; as fortes pressões demográficas; o elevado índice de mortalidade infantil; o analfabetismo; o precário acesso a água potável e ao saneamento básico. Todas essas variantes decorrem de um longo percurso histórico de instabilidades políticas, de conflito e de lutas armadas e o episódio do terremoto em 2010 contribuiu severamente para a piora da realidade do país, não restando alternativa aos nacionais senão a de deixar o local, pois a permanência colocará em risco a sobrevivência dessas pessoas.

Todas estas interfaces permitem alegar que o caso do Haiti se enquadra dentro do conceito de refugiado ambiental, no momento em que o haitiano é forçado a deixar sua moradia temporária ou permanentemente e cruzar a fronteira de seu território. Não simplesmente pelo acometimento do terremoto de 2010, mas, pela soma das conseqüências do contexto histórico do país e da perturbação ambiental (natural e/ou desencadeada pela ação humana), que coloca em risco a vida de seus habitantes, ou afeta seriamente a qualidade de vida. Ao contrário do que ocorre em países vítimas de desastres e catástrofes naturais geradores de deslocamentos forçados, onde o auxílio humanitário responde ao problema considerado transitório, no Haiti o problema é permanente e tomou proporções alarmantes.

Em resposta a grave situação do Haiti e do aumento significativo do fluxo de deslocados forçados, países latino-americanos tem utilizado a Declaração de

Cartagena de 1984³⁷ para conceder o *status* de refugiado³⁸ aos haitianos que migram para o Peru e o México. Sobre a questão Terminiello destaca que: “*Perú y México han aplicado la definición de refugiado de la Declaración de Cartagena para extender la protección bajo la normativa sobre refugiados a personas que han huido de Haití tras el devastador terremoto que azotó el país en enero de 2010*” (2012, p. 161).

Além de contextualizar a migração haitiana dentro do panorama de refugiado ambiental, concretizada no momento em que o nacional cruza a fronteira de seu Estado, também este pode enquadrar-se no âmbito dos deslocados ambientais quando há a necessidade deles se deslocarem internamente no país, em decorrência do agravamento dos aspectos ambientais. Desta feita, o caso do Haiti pode ser classificado tanto como refugiado ambiental quanto como deslocado ambiental.

Acrescenta-se, que o fenômeno de deslocamentos e deslocados no Haiti não abrange somente um panorama isolado envolvendo fatores que se relacionam com questões climáticas e ambientais. Mas, sobretudo, faz parte deste processo aquelas condicionantes ligadas à esfera política, social e econômica, vindo ao encontro às

³⁷ No âmbito da proteção internacional é também importante mencionar a Declaração de São José sobre refugiados e pessoas deslocadas, criada em 1994, em São José, durante o Colóquio Internacional em comemoração ao Décimo aniversário da Declaração de Cartagena sobre refugiados, reconhecendo a sua relevância frente ao enfrentamento da problemática de deslocamentos e deslocados na América Latina. A Declaração de São José vem a contribuir com a de Cartagena, no sentido de buscar soluções aos novos desafios enfrentados pela América Latina no que diz respeito a violações de direitos humanos, causa principal do aumento significativo de deslocamentos e de solicitações de refúgio. O intuito da Declaração é criar recomendações que possam servir de base para uma proteção humanitária, assim como se preocupa com o fortalecimento do sistema democrático, considerando esta a melhor medida, a fim de prevenir conflitos, e conseqüentemente a redução do número de deslocamentos e deslocados. No seu item dois, vislumbram-se as conclusões extraídas do Colóquio, sendo que estas reafirmam os princípios e critérios para a proteção e assistência aos refugiados, destacando a relevância da ampliação do conceito de refugiado contido na Declaração de Cartagena. ACNUR. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=157>. Acesso em Março de 2015.

³⁸ A Declaração de Cartagena ampliou a definição tradicional de refugiado, vejamos: “Considere-se também como refugiados as pessoas que fugiram de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, ou agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.” Assim, países como a França e o Brasil, adotaram o “espírito de Cartagena” e incorporaram a violação massiva aos direitos humanos no conceito de refugiado. Na França, no Canadá e nos EUA, se reconheceu oficialmente que a mutilação genital representa uma forma de perseguição, e que as mulheres que em seu país temem tal mutilação possuem o direito a reivindicar o *status* de refugiada. ACNUR. Protegendo refugiados: perguntas e respostas, p.6-7.

Disponível em <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em Março de 2015.

decisões tomadas ao longo da trajetória histórica do país, essencialmente relacionadas às políticas voltadas a proteção e a conservação das reservas naturais.

Sem contar na influência da sociedade global, responsável pela criação da sociedade de risco que não respeita fronteiras, e ocasiona impactos transfronteiriços, como é o caso da República Dominicana que interfere de forma indireta no meio ambiente do país vizinho, por se tratar de um país consumista e que descarta seus produtos com facilidade, o que dificulta a coleta de lixo no local. Em face desta prática os detritos vão parar nos rios, nas ruas, e seus efeitos atingirão a todas as reservas naturais da Ilha *Hispanhola*, alcançando também ao Haiti.

Os recursos econômicos e naturais do Haiti são exíguos, o que contribui para a situação caótica que perdura ao longo de sua realidade histórica, na qual não há como obter respostas às necessidades mínimas da população. No mesmo sentido, Terminiello afirma que *“Las razones que determinan la migracion suelen ser complejas y generalmente reflejan una combinacion de factores medioambientales, sociales, economicos y políticos”* (2012, p. 132).

Esta situação de extrema vulnerabilidade é que deve ser entendida como fator coercitivo que leva os haitianos a tomarem a decisão de migrar, visto que existe uma ameaça à vida e à subsistência destas pessoas, tornando-os ao mesmo tempo deslocados ambientais e refugiados ambientais.

4 OS DESDOBRAMENTOS DOS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DE HAITIANOS PARA O BRASIL

4.1 Os fluxos migratórios do Haiti para o Brasil

O Haiti, como demonstrado no decorrer da presente dissertação devido aos problemas estruturais no campo político, socioambiental e econômico construiu um panorama marcado pela desigualdade social e pela continuada depressão econômica, condição agravada pelo acometimento do terremoto de 2010.

Estes fatores acarretam o aumento significativo de fluxos migratórios de seus nacionais que cruzam as fronteiras, não somente em prol de melhorias econômicas, como fazem os (i) migrantes econômicos, onde o deslocamento se perfectibiliza pela forma voluntária, mas sobremaneira, migram em razão de seu país ser considerado um Estado falido, incapaz de assegurar as mínimas condições de subsistência, de dignidade e de segurança. Sendo o que predomina é a falta de emprego e moradia, o elevado índice de mortalidade infantil, o analfabetismo, a falta de acesso a água potável e ao saneamento básico, o surgimento da cólera, entre outras condicionantes.

A partir dessa realidade torna-se relevante compreender os desdobramentos dos deslocamentos forçados para o Brasil, visto que o país tornou-se uma das rotas migratórias escolhidas pelos haitianos.

A questão migratória no Brasil, especialmente os deslocamentos forçados, ganhou destaque a partir do retorno da democracia, juntamente com o advento da Constituição Federal de 1988 que adotou a prevalência dos direitos humanos como o princípio norteador das relações internacionais. A tarefa do país neste momento histórico³⁹ foi a de construir a imagem de uma nação que prima pela ajuda

³⁹ “A partir de março de 1989, com a transferência do escritório do Acnur para Brasília, finalmente estreita-se a relação entre este órgão subsidiário da ONU e as autoridades brasileiras. Após a mudança para a capital, o governo declara, com a promulgação do Decreto nº 98.602, de 19 de dezembro de 1989, sua opção pela alternativa (b) da Convenção de 1951, Artigo 1o, B (1), removendo desta forma a limitação geográfica e abrindo a possibilidade para que refugiados de qualquer lugar do mundo pudessem ser reconhecidos como tais no território brasileiro. O escritório do Acnur em Brasília continuou a avançar de forma significativa: em 3 de dezembro de 1990, o Brasil retirou suas reservas aos artigos 15 e 17 da Convenção de 1951, medida que permitiu aos refugiados gozarem do direito de associação e de exercerem trabalho remunerado. Daí em diante, tentou-se estabelecer um procedimento e uma divisão de responsabilidades relativos ao processo de solicitação de refúgio. É interessante observar que o governo brasileiro promoveu essas medidas estimulado apenas por considerações humanitárias, visto que o número de refugiados residentes no

humanitária e pela globalização dos direitos humanos passando a ser vista pela comunidade internacional com outros olhos (PIOVESAN, 1998, p. 33-4).

O fenômeno atual de deslocamentos forçados é considerado pela ONU um dos maiores desafios deste século, além disso, aspira novas concepções como o respeito à diversidade cultural e religiosa, cuja fronteira que se abre possa garantir formas de inclusão social e garantir os direitos fundamentais, sociais, a segurança física e a dignidade através da proteção dos direitos humanos e de políticas públicas que assegurem tais medidas aos deslocados que passam a ingressar em território brasileiro.

No entanto, o fluxo de haitianos em direção ao Brasil decorre de fatores variados, sendo um deles o obstáculo da transposição de fronteira por parte dos migrantes na tentativa ao acesso a países da América do Norte, que em nome da segurança nacional e da soberania adotaram políticas de fechamento de fronteira. Não restou alternativa aos haitianos senão a de se deslocarem para a República Dominicana, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil.

Para autores como Jéssica Fernandes (2010) e Sidney Silva (2013), a inclusão da rota brasileira dentro contexto de deslocamentos pode ter ocorrido por motivos diversos. Desde a inclusão das tropas brasileiras no Haiti, em 2004, que de certa forma disseminou nos haitianos a ideia de um país com oportunidades até a realização, no mesmo ano, do Jogo da Paz no Haiti, onde os jogadores da seleção brasileira foram recebidos pelos haitianos como ídolos, contribuindo a disseminação de uma imagem positiva do Brasil.

No mesmo sentido, Jonas, um dos haitianos entrevistados na cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul - RS, ao ser questionado sobre o porquê da escolha pelo Brasil e não, por exemplo, pela República Dominicana vizinha do Haiti, responde que sua escolha se deu:

[...] por que o Brasil tem uma fronteira aberta para a pessoa entrar mais fácil aqui [...] a República Dominicana é mais fácil entrar, mas eu não gosto, eu não gosto morar na República Dominicana. E para os Estados Unidos tem que ter visto para entrar, e visto não faz para ir para lá [...].

território nacional não era nada expressivo – apenas 200 – e não constituía um problema à sociedade.” ANDRADE, José H. Fischel de e MARCOLINI, Adriana. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados – breves comentários sobre suas principais características. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 160-70, jan./jun. 2002. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000100008>>. Acesso em Maio 2014.

Outro fator que também pode ter influenciado na escolha pela rota brasileira foi o compromisso assumido pelo Brasil, a partir de 2004 de realizar em curto prazo uma missão de avaliação para definir possíveis projetos de cooperação entre o Brasil e o Haiti, ou seja, o Brasil encaminhou ao Haiti uma delegação de técnicos a fim de oferecer apoio em termos de cooperação técnica em resposta ao quadro de carências exacerbadas gerado pela crise haitiana.

O Brasil contribuiu ao enviar uma missão multidisciplinar, composta por especialistas nos campos da agricultura, saúde, saneamento, justiça, defesa civil, infra-estrutura, educação, esportes e desenvolvimento social, com vistas a identificar áreas e projetos passíveis de implementação no país por meio da cooperação técnica brasileira⁴⁰.

De acordo com Gelmino Costa (2012) dentre o leque de razões que levaram a escolha pelo Brasil como rota migratória está o entendimento de que o governo brasileiro, através de visita do Presidente Lula ao país em 2010, teria feito o convite aos haitianos para que se deslocassem ao Brasil.

Sobre as razões que deram início a procura por parte dos haitianos pelo Brasil, vale destacar o que alega Andressa Faria:

[...] as razões que deram início ao fluxo migratório do Haiti para o Brasil são imprecisas. Algumas hipóteses levantam que a participação do Brasil na força de paz no Haiti, através da MINUSTAH, tenha despertado o interesse pelo país. Outra hipótese é de que ante o fechamento da fronteira da Guiana Francesa – destino privilegiado dos haitianos na América do Sul – os mesmos foram impelidos a dirigir-se ao Brasil, onde esperam encontrar mais oportunidades de trabalho, dado seu crescimento econômico, às obras de infraestrutura com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de

⁴⁰ Em julho de 2004, o Brasil participou da Conferência de Doadores para o Haiti, realizada em Washington sob os auspícios do Banco Mundial, do BID, da Comissão Européia e do FMI. Nesse fórum, a delegação brasileira reafirmou o desejo do Governo de apoiar o esforço de reconstrução e recuperação sócio-econômica e institucional do Haiti e assumiu o compromisso de realizar, no curto prazo, missão de avaliação para definir possíveis projetos de cooperação. No entanto, por não ser o país ainda doador de recursos financeiros, nos termos estipulados pela Ajuda Oficial ao Desenvolvimento – ODA, a delegação brasileira ofereceu apoio em termos de cooperação técnica, no entendimento de ser tal contribuição o instrumento mais adequado para proporcionar pronta resposta ao quadro de carências exacerbadas gerado pela crise haitiana. Desta forma, o Brasil contribuiu enviando uma missão multidisciplinar, composta por especialistas nos campos da agricultura, saúde, saneamento, justiça, defesa civil, infra-estrutura, educação, esportes e desenvolvimento social, com vistas a identificar áreas em que a cooperação brasileira pudesse ser prestada e em que projetos pudessem ser implementados no curto prazo. A agricultura naquele país tem um papel importante, não apenas para eliminar a fome e a desnutrição que são problemas graves, mas como também para impulsionar as rendas rurais, frear a degradação ambiental e incrementar a capacidade de resistência ante as futuras ameaças de catástrofes, como o terremoto que assolou o país em janeiro de 2010. A área da saúde está entre os temas prioritários para a reconstrução e a estabilização do Haiti, constitui, atualmente, um dos principais eixos da cooperação com o país. Ministério das Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.abc.mre.gov.br>>. Acesso em Março de 2015.

2016, à construção de hidrelétricas e ainda à repercussão midiática que vem adquirindo nos últimos anos. (2012, p. 85-86).

Apesar do Brasil não ser o principal destino recebeu desde a ocorrência do terremoto cerca de duas centenas de haitianos que chegaram à fronteira brasileira com o Peru, sendo a maioria atraída pela melhoria da condição econômica do país, haja vista ocupar a posição de país em desenvolvimento, o que possibilita a expectativa da obtenção de emprego, além das parcerias que o governo, ONGs e empresas firmaram no Haiti, desde 2004⁴¹.

Não obstante a timidez da procura inicial, ao final do ano de 2011 havia indicações da presença de mais de 4.000 haitianos no Brasil e ao final de 2013 estimava-se que o montante já teria ultrapassado a casa dos 20.000, com indicações de que o número total poderia chegar a 50.000 ao final de 2014 (COSTA, 2012; SILVA, 2013).

As pesquisas dispostas no guia de migrações transnacionais apontam que:

O Brasil é conhecido, por um lado, como um país de emigração, a partir do deslocamento significativo de brasileiros para o exterior, especialmente para países como os Estados Unidos, o Japão, o Paraguai e a Inglaterra, que se intensificou nos anos 1990. Por outro lado, o Brasil tem-se posicionado também como um país de imigração que se formou historicamente pela presença das imigrações europeias que chegaram ao país no final do século XIX e início do século XX. Mais recentemente, o país começa novamente a se posicionar, ainda que de modo gradual, como país de imigração tornando-se, principalmente a partir de 2008, destino de migrantes transnacionais.⁴²

A procura de migrantes pelo Brasil tem se intensificado, de forma que o país possui atualmente 7.289 refugiados reconhecidos de 81 nacionalidades distintas (25% deles são mulheres) – incluindo refugiados reassentados. Os principais grupos são compostos por nacionais da Síria, Colômbia, Angola e República Democrática do Congo⁴³. Lembrando que a condição de solicitante de refúgio e de refugiado é de vulnerabilidade, por tratar-se de grupos de pessoas que por fundado temor de

⁴¹ Servicio Jesuita a Refugiados (SJR): Los flujos haitianos hacia América Latina: Situación actual y propuestas. Maio 2011, p. 2. Disponível em: <http://www.entreculturas.org/files/documentos/estudios_e_informes/Flujos%20haitianos%20haciaAL.pdf>. Acesso em Janeiro de 2015.

⁴² Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores. Disponível em: <<http://www.guiamigracoesdivcult.com/>>. Acesso em Março de 2015.

⁴³ ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em Março de 2015.

perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social ou em razão de suas opiniões políticas.

Ampliando a definição estabelece a Cláusula Terceira da Declaração de Cartagena de 1984 que também são considerados refugiados aquelas pessoas obrigadas a sair de seus países devido a conflitos armados, violência e violação generalizada de direitos humanos, como também por circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. Enquadra-se nesta realidade a permanente situação de instabilidades que assola o Haiti e atinge severamente a esfera política, econômica, social, sobretudo, ambiental. As catástrofes naturais como terremotos, tsunamis e tempestades agregam-se a aquelas de origem humana que alteram o clima e ocasionam degradação ambiental, além da migração em busca de um futuro incerto em uma terra desconhecida.

A escassez de recursos renováveis como o solo agrícola, a falta de água potável, a destruição das florestas, causada pela degeneração destes recursos, seja pelo aumento da demanda dos mesmos, seja pela sua desigual distribuição, está nas principais causas de deslocamentos forçados de haitianos. Entretanto, esta carência ambiental, por si só, não é capaz de gerar os fluxos migratórios, mas contribui sobremaneira para a sua ocorrência, pois atua com os demais fatores conjunturais e históricos do país, de modo a proporcionar efeitos sociais que a favorecem.

Ademais, países latino-americanos como o Peru e o México, em resposta a crise do Haiti e perante o significativo aumento do fluxo migratório têm utilizado a Declaração de Cartagena para ampliar o conceito de refugiado previsto na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967⁴⁴, com a finalidade de conceder o *status* de refugiado aos haitianos.

⁴⁴ A Convenção em tela é a responsável por trazer ao cenário internacional, em seu artigo 1º a definição do que vem a ser refugiado, senão vejamos: “São todos os homens e mulheres (incluindo idosos, jovens e crianças) que foram obrigados a deixar seus países de origem por causa de um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social ou por suas opiniões políticas.” No entanto, a Convenção de 1951 delimitou uma condição temporal e geográfica à condição de refugiado, ou seja, a limitação geográfica ocorre em razão de sua aplicação se efetivar apenas a acontecimentos ocorridos na Europa, e a limitação temporal em relação aos fluxos de refugiados ocorridos antes de 1951, o que não alcançava aos novos fluxos de refugiados pós 1951, nem tampouco aos acontecimentos ocorridos fora do continente europeu, havendo assim a necessidade de se repensar tal proteção. A partir desta ressalva da Convenção de 1951, foi elaborado um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966. ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/breve-historico-do-acnur/>>. Acesso Março de 2105.

No que se refere à política migratória adotada pelo Brasil, na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o tema dos direitos humanos teve destaque, tanto na política externa quanto na política interna do país. Em 1996 houve o lançamento do Primeiro Programa Nacional dos Direitos Humanos, momento em que o governo solicitou ao ACNUR uma pauta para servir de incentivo a elaboração de uma legislação específica que abordasse a questão dos refugiados e dos solicitantes de refúgio.

O projeto de lei sobre refugiados foi encaminhado ao Congresso Nacional que o aprovou, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, inclusive contou com apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, da Igreja católica e da Vice-Presidência da República. Porém, o mesmo não previa a definição ampla de refugiado, a qual só foi inserida posteriormente pelo seu relator na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, o então deputado Aloysio Nunes Ferreira Filho (ANDRADE, 1996, p. 7-12).

Após a ampla discussão no Congresso Nacional, finalmente surge a Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, que define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências. Trata-se da primeira legislação preocupada em abordar a temática na América Latina, além de contar com uma parceria tripartite (governo, sociedade civil e ACNUR). Juntamente com a legislação foi instituído o Comitê Nacional para Refugiados - CONARE, órgão formado por sete membros que representam, respectivamente, os Ministérios: da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação, do Esporte e do Departamento da Polícia Federal.

A lei 9.474/97 em seu artigo 1º reconhece como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.⁴⁵

⁴⁵ Ministério da Justiça. Lei. 9.474/97. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B73F2E3CA-0CF1-4375-AAA0-D31EDF33B616%7D>>. Acesso em Agosto de 2014.

Ainda em relação a esta legislação, é importante salientar que:

A definição do conceito de refugiado, além de reproduzir a definição clássica da Convenção de 1951, no seu Artigo 1º, inciso III, a Lei 9.474/97 afirma que um indivíduo deve ser reconhecido como refugiado se “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”. Esta definição abrangente é importante, sobretudo quando são consideradas as causas dos recentes deslocamentos forçados ao redor do mundo. Além disso, a definição vai ao encontro da prática adotada pelo Governo brasileiro desde o início da década de 1990 (ANDRADE, 1997, p.149-164).

Verifica-se que a legislação na América Latina, sem dúvida, é o marco legal na proteção aos refugiados que substituiu o parâmetro normativo estrito da perseguição política para alcançar as vítimas das crises de efetivação de direitos sociais e econômicos. André de Carvalho Ramos assevera que as “vítimas de violação de direitos civis e políticos poderiam, sob certas circunstâncias, ser abrigadas sob o estatuto do refugiado, mas as vítimas de violação de direitos básicos, como direito à saúde, moradia, educação e até alimentação, não”. Contudo, houve significativo avanço com o advento da Lei 9.474/97:

A Lei nº 9474/97 ainda adotou a definição ampla de refugiado, defendida na Declaração de Cartagena vista acima: o artigo 1º, III, dispõe que será considerado refugiado pelo Brasil todo aquele que devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. Desde então, o Brasil já recebeu refugiados de Angola, Serra Leoa, Afeganistão e outros sob o abrigo desse dispositivo legal.⁴⁶

Os efeitos da concessão de refúgio, de acordo com a lei serão estendidos a todos os membros da família do refugiado, desde que dependam economicamente deste e que estejam em território brasileiro.

Estes breves apontamentos acerca da implementação e regularização do instituto do refúgio no Brasil, auxiliam na compreensão do fenômeno relativo à chegada dos haitianos ao país, tendo em vista que a partir de 2010, pós terremoto, os migrantes passaram a solicitar no Brasil a condição de refugiado. Cabe mencionar que a escolha dos haitianos pelo Brasil como rota migratória teve início, a

⁴⁶ RAMOS, André de Carvalho. “Asilo e Refúgio: Semelhanças, Diferenças e Perspectivas”, em *60 Anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro*, coordenado por André de Carvalho Ramos, Gilberto Rodrigues e Guilherme Assis de Almeida, São Paulo, ACNUR, 2011, pp. 28-30. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/60_anos_de_ACNUR_-_Perspectivas_de_futuro>. Acesso em Março de 2015.

partir de 2010, mas de forma tímida e se intensificou ao final de 2011, desde então a procura só fez aumentar.

O processo de deslocamentos forçados não sofreu e não sofre retração, pelo contrário, os fluxos aumentam de forma expressiva e as estimativas, de acordo com o governo brasileiro é a de ter atingido a marca de 50.000 ao final de 2014. Consoante relato do embaixador do Haiti em Brasília o “número oficial, de dezembro de 2014, era de 50mil a 55 mil. Desses, 20 mil chegaram com visto. Os outros chegaram pela fronteira Norte”⁴⁷.

Ao ingressar no país o haitiano solicita o *status* de refugiado⁴⁸, em decorrência do terremoto, ou seja, entende que sua situação no Haiti está diretamente vinculada a questões ambientais, o que o obriga a deixar o seu país devido à deflagração de extrema situação de vulnerabilidade que o coloca em risco, ameaça à vida e à subsistência. Torna-o ao mesmo tempo deslocado ambiental e refugiado ambiental, circunstâncias que perturbam e violam os direitos humanos. Insta mencionar que o terremoto propiciou um cenário de destruição, fato que agravou a condição do país e favoreceu a violência e o conflito que ameaçam e perturbam a ordem pública.

As solicitações de refúgio pelos haitianos são realizadas junto ao Departamento da Polícia Federal, momento em que os migrantes externam sua vontade de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado, tendo início, portanto, a solicitação de refúgio. Da mesma forma serão tomadas a termo as declarações dos solicitantes prestadas à autoridade imigratória. A Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo.

Contudo, as solicitações de refúgio efetuadas pelos haitianos foram negadas pelo CONARE, por não se enquadrarem no *status* de refugiado. Segundo o Comitê os pedidos carecem de fundado temor de perseguição, consoante dispõe a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967⁴⁹. Não há consenso entre os organismos

⁴⁷ Jornal Zero Hora, entrevista Madsen Chérubin, embaixador do Haiti, publicado em 02 de maio de 2015.

⁴⁸ De acordo com artigo 7º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, para efetuar o pedido de refúgio: o “estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível e no artigo 8º esclarece que “o ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes”.

⁴⁹ Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/depois-do-terremoto-no-haiti-imigrantes-haitianos-buscam-refugio-no-brasil-e-recebem-vistos.aspx>>. Acesso em Março de 2015.

internacionais acerca da possibilidade de ampliação do conceito de refúgio para que possa abarcar também aqueles que são impelidos a se refugiarem em outro país por problemas decorrentes de catástrofes naturais ou questões ambientais. O ACNUR alega que “refugiados climáticos” não possuem amparo legal. Todavia, os migrantes por causas ambientais ou por desastres socioambientais podem necessitar de assistência humanitária ou proteção internacional, lembrando que essas se caracterizam pela transitoriedade, o que não é o caso do Haiti.

Em que pese o governo brasileiro e o ACNUR não estenderem a condição de refugiado aos haitianos, em janeiro de 2011 no Acre o Ministério Público Federal - MPF intentou ação civil pública nº 1.10.00.000134/2011-90, com intuito de que os migrantes haitianos fossem considerados refugiados através do reconhecimento coletivo de tal condição, para tanto utilizaram o seguinte argumento: “Em razão do alcance do terremoto, em meio ao já conturbado ambiente haitiano, muitos cidadãos foram compelidos a abandonar sua pátria para se afastar da ainda mais caótica situação econômica e social alcançada, em busca de refúgio, sobrevivência e oportunidade de trabalho”⁵⁰.

Ainda, acrescenta o MPF:

Assim, considerando que os haitianos não estão migrando para o Brasil por outro motivo que não a extrema necessidade de buscar uma vida mais digna, de fugir de uma situação de absoluta privação dos direitos humanos mais básicos, que representa uma “grave e generalizada violação de direitos humanos”, não é possível deixar de reconhecer a condição de refugiados desses migrantes.

O impasse envolvendo os fluxos migratórios no Brasil estava formado. A decisão do governo em não conceder o *status* de refúgio aos haitianos levou o CONARE a elaborar a Resolução Recomendada nº 08/06 que trata dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que a critério do Comitê possam os estrangeiros permanecer no país por razões humanitárias, e repassou a questão ao Conselho Nacional de Imigração – CNIg para que o órgão efetivasse a regularização e a permanência dos haitianos no Brasil.

Com base na Resolução n. 27/98, o CONARE remeteu os pedidos de refúgio dos haitianos ao CNIg, que após ampla reflexão e análise sobre a situação do Haiti e

⁵⁰ Ministério Público Federal do Acre. Disponível em: <www.prac.mpf.mp.br/atos-do-mpf/acp/acphaitianos/>. Acesso em Maio de 2015.

das graves consequências causadas pelo terremoto, decidiu conceder residência permanente por razões humanitárias⁵¹.

Dentre as perspectivas abordadas como solução do problema estava o “caráter humanitário do acolhimento dessas pessoas, mas há de se evitar o recrudescimento do fluxo migratório de haitianos” (CNIG, X Reunião Ordinária, 2010). O presidente do CNIG, Paulo Sérgio de Almeida, integrante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), expressou que seria “(...) razoável prestar solidariedade aos haitianos diretamente atingidos pelo terremoto e que vieram ao Brasil; por outro lado, não entende como razoável que o Brasil se apresente como destino para um fluxo migratório maior de haitianos” (CNIG, I Reunião Ordinária, 2011, p.6.).

O debate perdurou por um longo período até a decisão de conceder autorização de permanência por razões humanitárias aos nacionais haitianos, uma vez que considerava “(...) inviável determinar que os requerentes retornassem ao seu país de origem ou aos países através dos quais ingressaram no território brasileiro, dada a situação precária em que ora se encontram”, isto é, poderia ser uma medida “desastrosa do ponto de vista humanitário” (CNIG, II Reunião Ordinária, 2011, p. 6-7).

O CNIG aprovou a concessão de visto permanente por razões humanitárias apenas os haitianos que estivessem relacionados de forma direta ao terremoto. No entanto, por consenso optou pela inclusão dos casos análogos, desde que atendidas às condições anteriores (CNIG, V Reunião Ordinária, 2011, p.3). Ao final do mesmo ano, o CNIG determinou que os pedidos fossem autorizados abrangendo também aqueles casos em que não houvesse vínculo direto com o terremoto de 2010 (CNIG, X Reunião Ordinária, 2011, p.5).

Não obstante o Brasil ter regulamentado a entrada dos migrantes haitianos, a preocupação com a demora da reconstrução do Haiti, que certamente não ocorreria em médio prazo, era uma realidade a ser enfrentada. Mediante a esta preocupação o CNIG adotou uma postura mais rigorosa no enfrentamento da questão. Uma das medidas adotadas para frear a entrada dos migrantes pelas fronteiras do país foi a

⁵¹ “Na aplicação da RN n. 27/98, o CNIG tem considerado as políticas migratórias estabelecidas para considerar como “especiais” os casos que sejam “humanitários”, isto é, aqueles em que a saída compulsória do migrante do território nacional possa implicar claros prejuízos à proteção de seus direitos humanos e sociais fundamentais” (Extrato do voto aprovado pelo CNIG em reunião de 13/03/2011). Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/cnig-prorroga-concessao-de-visto-especial-a-haitianos.htm>>. Acesso em Março de 2015.

Operação Sentinela da Polícia Federal, que recebeu reforços durante os primeiros meses de 2011 para inibir o processo migratório (CNIG, III Reunião Ordinária, 2011). O Ministério das Relações Exteriores (MRE) direcionou seus esforços para fomentar ações de cooperação com o Haiti em setores que pudessem produzir impactos na diminuição desse fluxo (CNIG, V Reunião Ordinária, 2011, p. 6) e, ao mesmo tempo, buscou com os governos do Peru e do Equador a cooperação no enfrentamento das migrações irregulares.

Em 2012, o CNIG convocou uma reunião extraordinária para a discussão do texto de Resolução Normativa que fosse capaz de conter o ingresso irregular dos haitianos no país pela fronteira da Região Norte. A conclusão do Conselho foi no sentido de reduzir a emissão do número de vistos para o limite de 1.200 anuais. Segundo o CNIG a decisão buscava “(...) evitar que a concessão dos vistos venha a fomentar uma diáspora haitiana” (CNIG, Reunião Extraordinária de Janeiro, 2012, p.1).

Surge a Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, com vigência de dois anos e que permite a concessão de visto pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil na Embaixada brasileira em Porto Príncipe. O requisito indispensável para que o solicitante possua passaporte válido é atestado de antecedentes criminais e um comprovante de residência no Haiti.

Essa Resolução propiciou à delimitação no tocante a migração formal e assegurou ao haitiano a possibilidade de trabalho no Brasil sem a exigência de contrato prévio de trabalho ou qualquer qualificação profissional, assim como o alcance de direitos e deveres como qualquer estrangeiro em situação regular no país, salvo os acordos bilaterais existentes, para explicitar, serviço público de saúde, educação pública - que depende da forma de colaboração entre União, Estados e Municípios. O governo brasileiro alegou que a implementação desta resolução normativa visava melhor administrar os deslocamentos, principalmente, a fim de coibir as redes de contrabando de migrantes e a ação dos coiotes, preservando sempre o direito da pessoa a migrar e o respeito à sua dignidade inalienável e aos seus direitos humanos.

Outro ponto que foi mantido diz respeito ao período de cinco anos para que o haitiano possa regularizar-se definitivamente com emprego e residência no Brasil. A decisão de conceder 100 vistos mensais, porém, não significa que apenas 100 pessoas entrem no Brasil mensalmente. Um haitiano que contemplado com o visto

também poderá trazer seus familiares: pais, filhos e cônjuges. A entrada de haitianos no país é controlada pela Polícia Federal⁵².

De acordo com o relatório realizado em parceria com Ministério do Trabalho e Emprego, PUC Minas e IOM, em 2012 foram concedidos pelo consulado em Porto Príncipe 1.384 vistos, sendo 182 (13,1%) para reunificação familiar. No ano de 2013, até o final do mês de agosto foram 2.615 vistos, sendo 2.380 pelo consulado em Porto Príncipe, 227 pelo consulado em Quito e 08 pelo consulado em São Domingos. Do total, 419 (16,1%) destinaram-se a reunificação familiar⁵³.

Ainda sobre a Resolução Normativa nº 97 mostra-se relevante trazer à tona alguns questionamentos, como por exemplo: até que ponto a medida adotada pelo Conselho objetiva amparar e proteger de fato os haitianos dentro deste contexto migratório? Ou trata-se apenas de algo com vistas a frear os deslocamentos forçados?

No mesmo sentido, o antropólogo Omar Ribeiro Thomaz e o sociólogo Sebastião Nascimento alegam sobre a questão que:

Vozes oficiais insistem que estipular um limite de cem vistos mensais e vedar a entrada legal para os que já estão na região seriam medidas humanitárias. Poucos conseguiram entender o raciocínio tortuoso que tenta transformar restrições em benesses. Sem qualquer novidade, requebra-se a política histórica de cerceamento à imigração oriunda de determinados países ou regiões. O limite foi estabelecido ao sabor do arbítrio. Ele não se apoiou em qualquer avaliação da demanda por mão de obra ou do tamanho da dinâmica da diáspora haitiana.⁵⁴

Na prática a expedição do baixo número de vistos temporários junto a embaixada do Brasil, em Porto Príncipe, tem fomentado novos obstáculos aos haitianos. Um deles está atrelado à intensa procura por outras rotas ilegais que levem ao Brasil, já que não possuem a documentação hábil para migrar legalmente.

As principais rotas, conforme demonstra a figura abaixo se dá por meio da travessia do Haiti para a República Dominicana, onde através da via aérea se deslocam até o Panamá, Equador e Peru:

⁵² Estrangeiros no Brasil. Disponível em: <<http://www.estrangerosbrasil.com.br/2014/07/07/numero-de-estrangeros-que-pedem-para-morar-no-brasil-mais-que-dobrou/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

⁵³ MTE. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C816A45B266980145DCAB8EF42233>>, acesso em abril de 2015.

⁵⁴ THOMAZ, Omar Ribeiro. NASCIMENTO, Sebastião. "Europeus Bem-Vindos, Haitianos Barrados", em *Folha de São Paulo*, Tendências/Debates, A3, 21 de janeiro de 2012.

Figura 3 – Rotas da migração haitiana para o Brasil



Fonte: Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/rotas_de_haitianos_para_o_brasil/rotas_de_haitianos_para_o_brasil.html>. Acesso em Março de 2015.

O percurso dos haitianos até a chegada ao Brasil, na maioria das vezes envolve uma série de redes ilegais de contrabando de migrantes, que se difere do contexto do tráfico de pessoas. A ocorrência de contrabando de migrantes é intermediada por atravessadores ou “coiotes”. A atuação tem se intensificado e se evidencia por incluir viagens de avião para o Panamá e Equador, a fim do deslocamento até o Peru ou à Bolívia, como meio de chegar aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre, respectivamente.

Os migrantes contam com a ajuda de “coiotes” e passam a percorrer por terra o Peru até adentrar a fronteira do Brasil pela Brasiléia, no Acre. Essa rota se consolidou, em razão dos haitianos saberem que vão encontrar uma infraestrutura governamental, que lhes emitirá documento de identidade e licença de trabalho. Entre os anos de 2011 a 2013, ingressaram pelo Acre na Brasiléia, de forma ilegal, mais de 20.000 haitianos. A grande maioria não permanece no local e se desloca para outras regiões, fundamentalmente, para São Paulo e para a região Sul do país.

Sobre a questão envolvendo o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC difere ambos os institutos. O tráfico de pessoas se perfectibiliza pelo "recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle

sobre outra pessoa, para o propósito de exploração". Já o “contrabando de migrantes é um crime que envolve a obtenção de benefício financeiro ou material pela entrada ilegal de uma pessoa num Estado, no qual essa pessoa não seja natural ou residente. O contrabando de migrante afeta quase todos os países do mundo. Ele mina a integridade dos países e comunidades. O custo atinge milhares de vidas a cada ano. O UNODC, como guardião da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional – UNTOC e seus Protocolos, assiste os Estados em seus esforços para implementar o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea (Protocolo dos Migrantes)”⁵⁵.

No mesmo sentido, vem colaborar com a freqüente prática de contrabando de migrantes, o depoimento do haitiano Jonas que migrou ilegalmente para o Brasil em 2013 e reside atualmente na cidade de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, onde é presidente da Associação dos migrantes haitianos. Ao ser questionado sobre a sua vinda para o Brasil relatou em entrevista que:

[...] “paguei coioite lá no Haiti mesmo, ele pega esse dinheiro e vai junto e entra com nós pela República Dominicana e compra bilhete pra nós, e não sabe nada mais depois”. Após continuei a pergunta: e o restante do trajeto vocês viajam sozinhos? É necessário pagar novamente? Jonas responde: “depois nós chega ao Equador e vem outro coioite e pergunta Jonas? [...] ele já sabe todos os nomes é tudo organizado. Sim, paguei primeiro no Haiti 1300 (USD) e depois no Equador eu pago 1500 (USD)”. Ainda, Jonas questionado de que forma ocorre o restante do trajeto após o Equador até chegar à fronteira do Brasil, se houve a necessidade de percorrer algum trecho caminhando ele responde que “depois do Equador até Acre de ônibus, eu não precisa caminhar, tem pessoa que precisa fazer isso, que passa isso, eu não”.

Em relação ao valor despendido por Jonas até a sua chegada ao Brasil, nota-se que ele demonstrou dificuldade de lembrar todos os valores pagos aos coioites⁵⁶,

⁵⁵ UNODC. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>>. Acesso em Março de 2015.

⁵⁶ Com a promessa de vender facilidades a pelo menos 38 mil haitianos que já cruzaram, sem visto, a fronteira do Brasil pelo Acre, a rede de coioites já faturou US\$ 60 milhões o equivalente a mais de R\$ 185 milhões nos últimos quatro anos. Segundo o padre Paolo Parise, diretor do abrigo Missão Paz, em São Paulo, o momento mais crítico da viagem acontece na fronteira do Equador com o Peru. Os haitianos, por ordem dos coioites, desembolsam cerca de US\$ 100 como suborno para policiais peruanos liberarem a passagem dos imigrantes. Os haitianos contam que atravessam um rio a pé, por baixo de uma ponte, para entrar no Peru. "Policiais expulsos da corporação peruana formaram uma quadrilha que hoje gerencia o tráfico de drogas e de pessoas. Muitos haitianos não têm dinheiro para dar na hora e são mantidos em cárcere privado até que a família mande remessas", explica o padre. Mulheres são abusadas. Uma haitiana chegou grávida ao abrigo no ano passado, vítima de estupro por homens da quadrilha, conta Parise. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/05/23/coioites-trouxeram-38-mil-haitianos-ao-pais-em-4-anos.htm>>. Acesso em Junho de 2015.

haja vista que as cobranças de extorsão aconteceram no decorrer de todo o caminho.

O governo brasileiro reconheceu que a Resolução Normativa nº 97 não foi eficaz, visto que os fluxos migratórios ilegais atingiram proporções alarmantes. Perante o problema o CNIg, ao final de 2012, retirou a limitação de 1.200 vistos anuais e a ressalva da concessão de vistos apenas na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Em abril de 2013, o Conselho publicou nova Resolução Normativa n. 102. Novamente, a medida não foi capaz de cessar a procura dos haitianos pelas rotas ilegais de acesso as fronteiras brasileiras, nem tampouco coibiu às redes de contrabando de migrantes, o que acentua a vulnerabilidade destas pessoas expostas diariamente as mais diversas formas de violência e riscos.

4.2 Quem são os migrantes haitianos

O Brasil está atualmente dentre as rotas preferidas pelos haitianos. Perante a este cenário migratório, se torna imperiosa a compreensão de quem são esses migrantes que ingressam no país, sobretudo, aqueles que se encontram no Estado do Rio Grande do Sul. Esse entendimento foi possível a partir da realização de entrevistas com um grupo de quatro haitianos, residentes atualmente no município de Caxias do Sul. Também contribuíram com a pesquisa os membros da sociedade civil envolvidos no processo de acolhimento aos migrantes. A finalidade da pesquisa empírica é a de trazer à tona as histórias e trajetórias de vida dos entrevistados, assim como as suas percepções do país de origem.

As informações que seguem são o resultado da pesquisa de campo realizada na cidade de Caxias do Sul, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, com população residente estimada em 2014 de 470.223 pessoas (IBGE, 2014), e teve seu início em janeiro de 2015 com as entrevistas realizadas junto à Associação dos Migrantes Haitianos, com sede no bairro Diamantina.

As dificuldades impostas pela embaixada brasileira para a expedição de vistos impossibilitou a concessão de documento hábil para a entrada legal no Brasil. Desde então, os haitianos buscaram outras formas de deixar o seu país rumo ao desconhecido. A peregrinação até o destino final é longa. O seu início ocorre geralmente na travessia da fronteira do Haiti para o território da República

Dominicana, local de partida para o Panamá, Equador e Peru, até finalmente alcançar as fronteiras terrestres do Brasil: Acre e Amazonas.

Os haitianos que se estão no município de Caxias do Sul são oriundos de fluxos migratórios que se assemelham aqueles que alcançam as demais regiões do Brasil, sendo a sua grande maioria caracterizada pelo ingresso ilegal. Ao encontro dessa realidade tem-se a narrativa de Jonas, um dos pesquisados que mencionou a sua dificuldade na tentativa de conseguir o visto na embaixada do Brasil, em Porto Príncipe:

[...] é mais difícil, por que tem pessoa que faz um ano e seis meses que deixa os papeis lá e ele não é chamado para ganhar visto pra vir pra aqui [...]. Tem pessoa que fez e que faz um caminho errado, de forma ilegal [...]. Deixei minha esposa e uma filha no Haiti, eu quero trazer elas para cá, já estou tentando trazer a um ano, mas está difícil na embaixada.

Os haitianos entrevistados não fogem a esta lógica. São os denominados migrantes indocumentados, aonde a maioria chega ao país em situação irregular, ou seja, de forma clandestina, sem os documentos necessários à fixação de um estrangeiro no país. Com os entrevistados na cidade de Caxias do Sul/RS não foi diferente, todos adentraram as fronteiras do Brasil de forma ilegal. Denota-se das entrevistas que devida a significativa diminuição de concessões de vistos temporários expedidos pela embaixada, bem como diante da longa espera pela análise das solicitações, resta apenas uma única maneira de deixar o Haiti: através da migração ilegal.

A realização da pesquisa se deu a partir das entrevistas de quatro membros da Associação dos Haitianos de Caxias do Sul – RS, escolhidos de forma aleatória.

Jonas, o primeiro a ser entrevistado, relatou que cursou engenharia civil no Haiti e trabalhou como técnico em construção civil. Contudo, a ocorrência do terremoto não lhe permitiu concluir o curso. Ao ser perguntado por que decidiu deixar o seu país de origem, respondeu [...] *não tem emprego no Haiti, é mais difícil de conseguir as coisas. Depois do terremoto ficou mais pesado, mais difícil, por que não tem mais nada [...].*

O entrevistado ao ser questionado de como era a sua vida antes do terremoto relatou: *“Era igual, não tinha mais trabalho, o pessoal que trabalha lá precisa fazer*

negócios⁵⁷ para viver". Da mesma forma o questioneei sobre a sua percepção de vida no Haiti, antes do acometimento do terremoto, se ele considerava difícil viver no país e se acreditava que o terremoto apesar de agravar o problema no local não foi o único fator responsável pela situação atual pela qual passa o Haiti, e ele respondeu que *"sim"* para as duas questões e complementou: *"cada pessoa quer ir para outro país para melhorar a vida dela, se o país não tem trabalho, como ele vai conseguir fazer mais coisas, não vai conseguir, tem que querer fugir do país para no outro país buscar uma vida melhor"*.

Ele chegou ao Brasil em fevereiro de 2013, de forma ilegal através da rede de coioetes que o auxiliou durante toda a viagem até a sua entrada no país pelo território do Acre. Ao chegar à cidade de Brasília procurou pelo posto da Polícia Federal - PF, a fim de solicitar o *status* de refugiado, porém como os haitianos fazem jus ao visto humanitário esse foi o documento expedido juntamente com a solicitação da emissão dos demais documentos de identificação e da Carteira de Trabalho – CTPS.

O entrevistado permaneceu durante sete dias no albergue em Brasília no Acre. Após recebeu o protocolo relativo ao visto humanitário. Escolheu a cidade de Caxias do Sul, pois conhecia haitianos que moravam no local, além de ser informado sobre a existência das ofertas de emprego. Tal fato o fez embarcar em um ônibus, com mais seis haitianos, na cidade de Rio Branco no Acre com destino a Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente reside na cidade e trabalha na empresa Marcopolo como pintor de carrocerias de ônibus.

Outro entrevistado, João, de 45 anos, trabalhava no Haiti como pedreiro e pintor. Chegou ao Brasil em outubro de 2011, conforme seu relato:

[...] eu venho para o Brasil e deixa meu país Haiti, eu vem para trabalhar e ajudar meu país [...]. Quando eu vem para o Brasil eu passo por Equador, depois Peru e pega um barco para Tabatinga. Depois em Tabatinga eu esperar três meses para receber o protocolo da Polícia Federal. Depois eu pega outro barco e entra em Manaus.

Sim, eu pagou 2.500 USD, no Haiti, e depois eu paga mais em Lima também.

Em Manaus, João permaneceu por um mês até que um empresário de Caxias do Sul que estava no local para recrutar migrantes contratou-o com mais outros

⁵⁷ A referência do entrevistado no tocante a "fazer negócios" corresponde à expressão conhecida como "fazer bico", ou seja, trabalhava como jardineiro, pintor, pedreiro, etc.

doze haitianos, a fim de que fossem trabalhar em sua padaria. O empresário prometeu um salário mensal de R\$ 1.200,00 e mais auxílio moradia. No entanto, no momento em que os haitianos chegaram à cidade de Caxias do Sul passaram a receber R\$ 700,00 mensais e nada mais. João hoje reside com sua esposa em Caxias do Sul e trabalha na empresa Marcopolo com pintura de carrocerias de ônibus.

Saint, de 44 anos, residia no Haiti e trabalhava na República Dominicana com jardinagem. Em 2012 seguiu para o Brasil em busca de uma vida melhor. Assim como os demais entrevistados, também partiu como um migrante indocumentado e percorreu a rota iniciada na República Dominicana, Panamá, Equador, Peru até realizar a travessia de barco para adentrar a fronteira brasileira por Tabatinga, e após Manaus, local onde solicitou a documentação.

Da mesma forma como ocorreu com João, empresários do Rio Grande do Sul estavam na região em busca de mão de obra, e Saint foi contratado para trabalhar em Flores da Cunha, cidade vizinha a Caxias do Sul. Face ao descumprimento da promessa de salário em torno de R\$ 1.400,00, da não concessão de moradia e da falta de auxílio, Saint deixou Flores da Cunha e mudou-se para Caxias do Sul, onde trabalha até os dias atuais na empresa Marcopolo.

Saint ao ser perguntado se pretende trazer a sua família ao Brasil, respondeu: *Sinto muita saudades. Lá no Haiti tem um problema pra fazer a documentação, tem muita gente que tem problema pra vir ao Brasil, não consegue visto, está difícil. E, em relação ao período anterior a ocorrência do terremoto, o senhor acredita que o Haiti era um bom país para morar? “antes não tinha trabalho. Trabalhava com jardinagem na República Dominicana. Precisou trabalhar vai lá na República Dominicana que tem trabalho”.*

O senhor era bem recebido na República Dominicana, gostava de trabalhar lá? *“mais ou menos. Não gostam muito dos haitianos na República Dominicana”.*

Saint deixou toda a sua família no Haiti e hoje reside com outros haitianos em Caxias do Sul.

O entrevistado Gerald, de 36 anos, agricultor no Haiti percorreu a mesma trajetória de Saint. Ele ingressou no Brasil por Tabatinga e após deslocou-se para Manaus. Gerald descreve que chegou ao Brasil em 2011 e permaneceu em Manaus pelo período de quatro meses. Trabalhou como entregador de butijão de gás e

morou com um grupo de haitianos. Mais tarde decidiu ir para o Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Marau:

[...] ficou em Manaus por quatro meses, fez os documentos e o trabalho lá ta muito pouco por isso eu deixa lá e vou para Marau/RS. Pego um avião em Manaus para Brasília, de Brasília para São Paulo e de São Paulo pega um metrô para chegar parada ônibus e ir para Marau/RS. Eu passar quase 1 ano e 3 meses a trabalhar em Marau na Metasa, eles alugam apartamento pra nós [...].

Em 2014, Gerald retornou ao Haiti e trouxe sua esposa e filha, momento em que resolveu ir morar em Caxias do Sul: *“em 2014 eu veio pra Caxias, vim pra cá por que lá em Marau eles não pegam mulher para trabalhar, trabalhei na Acriles e agora desempregado”*.

Ao ser questionado sobre sua vida no Haiti e o porquê da escolha pelo Brasil, Gerald afirmou que:

[...] antes do terremoto não tinha muitas vezes o que colher, passava quatro meses sem chuva, lá agora ta pior, não tem serviço, quando o terremoto passou quebrou tudo, todas as coisas, a casa, por isso eu foi buscar a vida melhor. Quando o terremoto passou eu fui para República Dominicana para morar com minha esposa, e lá não consegue trabalho, só faz negócio e não ta fácil, por isso eu fui pra outro país pra buscar uma coisa melhor[...].

Quando os entrevistados foram questionados sobre o desejo de retornar definitivamente ao Haiti, prontamente, alegaram que a passeio pretendem voltar, entretanto não almejam voltar a morar no país. O único que divergiu dos demais foi João, momento em que alegou pensar um dia retomar a sua vida no Haiti:

Segundo Jonas [...] vai voltar um dia ao Haiti para passear. Para morar não. Eu quero visitar a mãe e o pai, e depois volta denovo aqui”; João alegou: “eu gosta do meu país, só o problema é que no meu país não tem trabalho, precisa ajudar a família. Depois quando eu conseguir juntar dinheiro eu volta pra meu país, agora eu vou esperar uns cinco a sete anos no Brasil e um dia quero voltar”; Saint afirmou que: “pra morar não, pra passear, gosto do Brasil”; e por fim, Gerald, mencionou que “sente saudades dos parentes, se eu for lá é só para passear, olhar meu pai e irmão também, não tem saudade do país, quer ficar aqui, se Deus quiser quer comprar casa e ficar aqui [...]”.

Ficou claro, a partir das falas dos pesquisados que os laços familiares se mantêm fortes, especialmente em relação às saudades daqueles entes queridos que permaneceram na Ilha Caribenha. As duras condições de vida, de vulnerabilidades

ficaram em um passado não tão distante, e o país de origem para a maioria deles será apenas o local que pretendem visitar.

No que diz respeito ao grau de escolaridades dentre o grupo pesquisado, verifica-se que apenas Jonas possui curso superior incompleto. Ele cursava engenharia civil a época do terremoto. João e Saint não concluíram o ensino primário/fundamental, e Gerald concluiu o ensino médio/secundário.

Somado a este panorama, vem ao encontro à pesquisa realizada pela organização Internacional para Migrações – IOM, entre os anos de 2010 a 2013 que aborda o percentual de migrantes haitianos no Brasil que cursaram ou possuem o ensino médio, chegando à marca de 39,4%. Ainda, a pesquisa realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com os haitianos que ingressaram no país, em novembro de 2013 aferiu que 45% possuem ensino fundamental incompleto⁵⁸.

Percebe-se que os primeiros migrantes haitianos que chegaram ao Brasil em meados de 2010 possuíam a formação de ensino médio e superior, enquanto os migrantes que ingressaram no país a partir de 2013 têm a formação de ensino fundamental.

A mobilidade haitiana é marcada por um processo individual de deslocamento forçado, e tem por finalidade a reconstrução de uma vida, o desejo de manter a subsistência própria e daqueles que permaneceram no Haiti, que ocorre através do envio de quantias financeiras. Para alguns estar no Brasil tem um significado ainda maior, pois acreditam que ao alcançar uma vida próspera estarão de certa forma, colaborando com a reconstrução do país deixado para trás.

4.3 A situação atual dos haitianos no Brasil

Uma nova chance de recomeçar. Isso era tudo que o pedreiro Jean Baptiste Dameus buscava após ter perdido a casa e familiares no terremoto que devastou o seu país, em 2010. Ele escolheu o Brasil como destino, assim como pelo menos nove mil haitianos, para reconstruir a vida. O desastre no Haiti começa a modificar o perfil dos operários buscados pelos recrutadores e até as comunidades gaúchas nas quais centenas de imigrantes do país caribenho passaram a viver. O primeiro grupo, de 14 trabalhadores,

⁵⁸ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Resultado da aplicação do questionário sobre a situação dos migrantes e solicitantes de refúgio no abrigo de Brasília/Acre. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/migrante/images/arquivos/pesquisa-migrantes-brasileira-acre.pdf>>. Acesso em Abril de 2015.

desembarcou no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, em janeiro de 2012, trazido pela indústria de massas Romena, de Gravataí.⁵⁹

O fenômeno de deslocamentos forçados no Brasil é recente. Todavia atingiu proporções significativas, tendo em vista que os fluxos não cessam e a estimativa até o final de 2014 foi atingir a marca, aproximada, de 50 mil haitianos ingressando no país.

Na medida em que a procura pelo Brasil se intensifica, principalmente, por aqueles que migram de forma ilegal, inevitavelmente, os desdobramentos desse contínuo fluxo trará reflexos negativos na vida dessas pessoas, tendo em vista que o país não possui infraestrutura adequada para prestar o acolhimento necessário.

Figura 4 – Momento da chegada de haitianos em São Paulo



Fonte: Rede Brasil Atual, Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/02/numero-de-haitiano-vindos-do-acre-a-sao-paulo-volta-a-crescer-nao-ha-abrigos-suficientes-7485.html>, acesso em abril de 2015.

Àqueles que buscam os grandes centros urbanos se deparam com uma dura realidade. O auxílio e a acolhida a esses migrantes vêm das igrejas e da sociedade civil, conforme demonstra a reportagem do canal Rede Brasil sobre o crescimento de haitianos em São Paulo, a falta de abrigos e de uma estrutura capaz de efetivar o acolhimento são fatores que contribuem para torná-los vulneráveis, e por sua vez vítimas das redes de trabalho análogo a escravo:

⁵⁹ CLICRBS. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/haitianos-tentam-reconstruir-a-vida-no-rio-grande-do-sul-depois-de-terremoto-4156820.html>>. Acesso em Abril de 2015.

A trajetória do haitiano Jean Erso começou em meados de dezembro, quando ele saiu do seu país com a esperança de uma vida melhor em São Paulo e encontrou pela frente um caminho marcado pelo perigo e pelo desamparo: foram mais de US\$ 5 mil entregues aos chamados coioetes como pagamento por 13 dias de uma viagem clandestina, na qual percorreu República Dominicana, Equador e Peru, até chegar ao Acre. De lá, mais quatro dias em um ônibus até São Paulo. Ao chegar na cidade se deparou com a falta de informação, demora para regularização dos documentos e sobretudo falta de vagas em abrigos. Porém, a capital paulista tem apenas 220 vagas para abrigar imigrantes temporariamente, somando 110 vagas do Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (Crai), inaugurado pela prefeitura em agosto do ano passado, e mais 110 vagas na Casa do Migrante, na organização católica Missão Paz, um dos principais destinos de quem chega à cidade. O governo do estado oferece 50 vagas de acolhida, porém apenas para imigrantes vítimas de tráfico de pessoas, trabalho escravo e homofobia.⁶⁰

Os obstáculos a serem superados são muitos, o primeiro deles é o acesso a documentação, eis que a maior parte deles ingressa no país de forma ilegal e acaba esbarrando na máquina burocrática estatal.

O processo de concessão de visto pelo CNIg é demorado e atrasa o registro junto a Polícia Federal. A espera pela entrega dos documentos é longa. A expedição e a entrega da carteira de trabalho têm durado um período maior do que o normal, em face da intensa demanda. A falta do documento que é essencial na obtenção de emprego causa mais sofrimento aos que chegam e que não mais possuem recursos financeiros para sua manutenção, tudo o que tinham foi deixado no decorrer do percurso até o Brasil.

Apenas uma minoria de migrantes tem êxito na busca por um posto de trabalho que lhes garanta os direitos trabalhistas, a subsistência, e permita o envio de repasse financeiro para familiares no Haiti. Geralmente, ocorre com os que se encontram nas pequenas ou médias cidades do país. Como, por exemplo, na cidade de Caxias do Sul, onde a grande maioria está trabalhando e reconstruindo a sua vida.

Outra questão relevante a ser enfrentada pelo que chega está na dificuldade do acesso à moradia. Muito embora os albergues sejam precários e não comportem o elevado número de migrantes são os responsáveis pelo primeiro acolhimento, além de ser a única alternativa.

⁶⁰ Rede Brasil. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/02/numero-de-haitiano-vindos-do-acre-a-sao-paulo-volta-a-crescer-nao-ha-abrigos-suficientes-7485.html>>. Acesso em Abril de 2015.

Um dos principais acessos de entrada dos migrantes a fronteira brasileira, como já visto, é o Acre. No ano de 2011, o governo da Brasília adotou medidas paliativas e criou o albergue público.

O local passou a receber diariamente, em torno de 50 haitianos, e totalizou mais de 1.800 pessoas até 2013. A infraestrutura considerada precária com más condições de higiene, alimentação e água, totalmente insalubres para moradia e com esgoto a céu aberto⁶¹.

O albergue mantido pelo governo estadual e pela prefeitura passou a tornar-se inabitável pela falta de condições mínimas de dignidade e de saúde e fechou em abril de 2013 pela falta de estrutura, consoante demonstra a imagem:

Figura 5 - Local destinado ao acolhimento dos migrantes - Brasília no Acre



Fonte: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140425>>. Acesso em Março de 2015.

A cheia do rio Madeira contribuiu para o fechamento do albergue. O governo local tomou a decisão de encaminhar 400 haitianos para a cidade de São Paulo sem prévia comunicação ao governo municipal e estadual paulista. Esse fato repercutiu negativamente e gerou críticas por parte do governo paulistano.

⁶¹ Rede Brasil. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/haitianos-que-vivem-no-acre-enfrentam-condicoes-precarias-e-insalubres-3600.html>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

Figura 6 - Igreja Nossa Senhora da Paz ponto de referência dos haitianos em SP



Fonte: Letícia Macedo/ G1.

Da mesma forma ocorreu em novembro de 2014 quando o governo do Acre enviou quatro ônibus com haitianos para Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, medida que tomou de surpresa o governo gaúcho, uma vez que também não foi previamente informado da chegada dos caribenhos. Sobre este acontecimento cabe destacar trecho da reportagem realizada pelo jornal Zero Hora:

Desde abril, o governo do Acre se utiliza do expediente e encaminha imigrantes em ônibus fretados para São Paulo, no Sudeste. Agora chegou a vez de Porto Alegre, no Sul. Chamam de "transporte de imigrantes", mas, pela maneira como isso efetivamente acontece e a vulnerabilidade a que os estrangeiros se submetem nos grandes centros, sem muitas informações e orientações, isso lamentavelmente ganha aspectos de remoção, de despejo. O vice-prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, ficou sabendo da presença dos haitianos na rodoviária cerca de cinco horas depois da chegada do ônibus. Ele buscava coordenar o atendimento junto ao governo estadual, e ainda não sabia se eles ficariam na cidade⁶².

⁶² Jornal Zero Hora, edição *on line*, 27/11/2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/11/haitianos-enviados-pelo-acre-e-que-desembarcaram-em-porto-alegre-estao-deixando-o-estado-4651800.html>>. Acesso em Abril de 2015.

Figura 7 – Chegada dos migrantes na Estação Rodoviária de Porto Alegre/RS



Fonte: Jefferson Botega/Agência *RBS*. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/11/haitianos-enviados-pelo-acre-e-que-desembarcaram-em-porto-alegre-estao-deixando-o-estado-4651800.html>>. Acesso em Abril de 2015.

A atitude do governo do Acre mobilizou o Ministério da Justiça que anunciou em maio de 2015 um acordo solicitando a suspensão do envio de haitianos para a cidade de São Paulo. Devida a intensa procura pela capital as igrejas que auxiliam na acolhida dos migrantes não contam com vagas e estrutura apropriada para abrigá-los, e o governo do Estado não está preparado para tanto. Segundo o Ministério da Justiça a transferência de migrantes haitianos "está suspensa até que ações referentes a essa questão estejam bem coordenadas entre os vários órgãos do governo federal, estados e municípios"⁶³.

Porém, como o problema no Acre torna-se cada vez mais complexo e longe de ser solucionado, em 12 de maio o governo publicou no Diário Oficial edital, em caráter de emergência social, com a finalidade de contratar oito ônibus para encaminhar os haitianos e os senegaleses à capital gaúcha. Essa notícia fez com que o governo do Estado do RS e o município de Porto Alegre trabalhassem em conjunto para providenciar locais de acolhimento a estes migrantes. As estimativas eram que aproximadamente 396 migrantes deixaram o Acre rumo a Porto Alegre:

Os veículos começarão a sair de Rio Branco, capital do Acre, a partir de quinta-feira, dia 21. Como a distância é superior aos quatro mil quilômetros, as viagens duram cerca de quatro dias, com o desembarque em Porto

⁶³ O Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/ministerio-da-justica-suspende-envio-de-haitianos-do-acre-outros-estados.html>>. Acesso em Maio de 2015.

Alegre podendo ocorrer na próxima segunda-feira. Considerando que os veículos são de capacidade para 44 pessoas, o número de imigrantes a desembarcar em Porto Alegre poderá ser de 396, já que serão feitas nove viagens entre Rio Branco e Porto Alegre, informa Nilson Mourão, secretário dos Direitos Humanos do Acre⁶⁴.

A realidade da migração de haitianos para o Brasil atingiu proporções alarmantes. No momento em que adentram o território brasileiro não possuem mais reserva financeira, na medida em que as economias foram entregues aos coitotes no decorrer do percurso migratório. A situação é de vulnerabilidade social extrema, sem contar que se tornam vítimas fáceis da violência, da discriminação, do trabalho escravo, etc.

Segundo o assessor Internacional do gabinete do ex governador do Estado do RS, Fábio Balestro Floriano em reportagem concedida à Zero Hora relata que:

Os haitianos costumam sair do seu país ou da República Dominicana em direção ao Equador ou Peru por via aérea. Depois, buscam a fronteira seca do Peru com o Brasil, e preferem chegar em Brasileia, no Acre. Essa é a rota que parentes e amigos deles já fizeram, e a seguem por considerarem que é segura. É uma rota que se formou com esse costume, mas é mantida por coitotes que cobram até R\$ 30 mil por toda a travessia, segundo Balestro. — Por isso, eles chegam sem dinheiro aqui. O que não seria necessário, porque o governo brasileiro os recebe e legaliza sua situação para que possam procurar postos de trabalho, o que não há no Haiti. E eles não tiram empregos dos brasileiros. Na Serra, por exemplo, os empresários dizem que precisam porque falta mão de obra — explicou Balestro⁶⁵.

O desdobramento dos fluxos migratórios de haitianos para o Brasil vai além. Com o fechamento do único albergue que realizava o acolhimento dos migrantes no Acre, não restou alternativa ao que chega senão a de comparecer ao posto da PF para regularizar sua situação e solicitar os documentos, e aguardar a expedição e entrega dos mesmos ao relento. O novo abrigo é a praça local, onde passam a dormir e sobrevivem de esmolas, conforme demonstra a imagem que remonta a atualidade destes deslocados:

⁶⁴ Clicrbs Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/05/governo-do-acre-deve-enviar-oito-onibus-com-refugiados-haitianos-e-senegaleses-para-porto-alegre-4764024.html>>. Acesso em Maio de 2015.

⁶⁵ Jornal Zero Hora, edição *on line*, 27/11/2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/11/haitianos-enviados-pelo-acre-e-que-desembarcaram-em-porto-alegre-estao-deixando-o-estado-4651800.html>>. Acesso em Abril de 2015.

Figura 8 – Nova local de acolhimento dos migrantes no Acre



Fonte: Blog haitianos no Brasil. Disponível em: <<http://haitianosbrasil.blogspot.com.br/>>. Acesso em Abril de 2015.

Conforme o visto vai sendo entregue pela PF, a solicitação dos demais documentos passa a ser possível, o que aumenta as possibilidades de ingressar no mercado de trabalho e viabiliza o acesso a outros tipos de moradia. Na prática, alguns grupos se unem a fim de locar um imóvel, ou parte dele, como peças de uma casa, por exemplo.

Outros já alcançaram sua autonomia alugando um local para viver, como é o caso de um dos pesquisados, Jonas *“eu moro sozinho, antes morava junto com duas pessoas, agora eu paga aluguel, água e luz”*.

No entanto, esbarram novamente na burocracia. A maioria dos imóveis exige para locação um fiador, o que se torna inviável para quem acabou de ingressar em um país e é considerado um estrangeiro submetido ao Estatuto do Estrangeiro, uma lei de 1980 elaborada em um período de ditadura militar, em que não se cogitava falar em direitos humanos, tampouco em direitos a estrangeiros.

Em face de tais dificuldades, os migrantes acabam residindo na periferia das cidades, onde há uma maior informalidade no tocante as exigências impostas pela sociedade, o que facilita o acesso a moradia para os haitianos.

Por vezes, o sonho da casa própria se torna um pesadelo como ocorreu com um grupo de haitianos que pagou, em torno de R\$ 4.000,00, por cada lote a uma pessoa que se intitulou proprietária do terreno localizado na periferia da zona Norte de Porto Alegre – RS. O grupo acreditou estar adquirindo lotes para a construção de

suas casas, porém tudo não passou de um golpe, tendo em vista que o terreno pertence a um particular que ingressou com pedido de reintegração de posse.

Ao final de dezembro de 2014, a Prefeitura decretou o local como sendo área especial de interesse social, medida que fez o Tribunal de Justiça do Estado do RS suspender a liminar de reintegração de posse. No momento restam duas alternativas aos haitianos: a aquisição da área junto ao proprietário; ou caberá a Prefeitura providenciar a desapropriação da área. O dilema foi objeto de reportagem do jornal Zero Hora que publicou a seguinte matéria:

Há um ano em Porto Alegre, o haitiano Sinais Saint-Vil, 33 anos, tem feito dupla jornada nas últimas semanas para concretizar o sonho de ter uma casa para chamar de sua. Durante o dia, ele faz medições, constrói pisos e ergue paredes de madeira. À noite, muitas vezes exausto, ainda tem pela frente o trabalho como gari, atividade que lhe rende cerca de R\$ 800 mensais. Quando terminar de construir a casa, Saint-Vil quer juntar dinheiro para trazer os dois filhos e os sete irmãos para o Brasil. O que ele não compreende é que, apesar de ter pago R\$ 1,2 mil para um "brasileiro" por um lote na Ocupação Progresso, no bairro Sarandi, todo o seu esforço pode estar sendo em vão. Se os proprietários do terreno invadido em julho do ano passado conseguirem aval da Justiça para uma reintegração de posse, ele e as cerca de 100 famílias que estão no local podem ser despejados, como quase ocorreu no último dia 13.

Questionado pela reportagem se ele sabe que a área foi invadida e que venda não foi feita pelo verdadeiro dono do terreno, Saint-Vil diz: — Não sei, não sei. Brasileiro negociou terra para nós, para quem não tem casa⁶⁶.

Figura 9 – Lote ocupado por haitianos na Vila Progresso, no bairro Sarandi, Porto Alegre/RS



Sinais Saint-Vil constrói casa enquanto Lurdia Jeune vai buscar água.

Fonte: Tadeu Vilani / Agencia RBS, Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto->

⁶⁶ Clicrbs. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/04/haitianos-pagaram-ate-r-4-mil-por-lotes-em-terreno-invadido-4742489.html>>. Acesso em maio de 2015.

alegre/noticia/2015/04/haitianos-pagaram-ate-r-4-mil-por-lotes-em-terreno-invadido-4742489.html>. Acesso em maio de 2015.

Figura 4 - Na Ocupação Progresso, uma das casas foi construída no estilo haitiano.



Fonte: Tadeu Vilani/Agência RBS. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/04/haitianos-pagaram-ate-r-4-mil-por-lotes-em-terreno-invadido-4742489.html>>. Acesso em Maio de 2015.

As dificuldades enfrentadas alcançam o acesso ao direito fundamental à saúde pública, assim como para os brasileiros, também é por vezes negado aos haitianos. Os entrevistados ao serem perguntados sobre o tema não demonstraram preocupações, alegando ter o acesso à saúde sempre que necessitam, porém ocorre diretamente nos ambulatórios das empresas em que trabalham. Jonas, por exemplo, afirma que *“pra mim não tem problema, por que eu trabalho num emprego que tem tudo, se eu precisar eu vou no hospital no meu serviço, mas para outros haitianos a coisa é difícil”*.

Todavia, deixaram claro que a grande maioria dos haitianos não tem a mesma sorte, eis que não contam com atendimento básico de saúde, como é o caso de um dos moradores da zona Norte de Porto Alegre: *“estou com uma hérnia por causa do trabalho pesado. Passei por quatro hospitais e não consegui fazer a cirurgia. Estou a quatro meses esperando um exame. Vim para cá para ter uma vida*

*melhor, mas me decepcionei — lamenta Ghistinvil, que espera contar com a ajuda da família para retornar a Porto Príncipe, capital do Haiti*⁶⁷.

Além das questões pertinentes ao acesso à moradia, à saúde, o idioma é outro empecilho. Algumas cidades no Estado do Rio Grande do Sul contam com cursos de português gratuitos para migrantes, ferramenta fundamental para que os haitianos possam de fato integrar-se na comunidade local. Na cidade de Encantado as aulas são disponibilizadas junto ao Centro de Evangelização da Igreja Católica; em Caxias do Sul do no Centro de Atendimento ao Migrante – CAM, e junto a Universidade Federal de Rio Grande.

A dimensão cultural carrega mais uma barreira a ser superada pelos migrantes. A sociedade a qual estão sendo inseridos, por vezes mostra-se não receptiva a eles, sobretudo em virtude das diferenças culturais, do preconceito, caracterizando-se como uma comunidade xenófoba.

Marcelo Gruman (2012, p. 183) menciona que “a diversidade não implica em aceitação incondicional dos modos de vida do “outro”, mas na compreensão que o “outro” tem suas razões para se comportar de tal ou qual maneira, de acreditar nisto ou naquilo, ainda que eu não considere a melhor maneira de se comportar ou de pensar”.

Ao questionar os pesquisados sobre como foram recebidos pelos brasileiros, principalmente, em relação a Caxias do Sul, cidade fortemente marcada pela colonização italiana, responderam:

Para João cada país tem sua gentileza, tem pessoa gente boa, tem pessoa gente ruim. Quando eu chega no Brasil tem muita pessoa que ajuda nós, quando chega em Caxias eles nos ajudam muito. Mas, tem pessoa racista também”.

Gerald refere “tu sabe né? Em todos os países tem racista, tem pessoa que fala mal com nós, tem outras que não”.

De um modo geral alegaram que foram bem recebidos nas empresas que os empregam, mas em alguns momentos deixaram transparecer que sofreram e sofrem algum tipo de preconceito, particularmente por parte da população local.

Ao demais, os migrantes representam uma ótima oportunidade para o desenvolvimento econômico do país que os recebe, mas para tanto é preciso que haja o reconhecimento de que a integração tem maior chance de obter sucesso em

⁶⁷ Clicrbs. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/04/haitianos-pagaram-ate-r-4-mil-por-lotes-em-terreno-invadido-4742489.html>>. Acesso em maio de 2015.

um ambiente em que os recém-chegados possam manter sua cultura, religião, integridade étnica e sua identidade cultural, enquanto que ao mesmo tempo sejam encorajados a participar e tenham acesso à cultura da sociedade que os recebe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a realidade do Haiti no mundo contemporâneo globalizado se torna necessário, na medida em que os efeitos decorrentes deste fenômeno aliado as alterações ambientais, a criação da sociedade de risco e a atuação do capitalismo corroboram para um sistema social de economia-mundo não limitado a nações ou a determinadas regiões.

E, a partir dessa realidade, na qual a globalização, representada pela mundialização do capital e, por sua vez, os fluxos migratórios, decorrentes desse modelo possuem estreita ligação. Os haitianos, vítimas deste processo cruel de deslocamentos forçados podem se enquadrar dentro da categoria de deslocados internos ou deslocados ambientais, assim como ao cruzarem a fronteira de seu território também podem tornar-se refugiados ambientais. A decisão de migrar ocorre pelo predomínio de fatores coercitivos que levam estas pessoas a extrema vulnerabilidade, pois está deflagrada a ameaça à vida e à subsistência, tornando-os ao mesmo tempo deslocados ambientais e refugiados ambientais.

A investigação da trajetória histórica do país, iniciada no período colonial e estendendo-se após a sua independência, demonstrou a incapacidade do Haiti na construção de um Estado moderno. O país esbarrou em obstáculos impostos pelas potências colonialistas da época devido à guerra, principalmente pelos EUA, que adotou políticas de isolamento do país e fomentou a fuga de capitais, de tecnologia e do conhecimento, situação que se agravou com a falta de preparo das elites políticas. No período pós Revolução Industrial, o Haiti e os demais países da América Latina se depararam com um processo de globalização que trouxe em sua essência as transformações tecnocientíficas, tornando-os frágeis e com dificuldades em acompanhar tamanha evolução.

Diante de um percurso fortemente marcado por conflitos, intervenções, regimes ditatoriais, corrupção, desastres e catástrofes ambientais, o entendimento dos aspectos que envolveram o contexto político, econômico, social e ambiental do Haiti foi fundamental para relacionar com os deslocamentos forçados no país.

Partindo da análise desses fatores, se depreende que no campo político o país sempre enfrentou instabilidades. A prevalência de regime ditatorial e do poder despótico, primeiro sob o comando de *Papa Doc* apoiado pelos EUA. Com a sua morte quem assume o poder é o seu filho *Baby Doc*, que permaneceu no poder até

1986, período em que afloraram protestos e represálias em face da crise de representatividade política e institucional. As instituições estavam frágeis, carregavam o peso da herança histórica de segregação social e de dependência econômica, aliado ao forte preconceito racial e as desigualdades sociais que tornaram o país um local onde o conflito tende estar sempre presente.

No intuito de auxiliar na redução do problema político que há muito assolava o Haiti, a OEA e a ONU no ano de 1991 integraram uma missão conjunta de observação eleitoral. O pleito elegeu Jean-Bertrand Aristide que passou a presidir o país, porém foi deposto no mesmo ano pelo general Raoul Cedras. Em 1994, novamente a OEA e a ONU intervêm no país ao enviarem tropas para a manutenção da paz e para restabelecer Aristide ao poder, modernizar as forças armadas do país e criar a primeira polícia civil haitiana. Aristide se elege no ano de 2000. No entanto, os conflitos tiveram continuidade, visto que foram levantadas suspeitas de fraude na realização do pleito. Aristide retirado à força do país foi obrigado a renunciar. Quem assume o poder, em 2004 é o presidente do Supremo Tribunal Haitiano, e passa a contar com o apoio da ONU que através de seu CSNU aprovou a resolução de n. 1.542 e criou a Minustah.

Com o apoio da Minustah, em 2006 foi possível realizar novo pleito eleitoral e quem venceu as eleições foi René Préval. A última eleição realizada no país se deu em 2010/2011 que elegeu Michael Joseph Martelly. Novos protestos aclamando a saída de Martelly, em novembro de 2014 iniciaram no país. O parlamento foi dissolvido em janeiro de 2015, e Martelly passa a governar por decreto. Com isso, manifestações lideradas pela oposição voltaram às ruas pedindo a renúncia de Martelly e uma nova eleição.

Nota-se, que o cenário político do Haiti evidencia-se pela instabilidade, pelo conflito, pela violência. Esses fatores ensejaram um local propício para a intervenção externa, como é o caso, atualmente, da Minustah. A missão de paz terá na próxima eleição a tarefa de acompanhar, apoiar e dar suporte logístico e de segurança ao governo haitiano, antes durante e depois da realização dos pleitos.

Este panorama, com origem política, acaba por influenciar negativamente a seara econômica e social do país, o que leva a obstaculização do progresso e do desenvolvimento.

Os dados aferidos pelo PNUD demonstram bem esta realidade, sendo que antes da ocorrência do terremoto de 2010, 78% da população vivia em situação de

pobreza com menos de 02 dólares por dia, sem contar na mais alta taxa de mortalidade infantil: 78 óbitos por mil nascidos vivos, os altos índices de desempregados jovens: 47,7%, a falta de alimentos e do acesso a água potável.⁶⁸ As difíceis condições de vida no Haiti antes do acometimento do terremoto foram externadas pelos entrevistados Jonas e Saint, que por sua vez, alegou ter necessitado buscar emprego na República Dominicana, pois em seu país não havia.

A crise no Haiti assume nova dimensão com o terremoto em 2010 que devastou o local e dizimou milhares de vidas. Estima-se que metade das construções foi destruída, 250 mil pessoas ficaram feridas, 1,5 milhão desabrigados e o número de mortos ultrapassou 200 mil. Segundo as informações levantadas a partir do estudo realizado pelo Fundo para a Paz, as conseqüências foram pressões demográficas, deslocamentos forçados, saída em massa de intelectuais e profissionais do país devido a sua deterioração econômica, a precariedade da educação, o desemprego, a elevada taxa de mortalidade infantil, a mortalidade infantil, o aumento de níveis de pobreza, as dificuldades em o Estado cumprir com suas obrigações sociais, a deslegitimação do Estado, com a corrupção das elites governamentais, a perda da confiança nas instituições e nos processos eleitorais, a dificuldade do Estado na cobrança de impostos, a deterioração dos serviços públicos, a violação aos direitos humanos, a formação de milícias, a intervenção externa para manutenção da paz no país⁶⁹.

Em que pese os fatores políticos, sociais e econômicos serem protagonistas na derrocada do Estado haitiano, o fator ambiental deve ser levado em consideração, na medida em que teve a sua parcela significativa de contribuição. A tomada de decisão equivocada ao longo da trajetória histórica do país, essencialmente, naquelas relativas às políticas voltadas a proteção e conservação das reservas naturais influenciaram sensivelmente a atual conjuntura do país, e, por conseguinte a aceleração do processo de deslocamentos e de deslocados, fato que foi agravado após a ocorrência do terremoto em 2010.

Desta forma, questionar os fatores que levaram a derrocada de um território, ocupado somente por um lado da Ilha Caribenha, se faz necessário. Muito embora, o Haiti e a República Dominicana compartilhem da mesma ilha e contarem com as

⁶⁸ PNUD. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

⁶⁹ FFP. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/indicators>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

mesmas limitações geográficas e climáticas, diferem-se significativamente. No lado Dominicano se formou uma ideologia anti-haitiana, que marcou o sistema educacional, cultural, bem como a classe política e intelectual, os meios de comunicação, as religiões e, inclusive, as estruturas daquele Estado. O lado haitiano reconhecido como sinônimo de caos e miséria, fruto do desmatamento contínuo aliado a poucas quantidades de chuva tornaram o solo impróprio para o cultivo, o que reduziu drasticamente a permanência da população na zona rural e agravou as questões sociais e econômicas no país.

Por outro lado, a República Dominicana tomou decisões que possibilitou o país modernizar-se e desenvolver-se. Abriu a fronteira para receber os imigrantes que possuíam qualificações, isso permitiu aflorar nova infra-estrutura e o surgimento de indústrias. Atualmente é considerado o terceiro maior exportador de abacates e encontra-se na rota turística mundial.

Chegou o momento das desavenças entre os dois países serem deixadas no passado. Torna-se relevante a mudança de estratégia do Estado dominicano em prestar auxílio ao governo haitiano na tentativa de reduzir o fluxo migratório do Haiti para o país vizinho. A ajuda pode partir da pesquisa e do avanço tecnológico dos dominicanos que contribuirão para a retomada do crescimento do Haiti, inclusive auxiliando no impacto e na degradação do meio ambiente.

O Haiti é resultado de uma sociedade, na qual a produção social de riquezas veio acompanhada pela produção social de riscos, isto é, o desenvolvimento social decorre de transformações trazidas com o processo de globalização, e com ela o fenômeno dos deslocamentos forçados assume novo significado como uma das dimensões das mudanças ambientais globais. A situação do país agrava-se em razão das catástrofes naturais, tais como: abalo sísmico, inundações, furacões e terremotos que tornam o país ainda mais suscetível aos deslocamentos forçados.

Ademais a nova era global acompanhada do desenvolvimento tecnocientífico e do capitalismo, cada vez mais fortalecido e reconhecido na atualidade como sistema-mundo, acaba sendo responsável pela criação da sociedade de risco e pela obstaculização do desenvolvimento do Haiti como Estado-nação. Somado a isso estão os fatores políticos, econômicos e socioambientais decorrentes do longo percurso histórico do país, fortemente marcado pela tomada de decisões políticas que resultaram na escassez de recursos naturais e no desmatamento das florestas,

além do aquecimento global e das mudanças climáticas que possuem papel relevante na derrocada do Estado.

Compreender que a origem dos fluxos migratórios decorrentes do Haiti não está relacionada, simplesmente, com aspectos ambientais e naturais é primordial. Haja vista, que sua origem é fruto de todo um contexto político, econômico e socioambiental que carrega em si implicações preocupantes e que necessitam ser avaliadas pelos governantes e pelos membros da comunidade internacional. Trata-se de um país localizado em uma placa Caribenha com falhas geológicas, e o simples movimento para cima ou para baixo faz com que os tremores sísmicos possam gerar grandes catástrofes. Tais acontecimentos colaboraram, principalmente, a partir da década de 1980, no êxodo de seus nacionais que se deslocaram para os EUA e para a República Dominicana, contudo não atuaram de forma isolada.

Na contemporaneidade, após a ocorrência do terremoto em 2010 a vida e a segurança dos haitianos estão comprometidas e sobreviver nos locais afetados restou quase impossível. Os deslocamentos tomaram proporções alarmantes. Têm-se notícia que cerca de 50.000 haitianos deslocaram-se para o Brasil, sem contar naqueles que procuraram outras nações como destinos.

A realidade no Haiti é outra. A situação do país não se enquadra no fator da transitoriedade, pelo contrário. O início da crise no país se deu muito antes do acometimento do terremoto de 2010, ela vem antes mesmo de sua independência. Nesse sentido, vem ao encontro os relatos dos pesquisados haitianos em suas entrevistas, conforme se pode vislumbrar no decorrer da dissertação. Mas, vale lembrar que o terremoto tornou o cenário ainda mais preocupante.

O ACNUR reconheceu que o Haiti é vítima de desastre a catástrofe natural e salienta que o problema está em franca expansão, na medida em que a degradação de recurso natural essencial afeta a vida e a segurança da população. Isso propicia o surgimento de milhares de haitianos em condições de deslocados ambientais, forçados a escapar de suas casas ou locais de residência habitual, a fim de evitar os efeitos das catástrofes naturais ou feitas pelo homem, e que não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida. Da mesma forma, de acordo com a Organização Internacional para Migrações existem aqueles deslocamentos forçados em que o elemento de coerção predomina, ou seja, os haitianos obrigam-se a abandonar o seu país, em razão do conjunto de elementos decorrentes de uma

longa trajetória política, econômica e socioambiental que afeta severamente a vida dessas pessoas. Esses deslocamentos forçados ultrapassam as fronteiras do território haitiano e são denominados de refugiados ambientais. Ao demais, é importante referir que a migração haitiana não se enquadra no conceito de refugiado tradicional porque não há o fundado temor de perseguição, como preconiza a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951.

Os fluxos migratórios de haitianos se caracterizam por ser um deslocamento forçado advindo da soma dos diversos elementos envolvidos, visto que há no país o predomínio de alto índice de vulnerabilidades existentes nos indicadores sociais, econômicos, políticos, militares e ambientais, eis que o desmatamento contínuo no país aliado a pouca quantidade de chuva contribuem para a perda da fertilidade do solo. Além da fragilidade e precariedade do Estado, do declínio econômico acentuado, da institucionalizada perseguição ou discriminação, das fortes pressões demográficas, do elevado índice de mortalidade infantil, do analfabetismo, do precário acesso a água potável e ao saneamento básico, das instabilidades políticas de conflito e de lutas armadas, do aumento do empobrecimento do povo, dentre outras causas que remetem os deslocados e os deslocamentos, ao mesmo tempo, a condição de refugiado ambiental, quando ultrapassa a fronteira do Estado e a de deslocado ambiental, quando se mantém dentro de seu território.

Muito embora, os refugiados ambientais não sejam reconhecidos pelo Direito e pela comunidade Internacional, o ACNUR reconhece a sua existência. Especialistas da Universidade das Nações Unidas estimam que, até o ano de 2050, poderão ser 200 milhões de pessoas que tiveram de abandonar os seus lares em razão de processos de degradação e desastres ambientais, especialmente em virtude das mudanças climáticas.

Nota-se que a questão do refugiado ambiental é nova e traz em sua essência o clima, o meio ambiente e o sociopolítico, o que dificulta a construção de uma definição própria. Além disso, conferir a condição de refugiado ambiental aos migrantes haitianos e a outros que se enquadram na mesma situação, gerará conseqüências, tais como a necessidade da elaboração de proteção jurídica própria e o auxílio e a responsabilidade direta do ACNUR frente as suas demandas, pois o órgão atua no enfrentamento das questões pertinentes aos refugiados tradicionais.

Essas circunstâncias fazem com que a discussão acerca do refúgio ambiental permaneça nas Instituições de Ensino e na Pesquisa. O seu enfrentamento pela

comunidade internacional e pelas organizações internacionais demandará de recursos financeiros. O fato é que face ao elevado número de refugiados, que muito ultrapassou a marca atingida pós 2ª guerra mundial, a redução do auxílio humanitário por parte dos países, as políticas adotadas pela Europa e EUA, em nome da soberania e da segurança nacional, são fortes elementos que colaboram para o agravamento do atual e desolador cenário migratório.

Em contrapartida, países latino-americanos como o Peru e o México têm adotado o conceito de refugiado contido na Declaração de Cartagena de 1984 para embasar a concessão de refúgio aos haitianos que buscam por suas nações.

Não obstante o Brasil não ser o destino preferencial dos deslocamentos forçados dos haitianos, o país acabou por receber, desde a ocorrência do terremoto um intenso fluxo migratório.

Os motivos pela escolha são muitos. Um deles está atrelado ao fechamento de fronteiras dos países do Norte. Porém, a maioria foi atraída pela expectativa de encontrar melhores condições econômicas e a imediata aquisição de emprego no Brasil. Outra razão diz respeito à inclusão das tropas brasileiras no Haiti em 2004, assim como a realização do Jogo da Paz no Haiti ocasião em que os jogadores da seleção brasileira foram recebidos pelos haitianos como ídolos, e esses vislumbraram um país de oportunidades. O acordo bilateral entre os dois países de cooperação técnica em resposta ao quadro de carências do Haiti, também teve sua influência no processo de escolha pela rota brasileira.

A procura de migrantes haitianos pelo Brasil teve início a partir de 2010, pós o terremoto, momento em que o fenômeno dos deslocamentos ainda era considerado retraído no país, sendo que ao chegar o haitiano solicitava às autoridades brasileiras o *status* de refugiado, porém sem êxito, tendo em vista que o CONARE decidiu que o caso do Haiti não se enquadrava nos motivos de perseguição contidos no Estatuto de 1951 e no Protocolo de 1967. A indicação da presença de haitianos no Brasil, em 2011 alcançou a monta de mais de 4.000. Em contrapartida ao final de 2013 o número ultrapassou a casa dos 20.000. E, ao final de 2014 o número total atingiu a casa dos 50.000 migrantes.

O desdobramento da chegada dos fluxos migratórios de haitianos no Brasil acirrou um debate junto ao governo brasileiro que por meio do CNIg adotou medidas para o enfrentamento da problemática que se formava no país. O resultado foi à concessão de autorizações de permanência por razões humanitárias aos nacionais

haitianos, uma vez que considerava “(...) inviável determinar que os requerentes retornassem ao seu país de origem ou aos países através dos quais ingressaram no território brasileiro, dada a situação precária em que ora se encontram”, isto é, poderia ser uma medida “desastrosa do ponto de vista humanitário” (CNIG, II Reunião Ordinária, 2011, p. 6-7).

Considerando que em 2011 a procura pelo Brasil como rota de migração dos haitianos sofreu aumento significativo, o país através da Operação Sentinela da Polícia Federal e de ações conjuntas de cooperação com o Haiti e com os governos do Peru e do Equador passou a trabalhar no sentido de coibir as migrações irregulares. Do mesmo modo, no ano de 2012 foi aprovada a Resolução Normativa nº 97 que reduziu a emissão, junto a Embaixada brasileira em Porto Príncipe, do número de vistos para o limite de 1.200 por ano. Tal medida foi implementada com a finalidade de frear os deslocamentos ilegais, bem como dificultar a atuação das redes de contrabando de migrantes e dos coiotes.

Se por um lado a Resolução visa amparar e proteger os haitianos dentro do contexto migratório, por outro lado propiciou um ambiente em que os deslocamentos ilegais afloraram. A dificuldade imposta ao acesso à documentação hábil para chegar de forma legal no Brasil foi comprovada com os relatos dos entrevistados durante a realização da presente pesquisa. E a grave situação existente no Haiti não deixa alternativa, senão a de buscar as redes ilegais de contrabando de migrantes, que possuem uma rota de deslocamento consolidada, para que possam cruzar a fronteira e deixar o país. A rota migratória está consolidada, os haitianos saem de seu país, vão até a República Dominicana e de lá se deslocam até o Panamá, Equador, Peru ou à Bolívia como meio de se chegar aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre, respectivamente.

O panorama da migração ilegal no Brasil tomou proporções sem precedentes. Diante da ineficácia da Resolução proposta pelo governo foi criada uma nova Resolução Normativa n. 102, que retirou a limitação dos 1.200 vistos anuais. No entanto, o acesso a concessão de visto para o Brasil continua restrito.

A migração é um direito humano. Como visto o caso do Haiti não se configura apenas como migração por razões econômicas. A conjuntura histórica e as condições do país são complexas e os obriga a buscarem em outras nações a possibilidade de sobrevivência.

O desespero dessas pessoas os torna vítimas de um sistema cruel, onde os esforços não são poupados para arcar com o pagamento pelo deslocamento até o Brasil. Apesar de despenderem valores significativos por esse deslocamento, são expostos durante todo o percurso a diversas formas de violência e riscos. Finalmente, quando chegam ao Brasil se deparam com um novo cenário desolador. No Acre, por exemplo, aguardam em praça pública ao relento por semanas até a finalização e entrega dos documentos. Após iniciam a peregrinação pelo país em busca de emprego e de um recomeço.

A temática proposta leva a muitas inquietações. Uma delas diz respeito à necessidade de compreender quem são estes haitianos que aqui chegam; outra se relaciona a atual situação deles, sobretudo, daqueles que estão no Sul do Estado do RS, na cidade de Caxias do Sul. Esses, portanto, não se diferem da realidade dos demais espalhados pelo restante do Brasil que chegaram e continuam a chegar de forma ilegal no país, através das mãos dos atravessadores, conhecidos como coiotes.

Dos pesquisados, somente Jonas possui curso superior incompleto, Saint e João não concluíram o ensino primário/fundamental e Gerald concluiu o ensino médio/secundário. Aqueles primeiros migrantes haitianos que ingressaram no Brasil, após o terremoto em 2010 possuíam ensino médio e superior, enquanto os que vieram a partir de 2013 têm a formação de ensino fundamental. Na atualidade o percentual é de 39,4% de migrantes haitianos no Brasil que cursaram ou possuem o ensino médio e 45% possuem ensino fundamental incompleto.⁷⁰

A intensa procura pelo Brasil como rota migratória traz reflexos negativos no que diz respeito à situação atual destes migrantes no país. As dificuldades relacionam-se ao idioma, a questão cultural e a integração local, ao acesso à moradia e aos direitos fundamentais, como saúde, educação, etc. Os obstáculos enfrentados por aqueles haitianos que buscam os grandes centros urbanos, como São Paulo, por exemplo, são ainda maiores. Estes contam com o auxílio e a acolhida das igrejas e da sociedade-civil, pois o acesso a moradia é um grande problema no país. Porém a realidade atual é marcada pela falta de abrigo capaz de suportar a demanda. Os que ainda não receberam a documentação por esbarrarem

⁷⁰ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Resultado da aplicação do questionário sobre a situação dos migrantes e solicitantes de refúgio no abrigo de Brasília/Acre. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/migrante/images/arquivos/pesquisa-migrantes-brasileira-acre.pdf>>. Acesso em Abril de 2015.

na máquina estatal lenta e morosa, se tornam vítimas das redes de trabalho análogo a escravo. Apenas uma minoria, especialmente, os que se encontram nas pequenas ou médias cidades do país, como é o caso de Caxias do Sul, tem êxito na busca por um posto de trabalho que lhe garanta os direitos trabalhistas, a subsistência, e permita o envio de repasse financeiro para familiares no Haiti.

A despeito de todos os desdobramentos desses fluxos migratórios na vida dessas pessoas e de toda dificuldade na superação dos obstáculos que este processo proporciona, os entrevistados demonstraram que não pretendem deixar o Brasil, apesar de reconhecerem que o país não está preparado para enfrentar as dificuldades pertinentes as migrações. O Brasil é visto por eles como um local de possibilidades e de recomeço. Sonham trazer os familiares que ficaram no Haiti.

Por derradeiro, a origem do fenômeno da migração haitiana, que se caracteriza pelo deslocamento forçado e que remete ao mesmo tempo ao surgimento de refugiados ambientais e deslocados ambientais, agravado pela ocorrência do terremoto em 2010 decorre de todo o contexto político, econômico e socioambiental, de processos e mudanças conjunturais, das transformações trazidas pelo processo de globalização e pelo desenvolvimento tecnocientífico. Ocorre que essa migração contemporânea não está calcada somente na busca de melhorias econômicas, como fazem os migrantes econômicos, mas, sobretudo, naquela baseada na migração forçada, marcada por ameaças à vida e à subsistência. E esses deslocamentos, por sua vez, acarretam implicações e desdobramentos nada animadores para aqueles que buscam sobreviver em um novo local.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em Fevereiro de 2015.

AGÊNCIA RBS. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/haitianos-tentam-reconstruir-a-vida-no-rio-grande-do-sul-depois-de-terremoto-4156820.html>>. Acesso em Abril de 2015.

ANDRADE, José H. Fischel de e MARCOLINI, Adriana. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados – breves comentários sobre suas principais características. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 160-70, jan./jun. 2002. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000100008>>. Acesso em Maio 2014.

_____, José .H. Fischel de. **O Brasil e a Proteção de Refugiados: a discussão tem início no Congresso Nacional**. 16 Pensando o Brasil, 1996.

_____, José H. Fischel de. **O Refugiado à Luz do Direito Internacional e do Direito Brasileiro**, in O Advogado: desafios e perspectivas no contexto das relações internacionais, Brasília, Conselho Federal da OAB, 1997

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 2005.

BADIE, Bertrand. **La Diplomatie de La connivance: les derives oligarchiques Du système international**. La Découverte. Paris, 2011.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BBC BRASIL. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140425>>. Acesso em Março de 2015.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **La sociedad del riesgo global**. Traducción de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores, 2002.

_____. **O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **La sociedad del riesgo**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.

_____. **De la sociedad industrial a la del riesgo: cuestiones de supervivência, estructura social e ilustración ecológica**. Revista Occidente, n. 150, 1993)

_____. **Risck society: towards a new modernity**. Londres: Sage, 1992.

BLOG HAITIANOS NO BRASIL. Disponível em:
<<http://haitianosbrasil.blogspot.com.br/>>. Acesso em Abril de 2015.

BRUMER, Anita; ROSENFELD, Cinara L.; HOLZMANN, Lorena; SANTOS, Tania Steren dos. **A elaboração de Projeto de Pesquisa nas Ciências Sociais**. In: PINTO, Celi RJ; GUAZZELLI, Cesar AB (Org) Ciências Humanas : Pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008 p.. 125-146.

BUTEL, Paul. **Histoire des Antilles Françaises** XVIIe - XXe siècle, Perrin 2002.

CARVALHO, Délton Winter de. Fernanda Dalla Libera Damacena. **Direito dos Desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

_____. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CASTOR, Suzy. **A transição haitiana: entre os perigos e a esperança**. Em publicação: Encarte CLACSO. Cadernos da América Latina No. 5. São Paulo: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Julho 2008.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Reunião Extraordinária de Janeiro de 2012. X Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 14 de dez. 2011

_____. II Reunião Ordinária de 2013. Ata, Brasília, 12 de mar. de 2013.

_____. X Reunião Ordinária de 2012. Ata, Brasília, 12 de dez. de 2012.

_____. IX Reunião Ordinária de 2012. Ata, Brasília, 14 de nov. de 2012.

_____. VIII Reunião Ordinária de 2012. Ata, Brasília, 17 de out. de 2012.

_____. VII Reunião Ordinária de 2012. Ata, Brasília, 12 de set. de 2012.

_____. VI Reunião Ordinária de 2012. Ata, Brasília, 15 de ago. de 2012.

_____. III Reunião Ordinária de 2012. Ata, Brasília, 29 de mai. de 2012.

_____. III Reunião Ordinária de 2012. Ata, Brasília, 11 de abr. de 2012. _

_____. II Reunião Ordinária de 2012. Ata, Brasília, 14 de mar. de 2012. _

_____. IX Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 23 de nov. de 2011.

_____. VII Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 6 de set. de 2011

_____. VI Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 10 de ago. de 2011.

_____. Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 22 de jun. de 2011.

_____. III Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 13 de abr. de 2011.

_____. II Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 16 de mar. de 2011.

_____. I Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 9 de Fev. de 2011.

_____. X Reunião Ordinária de 2010. Ata, Brasília, 14 de dez. 2010.

COSTA, Pe. Gelmino A. **Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora! Travessia** – Revista do Migrante, nº 70, São Paulo, 2012.

CRUZ VERMELHA. **Relatório mundial sobre desastres**. Enfoque na migração forçada e no deslocamento. 2012, p. 3. Disponível em: <http://www.forumsnlp.org/images/stories/dossiers/2012/wdr2012/sumario_pt.pdf>. Acesso em março de 2015.

DEUTSCHE WELLE. **Refugiados ambientais, a dimensão humana do aquecimento global**. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,3704948,00.html>>. Acesso em Janeiro de 2015.

DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. (Trad. Alexandre Raposo) - 7ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2010.

DOUYON, Frantz. **Haiti de l'indépendance à La dépendance**. Paris: L'Harmattan, 2004.

EL-HINNAWI, Essam. **Environmental Refugees**. Nairobi: United Nations Environment Programme (UNEP), 1985.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DO HAITI. Disponível em: <<http://www.haiti.org/index.php/economic-xm-affairs-xm/26-the-embassy/content/121-haiti-at-a-glance>>. Acesso em Janeiro de 2015.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **L'énigme haïtienne: échec de l'État modern en Haïti**. Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal, Mémoire d'envier, 2007.

FARIA, Andressa V. **A DIÁSPORA HAITIANA PARA O BRASIL: o novo fluxo migratório (2010-2012)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2012.

FARMER, Paul. **The Uses of Haiti**. Monroe: Common Courage Press, 2006.

FERNANDES, Jéssica. **Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil?**. Conjuntura internacional. nº 22. PUC Minas. 2010

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. Redução de tropas da ONU no Haiti pré-eleições preocupa brasileiros. Domingo , 19 de abril de 2015, A 12.

FUND FOR PEACE. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/rankings-2013-sortable>>. Acesso em de janeiro de 2015.

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____.; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo : Unesp, 1997.

_____. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991. Tradução de Raul Finker.

GALEANO, Eduardo. **Haiti, país ocupado**. *In*: Página 12, Buenos Aires, 28 set. 2011.

GIRALDI, Renata. **Saldo do terremoto no Haiti é de 220 mil mortos e 1,5 milhão de desabrigados**. Brasília: Agência Brasil. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/641117>>, acesso em 14 de janeiro de 2014.

Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores. Disponível em: <<http://www.guiamigracoesdivcult.com/>>. Acesso em Março de 2015.

GRUMAN, Marcelo. *A Unesco e as políticas culturais no Brasil*. Políticas Culturais em Revista, 2 (1), p. 174-186, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/3343/2456>>. Acesso em Junho de 2015.

HABERMAS, Jürgen. **O Estado-Nação frente aos desafios da globalização**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 1995.

HAGGERTY , Richard A (ed). **Dominican Republic and Haiti: country studies**. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1991.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**, 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **As ciências sociais na época da globalização**. *In* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Publicação da Associação Nacional de Pós graduação e pesquisa das ciências sociais – ANPOCS, vol. 13 n. 37, pp 33-41, São Paulo, Junho de 1998, versão impressa ISSN 0102-6909, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200002>, acesso em 14 de janeiro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em Junho de 2015.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. Disponível em: <www.iom.int/>, acesso em fevereiro de 2015.

JORNAL ZERO HORA. Entrevista Madsen Chérubin, embaixador do Haiti, publicado em 02 de maio de 2015.

KEYNES, John M. The End of Laissez-Faire. 1926. Disponível em: <<http://www.panarchy.org/keynes/laissezfaire.1926.html>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias**. Lisboa: Antígona, 1990.

LASSAILLY-JACOB, Véronique. *Les réfugiés de l'environnement*. Une nouvelle catégorie de migrants forcés? In: Revue Européenne des Migrations Internationales. v.18. p. 139-160, 2002.

MACHADO, Aletheia de Almeida. **O Local e o Global na Estrutura da Política Ambiental Internacional: A Construção Social do Acidente Químico Ampliado de Bhopal e da Convenção 174 da OIT**. CONTEXTO INTERNACIONAL – vol. 28, no 1, jan/jun 2006, P. 12-3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292006000100007&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em Janeiro de 2015.

MELLO, Maria F. de; BARROS, Vitória Mendonça de; SOMMERMAN Américo. Coordenadores do CETRANS. Encontro Catalisador do Projeto “**A Evolução Transdisciplinar na Educação**” (2. :2000 : Guarujá, SP) Educação e transdisciplinaridade, II / coordenação executiva do CETRANS. – São Paulo : TRIOM, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/portal/ministerio-da-justica/destaques-noticias/conare-simplica-processo-de-concessao-de-refugio-aos-estrangeiros.htm>>. Acesso em Agosto de 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: <http://www.abc.mre.gov.br>, Acesso em Março de 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DO ACRE. Disponível em: <www.prac.mpf.mp.br/atos-do-mpf/acp/acphaitianos/>. Acesso em Maio de 2015.

MORAES, Isaias Albertin de. ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de. MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. **A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios**. Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 4, nº. 20 | Out. Nov 2013.

Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/35798/27329>>. Acesso em Janeiro de 2014.

MYERS, Norman (2005). *Environmental refugees: a growing phenomenon of the 21st century*. Disponível em: <<http://www.nicholas.duke.edu/people/faculty/myers/myers2001.pdf>>. Acesso em Janeiro de 2015.

NEGRI, Antônio. **Cinco lições do Império** – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NICHOLLS, David. *From Dessalines to Duvalier: Race, Colour and National Independence in Haiti*. Nova Brunswick: Rutgers, 1996.

O ESTRANGEIRO. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2013/09/11/brasil-disposto-a-receber-mais-refugiados-sirios/>>. Acesso em Janeiro de 2015.

O GLOBO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/ministerio-da-justica-suspende-envio-de-haitianos-do-acre-outros-estados.html>>. Acesso em Maio de 2015.

PEREIRA, Luciana Diniz Durães. Uma visão brasileira do conceito “refugiado ambiental”, pp. 221-40, in RAMOS AC, Rodrigues G., Almeida GA,org. **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL – A Cultural, 2011.

PIERRE-CHARLES, Gérard. *Crisis Del Estado e intervención internacional em Haití*. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, Vol. 10, n. 3, p. 233-242. Set/Dez, 2004.

PIERRE, Joseph Harold. Entrevista concedida ao site ADITAL. **O drama humano que vive os dominicanos de origem haitiana**, em 18 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=82020>>. Acesso em março de 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Disponível em: <www.pnuma.org>. Acesso em Junho de 2014.

RAMOS, André de Carvalho. “Asilo e Refúgio: Semelhanças, Diferenças e Perspectivas”, em **60 Anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**, coordenado por André de Carvalho Ramos, Gilberto Rodrigues e Guilherme Assis de Almeida, São Paulo, ACNUR, 2011, pp. 28-30, disponível em <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/60 anos de ACNUR - Perspectivas de futuro](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/60%20anos%20de%20ACNUR%20-%20Perspectivas%20de%20futuro)>. Acesso em Março de 2015.

Rede Brasil. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/02/numero-de-haitiano-vindos-do-acre-a-sao-paulo-volta-a-crescer-nao-ha-abrigos-suficientes-7485.html>>. Acesso em Abril de 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Resultado da aplicação do questionário sobre a situação dos migrantes e solicitantes de refúgio no abrigo de Brasília/Acre. Disponível em:

<<http://www.migrante.org.br/migrante/images/arquivos/pesquisa-migrantes-brasileira-acre.pdf>>. Acesso em Abril de 2015.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti**: dilemas e fracassos internacionais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

_____. **Haiti**: a soberania dos ditadores. Porto Alegre: Sólivros, 1994.

SENADO FEDERAL. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/depois-do-terremoto-no-haiti-imigrantes-haitianos-buscam-refugio-no-brasil-e-recebem-vistos.aspx>>. Acesso em Março de 2015.

SERVICIO JESUITA A REFUGIADOS (SJR). **Los flujos haitianos hacia América Latina**: Situación actual y propuestas. Maio 2011, p. 2. Disponível em: <http://www.entreculturas.org/files/documentos/estudios_e_informes/Flujos%20haitianos%20haciaAL.pdf>. Acesso em Janeiro de 2015.

SILVA, Sidney. **Brazil, a new eldorado for immigrants?**: the case of haitians and the brazilian immigration policy. In: **Urbanities**, Vol. 3 nº 2 Novembre 2013.

SOARES, João Clemente Baena. **Sem medo da diplomacia**. CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TERMINIELLO, Juan Pablo. **Hacia un cambio de paradigma en el abordaje de los desastres naturales y el cambio climático como amenazas a los derechos humanos**. *Realidades, enfoques y desafíos*. Revista de Derecho Ambiental de la Universidad de Palermo | ISSN 2250-8120 | pp. 99-140 Año II, N.º 2 | Noviembre de 2013. Disponível em: <http://www.palermo.edu/derecho/pdf/DA_N3_03.pdf>. Acesso em Março de 2015.

_____. **Los desastres naturales, el cambio climático y la protección de los derechos humanos**. *Realidades y desafíos frente al desplazamiento forzado in Protección internacional de refugiados en el sur de Sudamérica* / Víctor Abramovich . [et.al.]. - 1a ed. - Remedios de Escalada : De la UNLa - Universidad Nacional de Lanús, 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro. NASCIMENTO, Sebastião. “**Europeus Bem-Vindos, Haitianos Barrados**”, em *Folha de São Paulo*, Tendências/Debates, A3, 21 de janeiro de 2012.

UNODC. ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIMES. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>>. Acesso em Março de 2015.

UOL NOTÍCIAS. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/05/23/coiotes-trouxeram-38-mil-haitianos-ao-pais-em-4-anos.htm>. Acesso em Junho de 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **WORLD-SYSTEMS ANALYSIS**, in *World System History*, [Ed. George Modelski], in *Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)*, Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford ,UK, [http://www.eolss.net], 2004. Disponível em: <http://www.eolss.net/ebooks/sample%20chapters/c04/e6-94-01.pdf>, acesso em Janeiro de 2015.

_____. **O fim do mundo como o concebemos**: ciência social para o século XXI, tradução, Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. **The rise and demise of the world capitalist system**: concepts for the essential Wallerstein comparative analysis. New York: The New Press, 2000.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental**: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção . Curitiba: Juruá, 2014.

VONO, Daniela; MARTÍNEZ, Jorge. **Geografía migratoria intrarregional de América Latina y el Caribe al comienzo del siglo XXI**. Revista de Geografía Norte Grande, 2005. p.45-49.

ANEXOS– REPORTANGENS DE JORNAIS SOBRE A TEMÁTICA

Redução de tropas da ONU no Haiti pré-eleições preocupa brasileiros

Contingente será cortado em mais da metade; temor é que violência tome as ruas devido a pleito

Fotos: Jael Silva/Folhapress

Foco de atuação do batalhão brasileiro será o fortalecimento das instituições nacionais, auxiliando nas eleições

OLÍVIA FREITAS
ENVIADA ESPECIAL A PORTO PRÍNCIPE
(HAITI)

A decisão do Conselho de Segurança da ONU de reduzir em 53% o componente militar da missão que mantém no Haiti, a Minustah, tem preocupado militares brasileiros — grupo que forma o maior contingente e está à frente da força de paz desde 2004.

Com um baixo efetivo militar e eleições programadas para o segundo semestre, o receio é de que a violência volte a tomar as ruas do país.

A partir de junho, o total de militares passará dos 5,021 registrados em outubro para 2.370, com tropas de quatro países. A estratégia é parte do plano da ONU de encerrar sua



Soldados brasileiros que integram força de paz da ONU no Haiti fazem patrulha na favela de Cité Soleil, em Porto Príncipe



Militar da Minustah brinca com crianças em Cité Soleil

O calendário eleitoral é apertado, com os pleitos parlamentares, presidenciais e regionais marcados para agosto, setembro e dezembro. Diante de um histórico de períodos eleitorais conturbados, a Minustah terá a missão de acompanhar, apoiar e dar suporte logístico e de segurança ao governo haitiano antes, durante e depois dos pleitos.

“A estabilidade política terá um impacto direto na segurança e considero questionável se podemos considerar o país estável”, diz Laborandy. As eleições, atrasadas em mais de três anos, foram agendadas sob pressão internacional. Desde janeiro, o presidente Michel Martelly governa por decreto, após o Parlamento ter sido dissolvido com o fim do mandato de dois terços dos senadores.

Com isso, manifestações lideradas pela oposição voltaram às ruas pedindo a renúncia de Martelly e uma nova eleição, acendendo o sinal vermelho na segurança. O embaixador do Brasil no Haiti, José Luiz Machado e Costa, destaca a possibilidade de intimidação e violência no interior do país com a ação de cabos eleitorais. “É preciso contingente para monitorar as urnas, e o general se preocupa que vai faltar gente.”

BRASILEIROS

O Brasil, que chefia militarmente a missão desde seu início, continuará tendo o maior contingente, mesmo com a redução de 1.333 para 850 homens e mulheres.

Os brasileiros, que hoje atuam nas principais áreas da capital, Porto Príncipe, vão passar a comandar todo o território sul do país — região até então sob a gerência de militares do Sri Lanka, que retornam para casa, e do Peru.

Com efetivo e capacidade reduzidos e área de atuação ampliada, os brasileiros passarão a usar mais o transporte aéreo, para deslocamentos rápidos até regiões onde não existirão mais bases.

Diante do enxugamento, o novo foco de atuação do batalhão brasileiro será o fortalecimento das instituições nacionais, auxiliando na condução das eleições.

“Agora precisaremos ter uma postura de intervenção

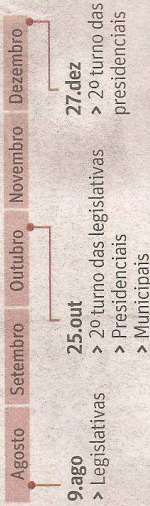
quando e onde se fizer necessário”, explica Laborandy.

A ajuda humanitária realizada pelo contingente brasileiro e usada como estratégia de aproximação da população terá que ser reduzida em 75%. O cenário preocupa o coronel Francisco Humberto Montenegro, comandante do batalhão brasileiro e outros militares ouvidos pela Folha.

“Vejo a redução com preocupação. Ao longo desses dez anos, o contato que tivemos com a população fez com que ganhassemos um respeito muito grande”, diz. “Isso poderia prejudicar esse grau de amizade e confiança que conseguimos com os haitianos.”

Assim como para as tropas dos demais países, as patri-

Após mais de três anos de atraso, governo haitiano prevê eleições, mas não tem recursos



ORÇAMENTO ESTIMADO*
US\$ 1,37,9 milhões

DOAÇÕES AO FUNDO
US\$ 13,8 milhões
governo do Haiti

PAÍSES DOADORES



Em caixa
US\$ 37,9 milhões

PARTIDOS
105 autorizados

O Brasil já contribuiu com **US\$ 1 milhão**

*Não inclui eleições presidenciais

paro para atuar. A PNH conta com 11.900 policiais, mas precisaria ter 22 mil para os 10 milhões de habitantes.

“Não tenho nenhuma garantia que, se a missão sair daqui, os baixos índices de homicídio serão mantidos”, diz o comandante.

A PNH tem até o fim de 2016 para atingir a meta da ONU de 15 mil policiais. O porta-voz da instituição, Frantz Lerebours, contudo, não mostra otimismo em alcançar a meta.

“A situação de segurança está um pouco frágil, mas a capacidade econômica do país não nos permite recrutar um número maior”, reconhece.

A repórter OLÍVIA FREITAS e o fotógrafo JOEL SILVA viajaram a convite do Ministério da Defesa

lhas diárias dos brasileiros nas ruas serão diminuídas. A força militar passará a atuar somente depois que a Polícia Nacional Haitiana (PNH) e a Unpol (Polícia das Nações Unidas) não conseguirem controlar eventuais confrontos.

“É aquele pai que chega só para dar palmada no filho, mas nunca está no momento de carinho. Sua tarefa de educador será bem mais complicada”, diz Montenegro. “Será um desafio para nós. Teremos que criar uma maneira para não perder esse contato.”

POLÍCIA

Para o general Laborandy, o maior desafio militar é trabalhar com uma polícia haitiana sem capacitação e pre-

ZERO HORA
SEXTA-FEIRA,
22 DE MAIO DE 2015

25

ARTIGOS

OS DESDOBRAMENTOS DA MIGRAÇÃO HAITIANA

JOSEANE MARIÉLE SCHUCK PINTO

Advogada, especialista em Relações Internacionais e Diplomacia,
pesquisadora sobre o tema de migrações e refugiados



Diante da problemática oriunda do cenário internacional, com o aumento significativo de fluxos migratórios, torna-se importante demonstrar os desdobramentos desse fenômeno no Brasil, haja vista o país na conjuntura atual ser caracterizado pela intensa procura por parte desses migrantes, sobretudo dos haitianos. A discussão envolvendo o instituto do refúgio auxilia na compreensão do fenômeno relativo à chegada dos migrantes haitianos ao país, haja vista que a partir de 2010, após o terremoto, eles passaram a solicitar o status de refugiados.

Importante mencionar que refugiado, segundo conceito tradicional, se limita àquelas pessoas que “temem ser perseguidas por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas,

se encontram fora do país de sua nacionalidade e que não podem ou, em virtude desse temor, não querem valer-se da proteção desse país”, não alcançando, portanto, os deslocamentos forçados oriundos do Haiti, onde o problema agrava-se pela soma de diferentes fatores, sendo um deles o contexto histórico do país,

Seria inviável determinar que retornassem ao Haiti, face à precariedade em que o país se encontra

marcado por instabilidade política, econômica, social, que gerou guerras, violência, pobreza, somado aos desastres e catástrofes naturais que acometem severamente o país. Ao chegarem ao Brasil, os haitia-

nos solicitam a condição de refugiados por entenderem que sua situação no Haiti está diretamente vinculada a questões ambientais, o que os obriga a sair de seu país devido à deflagração de extrema situação de vulnerabilidade que os coloca em risco, ameaçando a vida e a subsistência deles, tornando-os deslocados forçados.

No entanto, tais solicitações foram negadas pelo Comitê Nacional para Refugiados, por não se enquadrarem no conceito tradicional de refugiado, consoante dispõe a convenção de 1951 para refugiados e a Lei 9.474/97, tendo em vista que carecem de fundado temor de perseguição. O comitê repassou o caso ao Conselho Nacional de Imigração, que decidiu conceder vistos por razões humanitárias aos migrantes haitianos, pois seria inviável determinar que retornassem ao Haiti, face à precariedade em que o país se encontra.

ZERO HORA
QUINTA-FEIRA,
21 DE MAIO DE 2015

Uma jornada rumo ao Sul

REFUGIADOS COMEÇAM VIAGENS a partir de hoje de Rio Branco, no Acre, para Porto Alegre. Além de haitianos, senegaleses também deverão chegar até o início de junho no Estado

CARLOS ROLLSING

carlos.rollsing@zerohora.com.br

Uma mobilização governamental teve início após a confirmação de que ônibus transportando imigrantes haitianos começarão a se deslocar a partir de hoje de Rio Branco, capital do Acre, até Porto Alegre. Como as autoridades gaúchas não foram informadas pelo governo acriano da situação, ocorreram reuniões de emergência ontem para preparar o acolhimento.

O primeiro grupo de refugiados deixará o norte do país às 19h de hoje, com chegada prevista na rodoviária de Porto Alegre na madrugada de sábado, entre 4h e 6h. O cronograma inicial prevê a partida de um ônibus por dia entre hoje e 30 de maio, totalizando 10 viagens rumo à capital gaúcha. Como os veículos deverão vir lotados, cada um com 44 lugares, a estimativa é de que até 440 haitianos – alguns poderão ser senegaleses – desembarquem no sul do Brasil. Nem todos terão Porto Alegre como destino. Parte descerá em Curitiba e Florianópolis. As reuniões ontem foram entre as pastas dos Direitos Humanos da prefeitura porto-alegrense e do governo estadual.

Uma das providências é o chamamento de dois voluntários haitianos que moram em Porto Alegre para ajudar no primeiro contato com os imigrantes. Eles falam o creole, mistura de francês com dialetos.

– Estamos elaborando um questionário para saber quais querem ficar aqui, quais contam com família para se hospedar. Para quem não contar com isso, estamos verificando alojamento, alimentação e emprego – explica Karina D'Ávila, secretária adjunta dos Direitos Específicos, que apoia refugiados, imigrantes, egressos do sistema prisional e indígenas.

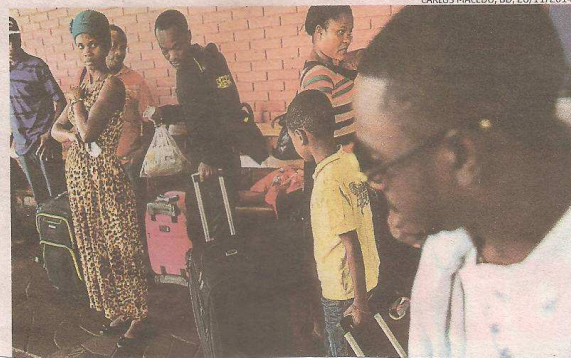
Coordenador de Política Étnico-Racial da Secretaria de Direitos Humanos do Estado, Sérgio Nunes diz que outra preocupação é oferecer deslocamento a quem não quiser permanecer em Porto Alegre. No final de 2014, um grupo de 300 haitianos desembarcou na Capital, mas só nove ficaram.

MUITO CHÃO PELA FRENTE

Veja o trajeto que fará parte dos grupos que vêm para o Rio Grande do Sul



O Ministério da Justiça tem convênio com o governo do Acre para repassar verbas que garantam o traslado dos refugiados. São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram escolhidos por representarem as melhores opções de oferta de mão de obra e condições de acolhimento.



CARLOS MACEDO, BD, 28/11/2014

Haitianos já vieram para Porto Alegre em viagens fretadas pelo

“

O Acre não pode assumir sozinho a responsabilidade de ficar com essas pessoas. A insurgência ocorre porque fizemos recomendações ao Acre e continua faltando comunicação e capacidade para levar as pessoas para onde elas querem realmente ficar.

FERNANDA HAHN

Defensora pública federal no RS

“

Cabe ao governo federal ações para evitar que a migração de haitianos não ocorra por meio de coiotes, e, para isso, o contato governos do Peru e Equador é fundamental. Essa é a rota dos haitianos que são explorados pelos coiotes.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Ministro da Justiça

Acre falha ao não avisar Estados

Enquanto os representantes da prefeitura e do Estado informam não ter cogitado a possibilidade de solicitar a suspensão do envio de imigrantes – o que foi concedido à cidade de São Paulo – a defensora pública federal Fernanda Hahn assegura que pretende acionar o Ministério da Justiça.

A ideia é paralisar movimentos na direção do Sul enquanto o governo federal não articular um sistema de comunicação, que permita a troca de informações com antecedência, preparação de redes de acolhimento e envio dos imigrantes para os destinos corretos – são frequentes os casos de haitianos que desembarcam em locais errados.

– Precisamos de organização para que os gestores locais possam receber essas pessoas com dignidade. Esclareço que jamais vamos tomar medidas para impedir as pessoas de virem para cá. A migração é um direito – explicou Fernanda Hahn.

Em dezembro de 2014, a defensora enviou ofício recomendando ao governo do Acre melhorar a comunicação e o fluxo de viagens – o que não está sendo observado.

Hoje, em Brasília, haverá reunião na Casa Civil para discutir o caso. Devem participar Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos, governo acriano e prefeitura de São Paulo.

NOTÍCIAS

ZERO HORA
SEXTA-FEIRA,
22 DE MAIO DE 2015

18

IMIGRAÇÃO | PRAZO EXTRA

Governo do Acre adia o envio de haitianos ao Sul

COM SERVIDORES EM GREVE e pedindo mais tempo para se organizar, prefeitura de Porto Alegre solicitou que as viagens fossem transferidas

KYANE VIVES

kyane.vives@zerohora.com.br

Os primeiros ônibus de haitianos e senegaleses que deixariam Rio Branco (AC) ontem em direção a Porto Alegre não saíram, segundo o porta-voz do governo do Acre, Leonildo Rosas. Pedido feito pelo secretário municipal de Direitos Humanos, Luciano Marcantônio, ao governo do Acre, solicitou o adiamento das viagens para segunda. Isso porque, segundo o secretário, a prefeitura, o Estado e a sociedade precisam de um prazo para prepararem o acolhimento das cerca de 350 pessoas que estão para chegar à Capital.

– O adiamento ajuda a nos organizarmos melhor para receber os haitianos. A greve dos municipais atrapalha, mas não é determinante – disse Marcantônio.

Representantes do governo do Acre, parlamentares, Casa Civil e Ministério da Justiça decidiram pela suspensão do envio de haitianos e senegaleses ao Sul, ontem. Até o final da noite, não havia previsão de quando sairiam os primeiros ônibus. De acordo com Rosas, o abrigo onde os imigrantes estão tem capacidade para 200 pessoas, mas está alojando quase mil refugiados.

– Uma coisa eu garanto: eles não ficarão aqui (*no Acre*). A maioria tem preferência por São Paulo.

Uma minoria optou pelo Sul, principalmente o Rio Grande do Sul. O Acre não ficará responsável por abrigo e acolhimento aos imigrantes. Por mais que nos esforcemos, não há condições – disse Rosas.

A Defensoria Pública acriana visitou o abrigo onde a maior parte dos imigrantes está. Segundo o defensor Pedro Assed Pereira, os estrangeiros ficaram “bastante decepcionados” com a suspensão das viagens. A polêmica começou após o Diário Oficial do Acre publicar, no dia 12, detalhes sobre a contratação de ônibus para levar imigrantes em “caráter de emergência social” a outros Estados. São pelo menos oito veículos com capacidade para 44 passageiros cada.

NOTÍCIAS

ZERO HORA
QUARTA-FEIRA,
20 DE MAIO DE 2015

IMIGRAÇÃO | ROTA DE FUGA

Acre envia para a Capital ônibus com haitianos e senegaleses

VEÍCULOS COMEÇAM A SAIR quinta-feira do Acre, porta de entrada de refugiados da América Central e África. A maior parte dos cerca de 400 imigrantes transportados deve ficar em outras cidades do país

CARLOS ROLLSING

carlos.rollsing@zerohora.com.br

Uma das portas de entrada de imigrantes caribenhos e africanos no Brasil, o Acre está enviando para Porto Alegre pelo menos oito ônibus com refugiados haitianos e senegaleses. Os veículos têm previsão para sair de Rio Branco, capital acriana, a partir de amanhã, ao ritmo de um veículo por dia. Como a distância é superior a 4 mil quilômetros, as viagens duram cerca de quatro dias, e os desembarques em Porto Alegre podem ocorrer a partir da próxima segunda-feira.

Considerando a capacidade dos ônibus de 44 lugares, o número de imigrantes a desembarcar na Região Sul poderá ser de 396, já que serão feitas nove viagens entre Rio Branco e Porto Alegre, informa Nilson Mourão, secretário dos Direitos Humanos do Acre.

No dia 12 de maio, o governo do Acre publicou no Diário Oficial a contratação de ônibus para transportar os imigrantes em caráter de “emergência social”. O ato definiu que a jornada contaria com paradas em Porto Velho (RO), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). O governo também contratou 35 ônibus para levar imigrantes até São

Paulo. No total, o fretamento custou R\$ 2,1 milhões.

O secretário explica que nem todos os quase 400 migrantes virão ao Rio Grande do Sul. Parte descerá em Curitiba e Florianópolis. Conforme Mourão, a situação dos imigrantes no Acre “é dramática”:

– Desde 2010, só aumenta o número de imigrantes. Temos um abrigo que já está deteriorado. Tem capacidade para 200 pessoas, mas chegou a ter mil.

Ontem, o Ministério da Justiça anunciou a suspensão do transporte de imigrantes do Acre para São Paulo. Os estrangeiros só devem voltar a ser levados após ser estabelecida nova estratégia.



DEPOIS DO TERREMOTO

A imigração de haitianos para o Brasil começou a ganhar fôlego em 2010, depois do terremoto que devastou o país e ampliou o cenário de pobreza, desemprego e desesperança. Eles entram no Brasil pelo Acre e Amazonas, mas, depois de solicitar o refúgio, migram para o Sudeste e Sul, onde conseguem mais acesso a emprego. No Rio Grande do Sul, os imigrantes estão concentrados no Interior, trabalhando principalmente em frigoríficos e na construção civil.

ENTREVISTA | **MADSEN CHÉRUBIN** Embaixador do Haiti

ZERO HORA
SÁBADO,
2 DE MAIO DE 2015

“Estamos prontos para fazer negócios”

RODRIGO LOPES
rodrigo.lopes@zerohora.com.br

De vítimas a parceiros comerciais. É assim que os haitianos querem passar a ser vistos na relação com o Brasil. Essa mudança é uma das missões do embaixador do Haiti em Brasília, Madsen Chérubin, que visitou o Rio Grande do Sul nesta semana em busca de parcerias.

Em conversa com Zero Hora, o diplomata listou setores onde empresas brasileiras podem investir em seu país, falou sobre a onda de refugiados que chegou ao Brasil e sobre a eventual redução das tropas da ONU, lideradas pelo Brasil. Veja os principais trechos da entrevista.

Como a embaixada acompanha a onda de refugiados haitianos no Brasil?

De diferentes maneiras. Estou fazendo várias visitas aos Estados onde há comunidades de haitianos, estive em Santa Catarina, no

Paraná e, agora, Rio Grande do Sul. A ideia é ver como está a comunidade haitiana para facilitar a integração. Mesmo com poucos recursos, podemos fazer a diferença, trabalhando com os governos estaduais e com entidades da sociedade civil. Estamos trabalhando também para facilitar a comunicação entre a embaixada e essas comunidades.

A onda de refugiados pegou o Brasil de surpresa. E os senhores?

O governo haitiano também foi pegado de surpresa. Os haitianos começaram a vir para o Brasil depois do terremoto (de 2010, no Haiti). Como as fronteiras da Guiana Francesa estavam abertas para receber os haitianos, houve um número importante que entrou no território brasileiro. O governo brasileiro tomou uma decisão humanitária de facilitar a entrada. A cota era de cem vistos humanitários por mês, 1,2 mil ao ano, mas, a partir de abril de 2013, registramos aumento substancial. Não estávamos preparados para isso. Fazemos o possível para ajudar.

Aqui, em Porto Alegre, um

grupo de haitianos comprou uma área na Zona Norte. Era um golpe. Há muitos relatos de vítimas desse tipo de problema?

Há relatos, mas não é generalizado. Há casos isolados de pessoas que se aproveitam da precariedade dos haitianos para enganá-los.

Quantos haitianos estão no Brasil hoje?

O número oficial, de dezembro, era de 50 mil a 55 mil. Desses, 20 mil chegaram com visto. Os outros chegaram pela fronteira Norte.

O que o senhor veio buscar no Estado em termos de parceria?

O governo haitiano quer mudar o paradigma das relações bilaterais com o Brasil. Não vamos eliminar a parte humanitária, mas a emergência após o terremoto já não é a prioridade. Gostaríamos de ter uma relação de negócios com o Brasil. O Haiti tem posição privilegiada para atrair investimentos brasileiros, com acesso privilegiado ao mercado americano, sobretudo no setor têxtil, ramo brasileiro que poderia ser exportado para o mercado americano sem imposto aduaneiro. A produção que temos até agora representa

15% dessa cota. Temos ainda 85% não utilizados. É uma boa oportunidade para empresas brasileiras terem acesso direto ao mercado americano, utilizando o Haiti como plataforma de produção e de exportação. Temos também acesso ao mercado europeu, por meio de acordos entre os países de África, Caribe e Ásia com UE, e acordo com o Canadá. Temos edifícios, zonas francas e mão de obra.

A falta de infraestrutura é um entrave para investimentos.

A zona franca foi construída pensando no acordo com os EUA. O projeto é anterior ao terremoto, mas inaugurado depois. Há energia e água, tudo para receber hoje mesmo investimento no setor têxtil. Tem o aeroporto internacional recém-inaugurado, que está recebendo voos regulares dos EUA.

As forças da ONU podem sair hoje do Haiti?

A Minustah (missão da ONU na qual o Brasil tem papel-chave) foi ao Haiti para ajudar a estabilizar o país. O trabalho foi feito, mas a retirada deve ser progressiva para não perder benefícios recebidos.

Quando o Haiti poderá passar sem a presença da ONU?

Não posso prever um tempo, mas isso acontece de maneira progressiva. As tropas da Minustah estão sendo reduzidas em função da segurança do Haiti e da capacidade da Polícia Nacional Haitiana de assumir. Temos 12 mil policiais, o objetivo é chegar a 15 mil.



"TERRA PROMETIDA"

Em busca de uma nova vida no Estado, refugiados haitianos, como Odete (foto) pagaram até R\$ 4 mil por lotes em terreno invadido na Capital. Notícias | 10 e 11

ZERO HORA
SÁBADO,
18 DE ABRIL DE 2015

10

NA OCUPAÇÃO PROGRESSO, famílias de refugiados afirmam ter dado até R\$ 4 mil para líder comunitário em troca de área para construir o sonho da casa própria. Local está sob disputa judicial há nove meses

CLEIDI PEREIRA

cleidi.pereira@zerohora.com.br

Há um ano em Porto Alegre, o haitiano Sinais Saint-Vil, 33 anos, tem feito dupla jornada nas últimas semanas para concretizar o sonho de ter uma casa. Durante o dia, ele faz medições, constrói pisos e ergue paredes de madeira. À noite, muitas vezes exausto, ainda tem pela frente o trabalho como gari, atividade que lhe rende cerca de R\$ 800 mensais.

Quando terminar de construir a casa, Saint-Vil quer juntar dinheiro para trazer os dois filhos e os sete irmãos. O que ele não compreende é que, apesar de ter pago R\$ 1,2 mil para um “brasileiro” por um lote na Ocupação Progresso, no bairro Sarandi, todo o seu esforço pode estar sendo em vão. Se os proprietários do terreno invadido em julho do ano passado conseguirem aval da Justiça para reintegração de posse, ele e as cerca de cem famílias que estão no local podem ser despejados, como quase ocorreu dia 13.

Questionado pela reportagem se sabe que a área foi invadida e que venda não foi feita pelo verdadeiro dono do terreno, Saint-Vil diz:

– Não sei, não sei. Brasileiro negociou terra para nós, para quem não tem casa.

ZH esteve na ocupação e constatou que, pelo menos cinco haitianos – ou 10% das 50 famílias de refugiados que se encontram no local –, teriam pago entre R\$ 1 mil e R\$ 4 mil por casas e terrenos da área invadida. O “brasileiro” citado por Saint-Vil seria, segundo os próprios moradores, Jocimar Cardoso de Mello, o Carioca, ex-líder comunitário que comandou a invasão.

No fim do ano passado, quando

surgiram as primeiras suspeitas, ele desapareceu da Progresso. Localizado por ZH, Carioca negou que tenha negociado lotes.

Primeiro dos cerca de 120 haitianos que se mudaram para o local, Jimmy Charitoble, 28 anos, disse que entregou R\$ 1 mil para Carioca pela área onde construiu a casa que divide com a esposa e uma prima. Ele morava de aluguel nas redondezas e soube que famílias estavam ocupando a área ao passar na frente do terreno. Foi orientado a conversar com o então líder comunitário, que fez a oferta. Após a permissão de Carioca para ocupar o lote, fez empréstimo de R\$ 7 mil para comprar material de construção.

A notícia da oferta de lotes se espalhou entre os haitianos que moravam ou trabalhavam na região. E o sonho de uma vida melhor, somado às dificuldades de comunicação, transformou os refugiados em presas fáceis. Há dois anos no país, Getoni Ghistinvil, 42 anos, juntou as economias para comprar, por R\$ 4 mil, um casebre. Com medo, ele não quis revelar o nome de quem lhe vendeu o imóvel, mas garante que todos as 50 famílias de haitianos pagaram para estar no local. Lurdia Jeune, 29 anos, também disse que ela e seu pai, Lucien, investiram R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil em dois terrenos.

– Tem muita coisa que não entendo, muitas perguntas que gostaria de fazer. Os dois anos que trabalhei aqui, tudo se gastou. Estou com uma hérnia por causa do trabalho pesado. Passei por quatro hospitais e não consegui fazer a cirurgia. Estou há quatro meses esperando exame. Vim para cá para ter uma vida melhor, mas me decepcionei – lamenta Ghistinvil, que espera contar com a ajuda da família para retornar a Porto Príncipe.

